



**CONTEXTO
MONITORIZAÇÃO
AML 2014-2019**

RELATÓRIO

JUNHO 2020

Ficha técnica

Título: Relatório de Contexto Monitorização - AML 2014 2019

Edição: Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Morada: Rua Alexandre Herculano, nº 37, 1250-009 Lisboa

Telefone: (351) 21 383 71 00

Website: <http://www.ccdr-lvt.pt>

Presidente CCDR LVT: Maria Teresa Almeida

Direção: OADRL Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais de Lisboa

Autores: Nuno Ventura Bento, Helena Dias Tavares

Fotos e outras imagens: Cortesia de várias entidades e WWW

Fontes: EUROSTAT, IEFP, INE, PORDATA, POR Lisboa 2020, AML e UE

Data: Junho de 2020

Número de páginas: 58

ISBN: 978-972-8872-65-6

Publicação Digital

Números anteriores

Números anteriores disponíveis em <http://www.ccdr-lvt.pt/pt/documentos-editados/1841.htm>



Introdução.....	4
01 CONTEXTO	7
Desenvolvimento e Crescimento Populacional.....	9
Convergência e Nível de Vida.....	13
Qualificações e Emprego.....	17
Desempenho Económico Especialização e Competitividade	22
Inovação e Desenvolvimento Tecnológico	30
02 MONITORIZAÇÃO	35
Competitividade ao Nível Europeu	36
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	44
Pandemia Covid – Impacto, Tendências e Projeções.....	47
03 PORL 2020 – Programa Operacional de Lisboa	51
Indicadores de Realização e de Resultado	51

A Estratégia Regional Lisboa 2020 assumiu a ambição de transformar Lisboa numa Região competitiva, cosmopolita, coesa e conectada, reforçando a sua capitalidade euro-atlântica e marcando a sua presença numa economia globalizada.

A Região escolheu por isso orientar os seus esforços para projetos que promovem a investigação, o desenvolvimento tecnológico, a inovação e o aumento da competitividade das PME, a eficiência energética e a proteção do ambiente e da biodiversidade, a inclusão, o ensino e a aprendizagem ao longo da vida. Projetos que conduzam a Região de Lisboa para patamares de maior competitividade na economia global, que tornem a Região mais inclusiva no acesso ao mercado de trabalho por parte dos jovens, dos menos qualificados e dos mais desfavorecidos e mais sustentável na utilização de recursos.

Em 2018, na Região de Lisboa (AML) residia uma parte substancial da população portuguesa, 27%, onde se localizam 35,1% das empresas do país, representando 36,5% do PIB nacional, 46,2% do VAB, 28,8% do emprego e 32% das exportações de bens, concentrando 45,5% da despesa nacional aplicada em investigação e desenvolvimento, como também algumas das principais infraestruturas científicas e tecnológicas, económicas, financeiras de Portugal.

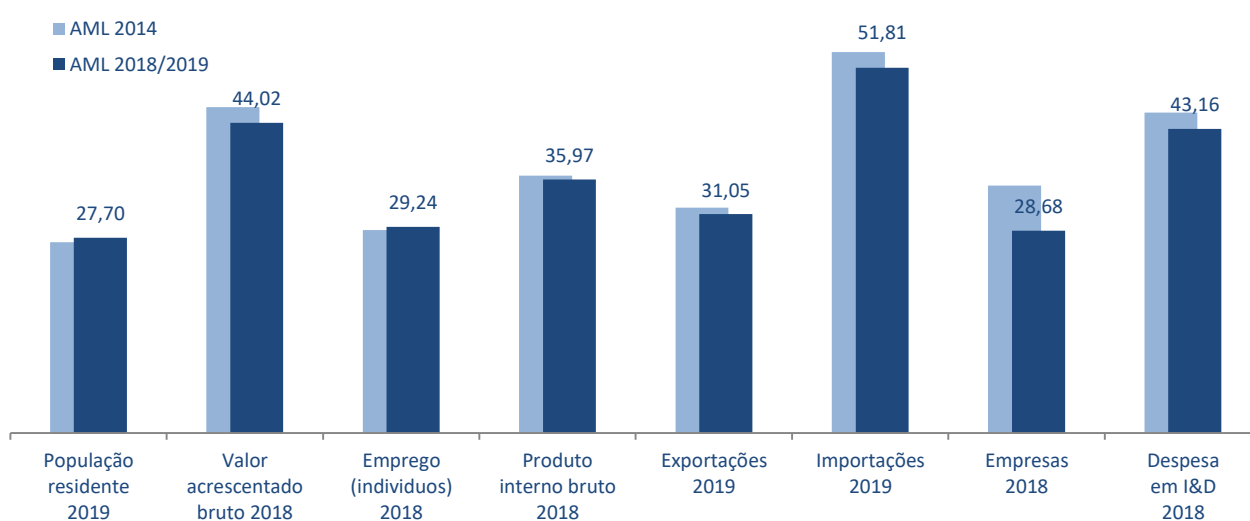


Gráfico 1 – AML: principais indicadores / peso no país (%)

Fonte: População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual - INE; Valor acrescentado bruto (€) das Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3); Anual - INE; Emprego - indivíduos totais (Base 2011 - N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - INE; Produto interno bruto (B.1*g) a preços correntes (Base 2011 - €) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - INE; Exportações (€) de bens por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - INE; Importações (€) de bens por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - INE; Empresas (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - INE; Despesa em investigação e desenvolvimento (I&D - €) das instituições e empresas com investigação e desenvolvimento por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - DGEEC; in OADR LVT / Relatório de Contexto e Monitorização | AML 2014-2019

O presente *Relatório de Contexto e Monitorização - AML 2014 2019* insere-se nos trabalhos de acompanhamento das dinâmicas regionais e tem como objetivo reportar a evolução do quadro geral de indicadores que evidenciam as principais linhas de evolução do desenvolvimento social e económico deste território e fornecer uma leitura macro dos efeitos das políticas públicas, designadamente as financiadas por fundos comunitários.

O presente relatório (2020) apresenta, em função da informação oficial disponível, a evolução registada no período 2011-2019, sendo o quarto relatório de monitorização do horizonte de vigência do POR Lisboa 2020 (Programa Operacional Regional de Lisboa 2020, para o período 2014-2020), e inclui informação estatística referente a 2011-2013, do último período do QREN - Quadro de Referência Estratégica Nacional, para efeitos de análise progressiva até 2020. O documento aborda também as restantes NUTS III da Região de Lisboa e Vale do Tejo, sempre que a informação foi disponibilizada, ou em alternativa, as restantes NUTS II do país.

Face ao novo paradigma da pandemia COVID 19 que assola o país, apresentamos um capítulo com alguns indicadores que versam o período de Janeiro a Maio de 2020, uma vez que a mesma apresenta um impacto significativo no País no seu todo e na AML, tendo trazido alterações significativas na economia, que se aprofundarão até ao final de 2020 e cuja totalidade do impacto ainda é difícil de prever na sua total dimensão.

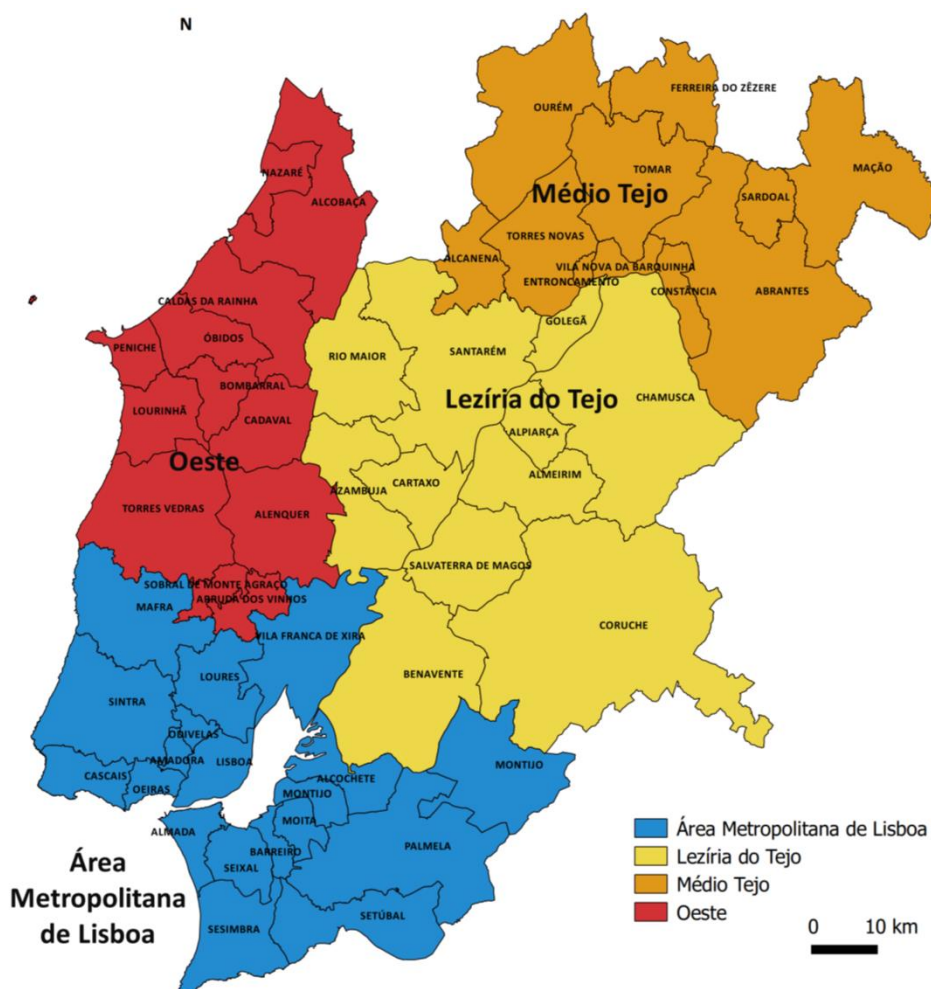


Figura 1 – Região de Lisboa e Vale do Tejo - NUTSIII e concelhos



1

CONTEXTO

01 CONTEXTO

O sistema de indicadores de contexto é constituído por informação de natureza social, económica, ambiental e territorial, relevante para a monitorização das dinâmicas regionais que constituem o contexto em que decorre a implementação do Portugal 2020. Assim, este sistema de indicadores pretende contribuir para a interpretação de fatores externos que influenciam os objetivos das políticas públicas cofinanciadas, assim como dos seus resultados nos diferentes territórios ao longo do período de programação.

Os indicadores estão disponíveis no INE, EUROSTAT, OCDE e PORDATA e resultam de um trabalho conjunto de várias entidades que procederam à seleção dos indicadores a associar ao sistema de indicadores de contexto, tendo como ponto de partida o quadro de informação estatística disponível no “Sistema de indicadores de monitorização do contexto em que se desenrolam as políticas públicas”.

Domínio temático	N.º de indicadores potenciais	Quota	N.º de indicadores selecionados
Competitividade e internacionalização	183	40%	50
Inclusão social e emprego	89	19%	23
Capital humano	38	8%	10
Sustentabilidade e eficiência na utilização dos recursos	73	16%	20
Qualificação do território e das cidades	22	5%	6
Desenvolvimento rural	52	11%	11
[Pescas e mar]	0	0%	0
Total	457	100%	120

Quadro 1 – Número de Indicadores de Contexto do PT2020

Fonte: Sistema de indicadores de contexto/resultado do PORTUGAL 2020 (Relatório Final, Julho 2016)

Do universo de indicadores de contexto disponíveis no INE (457 indicadores), foram selecionados 120 indicadores para monitorizar o PT2020 (Quadro 1), dos quais cerca de 40 indicadores são utilizados para monitorizar o POR Lisboa 2020.

A estruturação do sistema de indicadores de contexto em subdomínios teve como referência os objetivos temáticos do PT2020, considerando-se adicionalmente os subdomínios do SIC QREN e os tópicos de estruturação dos indicadores da Estratégia Europa 2020.

A lógica de intervenção dos fundos do POR Lisboa 2020 desenvolve-se com base em quatro domínios temáticos orientados para a ‘Competitividade e internacionalização’, ‘Inclusão social e emprego’, ‘Capital humano’ e ‘Sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos’, considerando também os domínios transversais relativos à reforma da administração pública e à intervenção integrada ao nível territorial. Esta estruturação resulta da identificação dos principais constrangimentos de natureza estrutural e oportunidades relativas a cada uma destas áreas, de modo a melhor definir os objetivos para a intervenção dos FEEI no período 2014-2020, tal como evidenciados no Quadro 2, neste caso relativo ao POR Lisboa 2020.

Eixo Prioritários	Domínio Temático	Objetivo Temático
EIXO 01 - Reforçar a Investigação, o Desenvolvimento Tecnológico e a Inovação	01 -Competitividade e Internacionalização	OT1 – Reforço da Investigação, do Desenvolvimento Tecnológico e da Inovação
EIXO 02 - Reforçar a competitividade das PME		OT3 – Reforço da Competitividade das PME
EIXO 05 - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores		OT 8 – Promoção da Sustentabilidade e da Qualidade do Emprego e Apoio à Mobilidade dos Trabalhadores
EIXO 06 - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação	02 - Inclusão Social e Emprego	OT9 – Promoção da Inclusão Social e Combate à Pobreza e à Discriminação
EIXO 08 - Desenvolvimento urbano sustentável		OT9 – Promoção da Inclusão Social e Combate à Pobreza e à Discriminação
EIXO 07 - Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e na aprendizagem ao longo da vida	03 - Capital Humano	OT10 – Investimentos na Educação, na Formação e na Formação Profissional para a Aquisição de Competências e na Aprendizagem ao Longo da Vida
EIXO 03 - Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores	04 - Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos	OT4 – Apoio à Transição para uma Economia de Baixo Teor de Carbono em todos os Setores
EIXO 04 - Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos		OT6 – Preservação e Proteção do Ambiente e Promoção da Utilização Eficiente dos Recursos
EIXO 08 - Desenvolvimento urbano sustentável		OT4 – Apoio à Transição para uma Economia de Baixo Teor de Carbono em todos os Setores OT6 – Preservação e Proteção do Ambiente e Promoção da Utilização Eficiente dos Recursos

Quadro 2 – POR Lisboa 2020: Eixos Prioritários, Domínios Temáticos e Objetivos Temáticos

Fonte: sistema de indicadores de contexto/resultados do PORTUGAL 2020 (Relatório Final, Julho 2016)



Os indicadores de contexto do POR Lisboa 2020 versam sobre o *Desenvolvimento e Crescimento Populacional*, a *Convergência e Nível de Vida*, a *Qualificações e Emprego*, o *Desempenho Económico Especialização e Competitividade*, e a *Inovação e Desenvolvimento Tecnológico*, subtemas que constituem os próximos subcapítulos.



O índice sintético de desenvolvimento regional (ISDR), é baseado num modelo concetual que privilegia uma visão multidimensional do desenvolvimento regional, estruturando-o em três componentes: competitividade, coesão e qualidade ambiental.

O ISDR da Área Metropolitana de Lisboa (AML) apresenta no período 2011-2017 uma posição significativamente superior à média de Portugal, registando em 2017 o valor de 106,36, marcado por uma tendência de oscilação entre 2011 e 2017. Nas suas 3 componentes evidencia-se a expressiva vantagem competitiva da AML (113,18), em 2017, no contexto da competitividade (Gráfico 3), sendo que na componente da coesão (Gráfico 4), a AML regista o seu máximo em 2016, com um valor de 106,98, uma situação crescente bastante mais favorável do que a média do país. Na componente da qualidade ambiental (Gráfico 5), regista-se uma descida da AML face à média nacional, apresentando o valor mais baixo em 2017 (98,37).

Este indicador (ISDR) pretende acompanhar as assimetrias regionais do processo de desenvolvimento regional, em resultado do efeito conjugado do desempenho nas vertentes competitividade, coesão e qualidade ambiental, demonstrando que a AML está claramente acima do país, em termos de desenvolvimento e que as restantes regiões (Oeste, Médio Tejo, Lezíria do Tejo) estão abaixo da média portuguesa.

Quanto à taxa de crescimento natural a AML está claramente acima das restantes NUTS, mas com tendência de oscilações decrescentes (Gráfico 6). Já a taxa de crescimento migratório tem um aumento expressivo de 2015 a 2018, na AML (Gráfico 7), apresentando o Médio Tejo e a Lezíria do Tejo, taxas de crescimento efetivo negativo até 2018 (Gráfico 8). A AML registou ainda um crescimento efetivo positivo entre 2013 e 2018, suportado em taxas de crescimento natural e migratório positivas a partir de 2014, ao contrário do crescimento negativo entre 2011 e 2013. De 2013 a 2018 este território apresentou sempre uma taxa de crescimento efetivo superior à nacional, acompanhando as oscilações evolutivas da população portuguesa neste período e aproximando-se no último ano (Gráfico 9).

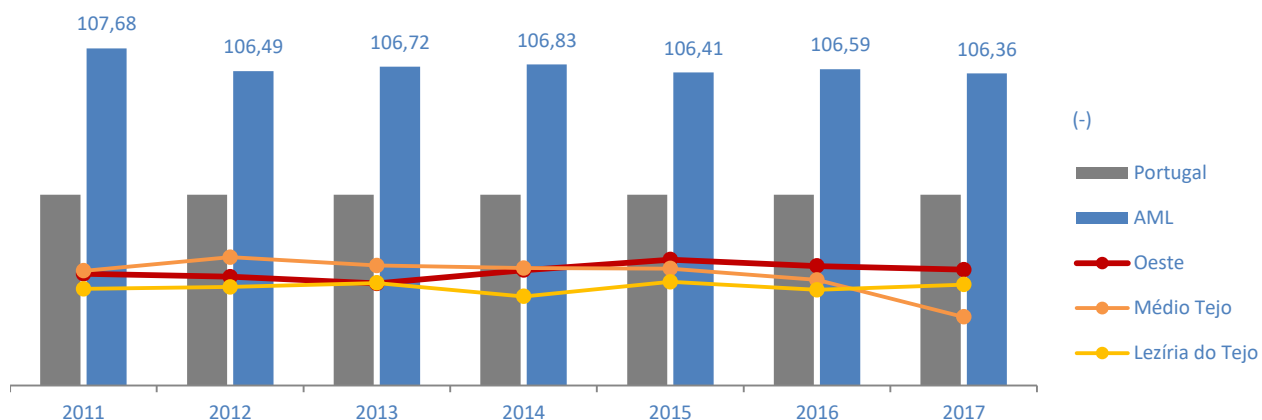


Gráfico 2 – Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR) – Global

Fonte: INE, Índice Sintético de Desenvolvimento Regional - (NUTS 2013) no período de 2011-2017 (Maio 2020);

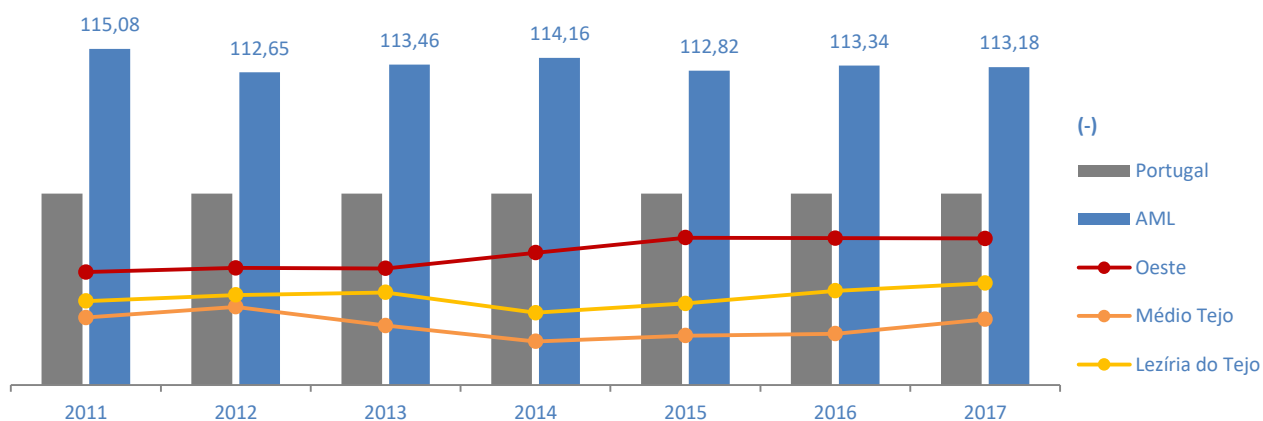


Gráfico 3 – Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR) – Competitividade

Fonte: INE, Índice Sintético de Desenvolvimento Regional-(Competitividade) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual 2011-2017 (Maio 2020);

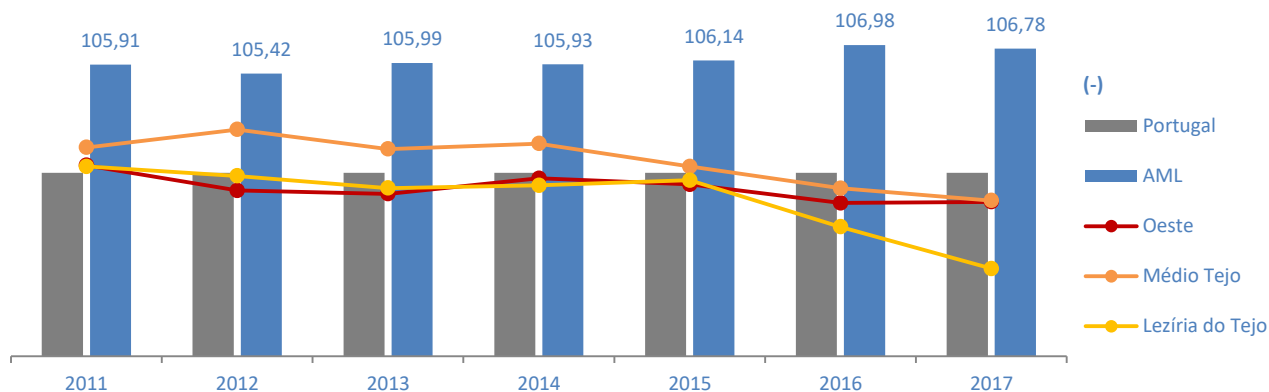


Gráfico 4 – Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR) – Coesão

Fonte: INE, Índice sintético de desenvolvimento regional (Coesão) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual (Maio 2020);

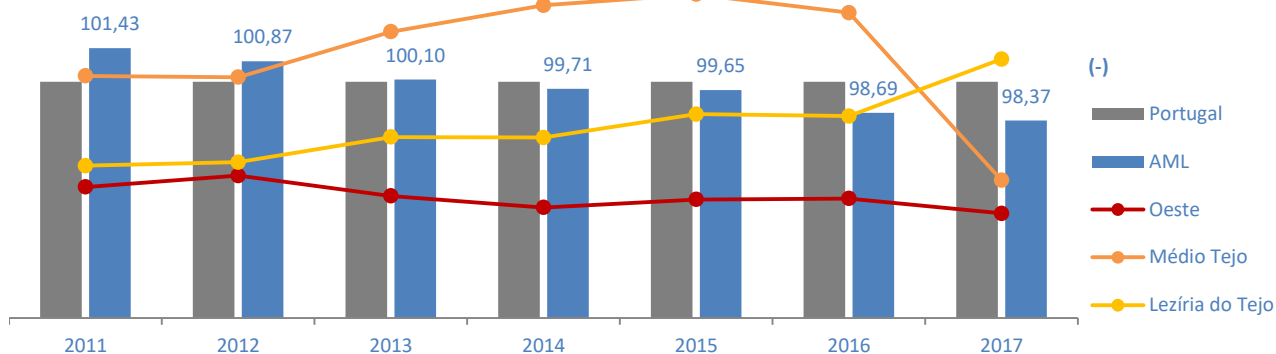


Gráfico 5 – Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR) – Qualidade Ambiental

Fonte: INE, Índice sintético de desenvolvimento regional (Qualidade ambiental) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual (Maio 2020);

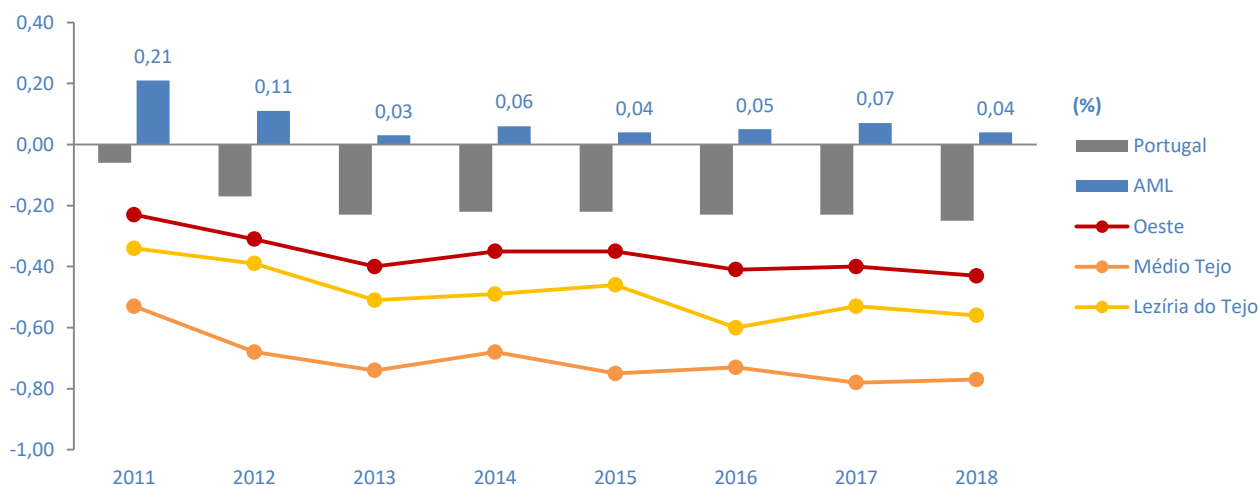


Gráfico 6 – Taxa de Crescimento Natural 2011-2018

Fonte: INE, Taxa de crescimento natural (%) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual - INE, Indicadores demográficos (Maio 2020);

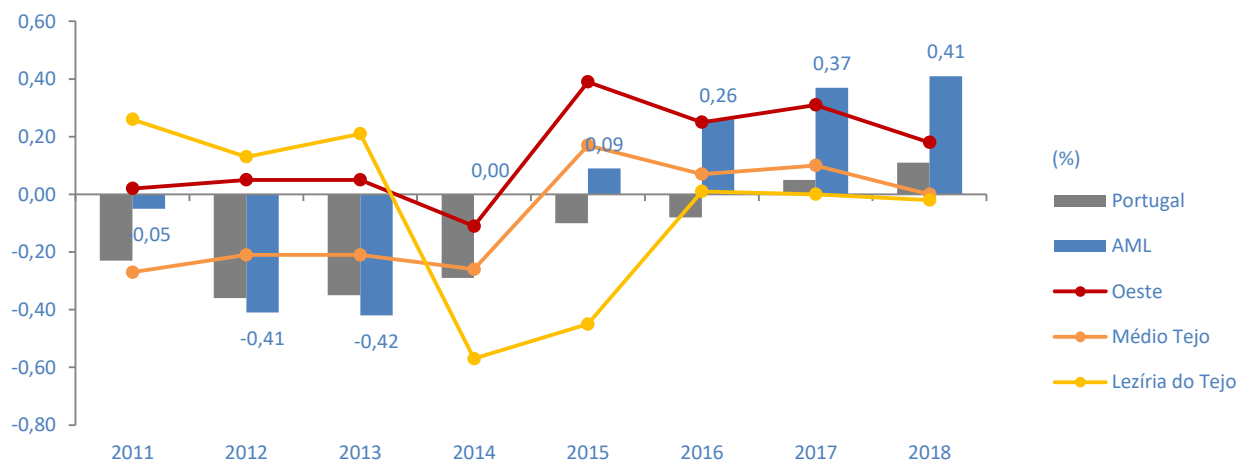


Gráfico 7 – Taxa de Crescimento Migratório 2011-2018

Taxa de crescimento migratório (%) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual - INE, Indicadores demográficos (atualização 06 Maio 2020);

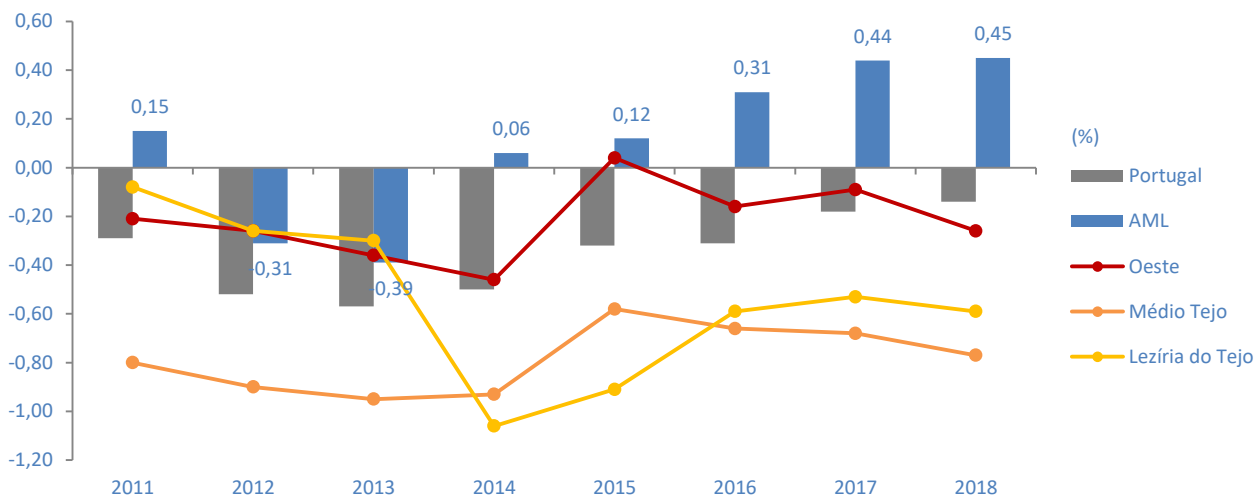


Gráfico 8 – Taxa de Crescimento Efetivo 2011-2018

Fonte: Taxa de crescimento efetivo (%) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual - INE, Indicadores demográficos(Maio 2020);

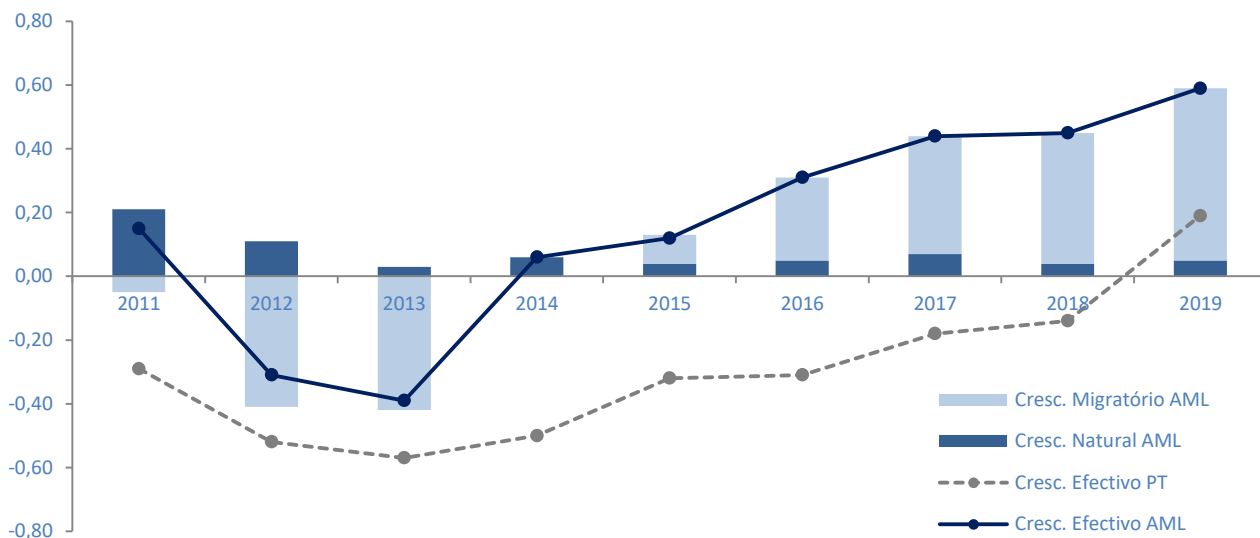


Gráfico 9 – Taxa de Crescimento Natural, Migratório e Efetivo na AML e Efetivo PT 2011-2019

Fonte: Taxa de crescimento natural, migratório e efetivo (%) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual; INE, Indicadores demográficos; (Maio 2020);



A Região de Lisboa situa-se no grupo de regiões europeias mais desenvolvidas à escala nacional, que apresentavam um menor afastamento em relação à média nacional no PIB *per capita*. A AML situa-se, também, num grupo ainda mais restrito de quatro regiões europeias mais desenvolvidas com funções de capital (Bruxelas, Viena, Berlim e Lisboa) que viram reduzir, desde de 2000, de forma relevante a diferença do seu (maior) nível de vida em relação à média do país.

A nível nacional, o crescimento do PIB em 2017 situou-se em 3,5% em volume, sendo de destacar o elevado crescimento do Investimento (11,9%). Em 2018, o PIB aumentou 2,4% em volume, mantendo-se o Investimento como a componente mais dinâmica (crescimento de 6,2%). Comparativamente com resultados anteriormente divulgados para 2017 e 2018, as Contas Nacionais, revelam um maior crescimento económico. A análise da convergência económica das regiões NUTS III, revela uma diminuição das disparidades regionais no período de 2000 a 2015, com as regiões mais pobres a apresentarem taxas de crescimento do PIB *per capita* e da produtividade muito superior à média do país. As assimetrias do PIB *per capita* avaliado em PPC face à média europeia (UE28) entre a região portuguesa mais rica e a mais pobre, diminuíram.

(Fonte: INE-Contas Nacionais Anuais – Base 2016 – Destaque - 23 Setembro 2019)

A AML apresenta um PIB *per capita*, sempre crescente e superior ao valor nacional, apresentando em 2018 o seu valor máximo (Gráfico 11). Na comparação europeia constata-se precisamente uma degradação da posição da AML face à média comunitária até 2017, estando as restantes NUTS III abaixo da média europeia. Portugal tem divergido da média da UE em termos de PIB por habitante ao longo dos últimos 10 anos, embora apresente uma ligeira recuperação a partir de 2012 (Gráfico 12).

O forte desempenho económico de Portugal nos últimos anos tem sido parcialmente impulsionado pelo ciclo económico, mas o crescimento potencial também melhorou significativamente, convergindo para a média da zona euro. De acordo com as previsões de 2019, o crescimento potencial já é idêntico à média da UE (1,6 % em 2018 e 1,7 % em 2019), o que indica uma melhoria significativa em relação ao nível mínimo de -1,3 % em 2012. A criação de emprego passou a contribuir significativamente para o crescimento potencial, nomeadamente desde 2014, tendo gerado o maior contributo para o PIB e a sua importância tem sido especialmente forte desde 2016 (Gráfico 13). Prevê-se que o abrandamento moderado se mantenha a médio prazo, em virtude de uma diminuição da dinâmica do comércio externo e de uma maior incerteza. O crescimento das exportações abranda, mas a sua proporção no PIB continua a aumentar. O crescimento do PIB deverá estabilizar-se em 1,7 % em 2019 e em 2020. Esta tendência reflete a evolução no sentido do crescimento potencial estimado e os impactos negativos decorrentes do contexto externo menos dinâmico a nível das exportações (Gráfico 14).

Analisando a evolução do rendimento, aponta-se a perda relativa de poder de compra *per capita* da AML face à média nacional, atingindo o máximo afastamento em 2015. A partir de 2017 a 2019 há novo ganho do poder de compra face à média nacional. Relativamente à população empregada por conta de outrem, regista-se uma subida progressiva do rendimento *per capita*, acompanhando a tendência nacional, tal como nas restantes NUTSII. (Gráfico 15).

Ao contrário do rendimento *per capita*, o poder de compra *per capita* da AML desce acentuadamente aproximando-se da média nacional apesar dos ganhos atrás referidos. Nas restantes regiões acontece precisamente o contrário, subindo ligeiramente e aproximando-se todas elas da média nacional, sendo o Médio Tejo o que apresenta a maior subida.

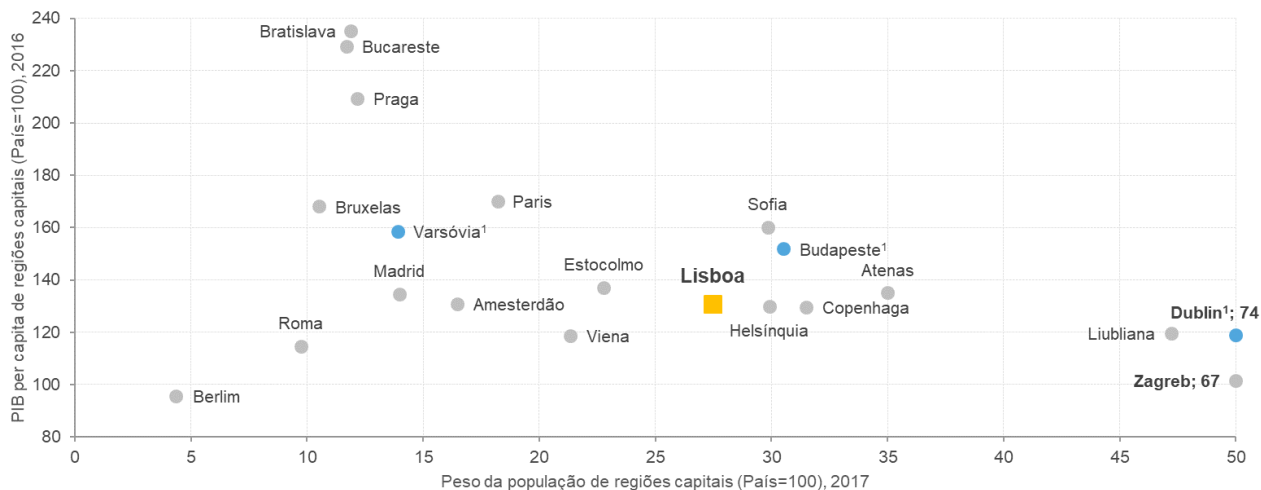


Gráfico 10 – Peso da população de regiões capitais vs PIB *per capita* em % do respetivo país da UE

Nota: (País =100), 2017; A região capital de Varsóvia PL12 – Mazowiecki foi descontinuada e dividida em PL91 – Warszawki Stoleczny e em PL92 – Mazowiecki Regionalny; a região capital de Dublin IE02 – Southern and Eastern foi descontinuada e dividida em IE05 – Southern e IE06 – Eastern and Midland; a região capital de Budapeste HU10 - Közép-Magyarország foi descontinuada e dividida em HU11 – Budapest e HU12 – Pest com a reclassificação de regiões NUTS II 2016. De forma a garantir a consistência da análise, utilizou-se para Varsóvia, Dublin e Budapeste, valores referentes à classificação antiga NUTS II 2013, em que o último ano disponível da série é referente a 2016. Fonte: INE/ Eurostat;

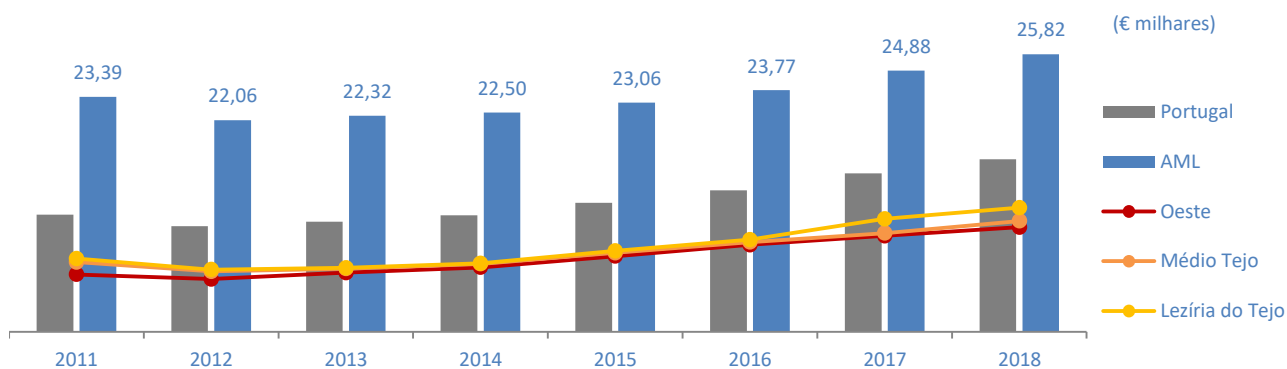


Gráfico 11 – Produto Interno Bruto *per capita*

Fonte: Produto interno bruto (B.1*g) por habitante a preços correntes (Base 2016 - €) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - INE, Contas económicas regionais; (Maio 2020);

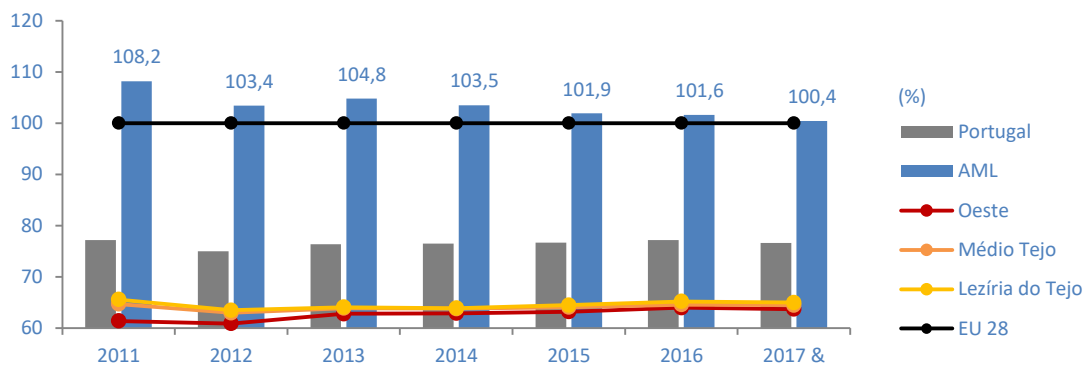


Gráfico 12 – Evolução do PIB *per capita* em PPC: AML, PT, UE28 e PIB/Habitante a Preços Correntes

Fonte: Produto interno bruto por habitante em PPC (UE28=100) (Base 2011 - %) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - INE, Contas económicas regionais. Sinais convencionais: & - dados provisórios; (atualização 06 Maio 2020);

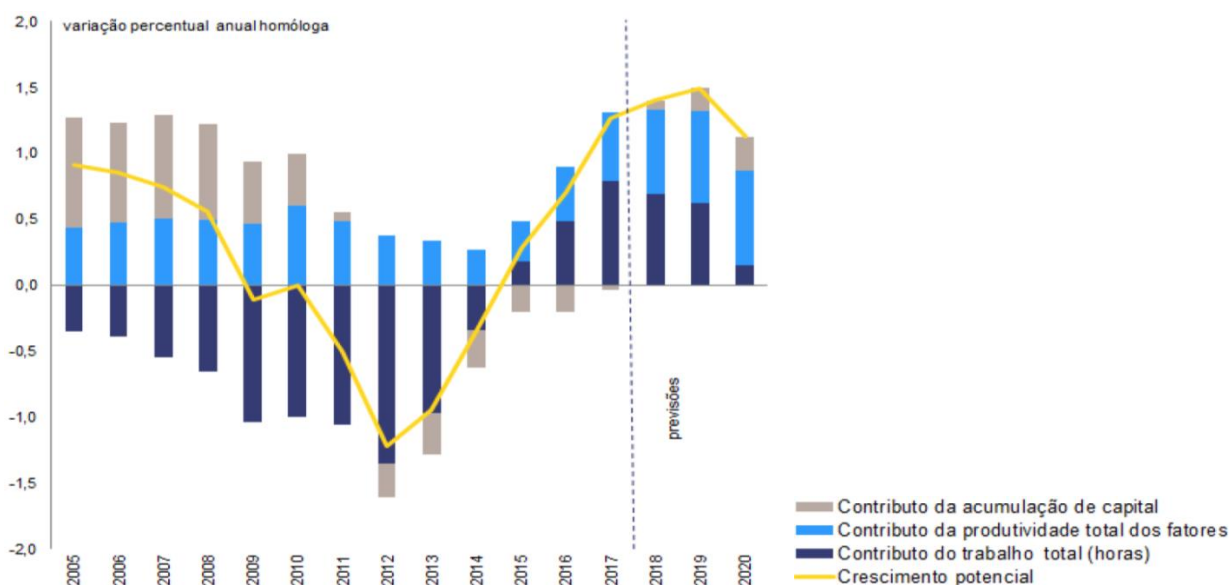


Gráfico 13 – Contributos para o Crescimento Potencial do PPC em Portugal

Fonte: Comissão Europeia (Publicação - Relatório relativo a Portugal de 2019 que inclui a apreciação aprofundada da prevenção e correção dos desequilíbrios macroeconómicos, Bruxelas, 27.2.2019 SWD (2019) 1021 final)

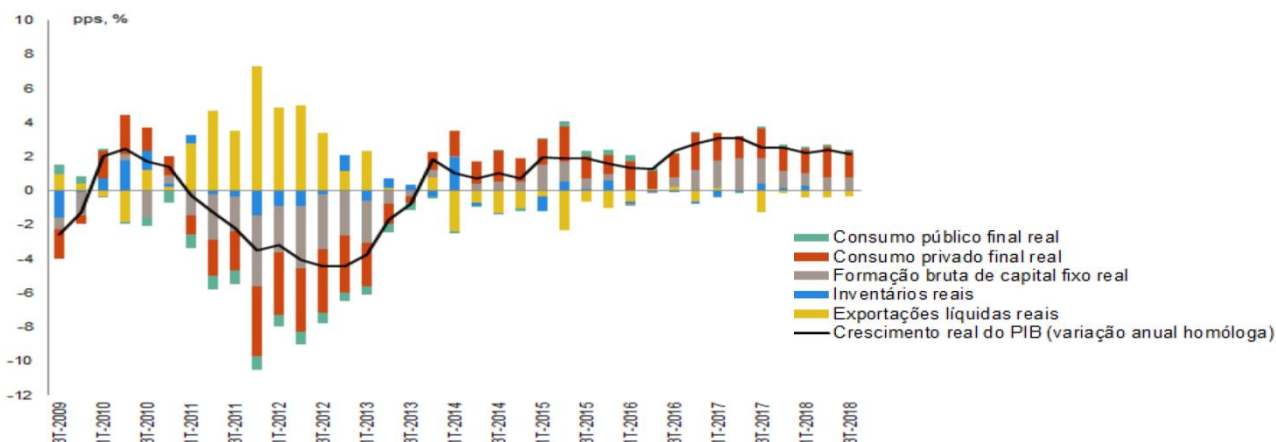


Gráfico 14 – Evolução do Consumo, Exportações e Crescimento Real PIB, por Trimestre (EU)

Fonte: Eurostat (Publicação - Relatório relativo a Portugal de 2019 que inclui a apreciação aprofundada da prevenção e correção dos desequilíbrios macroeconómicos, Bruxelas, 27.2.2019 SWD (2019) 1021 final)

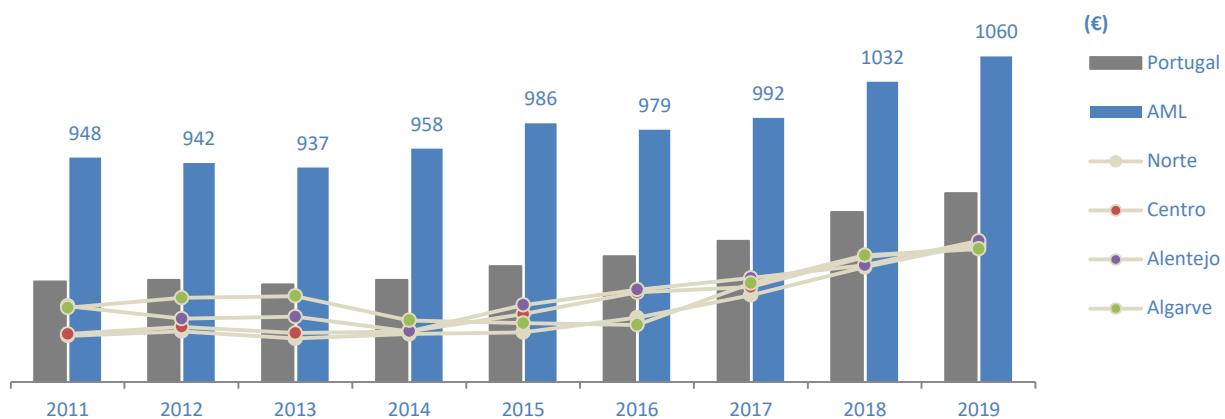


Gráfico 15 – Rendimento médio mensal líquido

Fonte: Rendimento médio mensal líquido (Série 2011 - €) da população empregada por conta de outrem por Local de residência (NUTS - 2013) e Profissão; Anual - INE, Inquérito ao emprego. Valores calibrados tendo por referência as estimativas da população calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2011. (Maio 2020);

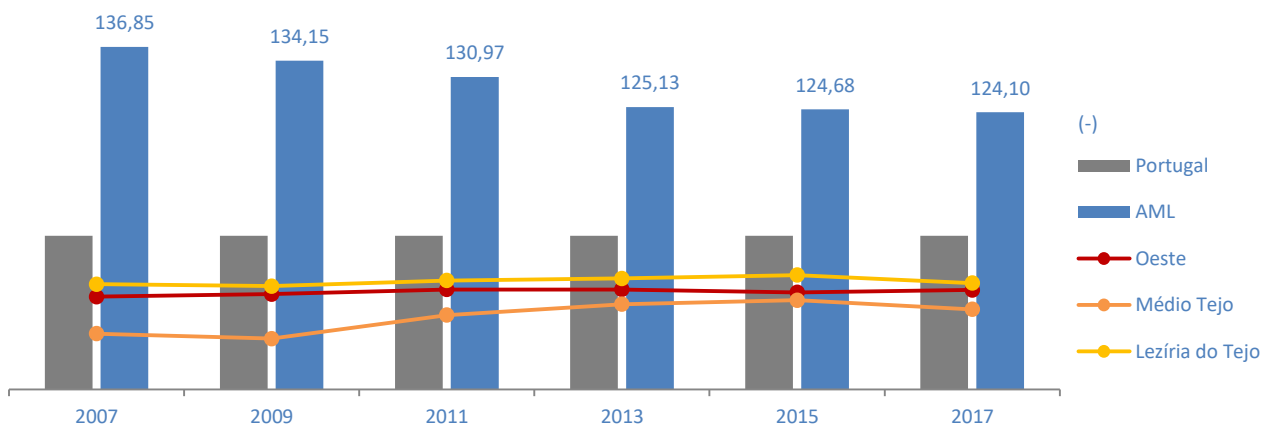


Gráfico 16 – Poder de Compra per capita

Fonte: Poder de compra per capita por Localização geográfica (NUTS - 2013); Bienal - INE, Estudo sobre o poder de compra concelhio

Nota: "A partir do Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio 2005, o período de referência do indicador passou a ser coincidente com o momento de referência associado às variáveis de base"; (Maio 2020);



Em 2019, o maior crescimento da população ativa registado é nos dois níveis de escolaridade mais elevados (ensino secundário e pós secundário, e ensino superior), havendo uma progressão de mais de 11% relativamente a 2011, na AML. Nos três ciclos básicos a tendência é oposta havendo uma redução máxima no 1º ciclo de metade 2011 e 2019, sendo o 3º ciclo, o mais estável do ensino básico, provocado pelo decréscimo de nascimentos ao longo dos anos. Há um incremento do ensino superior em 2019 e uma redução do nível de pessoas sem escolaridade. A AML regista cerca de 64,4% de população ativa com níveis de escolaridade acima do 3º ciclo do ensino básico enquanto em 2011 registava cerca de 50%. O nível de escolaridade nula, aproxima-se do zero na AML. Nesta trajetória de melhoria, a AML acompanhou o país embora encontrando-se num patamar significativamente superior (Gráfico 17).

Tal como é possível confirmar no gráfico (Figura 2), existe uma correlação bastante significativa entre a criação de riqueza (PIB) e a criação de emprego, havendo uma relação linear entre ambas as variáveis. Nesse sentido, caso ocorra uma diminuição abrupta do emprego, a mesma ocorrerá por consequência da redução da produção das empresas, ou em casos mais extremos pela sua falência. De acordo com o gráfico PIB vs Emprego, a estreita correlação observável sustenta a tese de que quanto maior o impacto no emprego, maior será a recessão económica e, certamente, mais difícil e morosa será a sua recuperação. A recuperação do emprego colocou a taxa de desemprego, novamente, em valores pré-crise, fixando-se nos 6,5% em 2019. Contudo, segundo IEF17, em março número de desempregados ascendeu a 343 mil, correspondendo a uma variação homóloga de 3% e aumento de 8,9% face a fevereiro. (Figura 3).

No período em análise 2011-2019, a evolução da taxa de emprego na AML acompanha a evolução do país, sendo marcada, em 2015, por um acréscimo no posicionamento face à média europeia. Entre 2017 e 2018, Portugal e a AML apresentavam taxas de emprego superiores à média europeia, sendo que, em 2014 se inicia uma recuperação do crescimento da taxa de emprego nacional e metropolitana (Gráfico 18). Relacionando emprego e nível de escolaridade, a taxa de emprego por nível de escolaridade na AML apresenta uma descida nos três ciclos do ensino básico, acompanhando a descida da taxa de emprego e da proporção da população ativa. Apresenta ainda uma ligeira subida do emprego nos níveis de escolaridade mais elevada. Ao nível do ensino superior registou-se uma recuperação a partir de 2014 até 2018. Na comparação nacional, a AML continua a apresentar um perfil de população empregada mais qualificada. As maiores taxas de empregabilidade na região continuam a ser da população com ensino secundário, pós secundário e superior, enquanto com níveis de escolaridade mais baixos, apresentam taxas de emprego inferiores aos valores nacionais (Gráfico 19).

A taxa de desemprego reduziu progressivamente a partir de 2013 até 2018, tanto na AML como em Portugal, o que constitui um decréscimo do desemprego superior ao verificado a nível da média europeia. Na AML, o decréscimo da taxa de desemprego apresenta valores superiores à média nacional, aproximando-se desta a partir de 2015, passando de 18,6%, em 2013, para 7,2% em 2019. (Gráfico 20). O desemprego jovem, na comparação com a média europeia (Gráfico 21), tanto na AML como no total nacional, tem desde 2013 uma redução e aproximação da média europeia, motivada pela recuperação de emprego jovem. Em 2019 a AML distancia-se novamente da média nacional.

Não obstante a tendência positiva de redução de taxa de desemprego jovem, constata-se a elevadíssima expressão do desemprego jovem, sublinhando-se que, na AML, a taxa de desemprego neste grupo etário atingiu em 2013 os 45,3%. O grupo etário com menor taxa de desemprego é o de 45 anos ou mais. Entre 2011 e 2019, o ano de 2013, é aquele que apresenta a maior taxa de desemprego em quase todas as faixas etárias, com exceção da faixa dos 25 aos 34 anos, em que a maior taxa de desemprego já era visível em 2012. A partir desta data, as taxas foram registando descidas encontrando-se com valores inferiores aos registados em 2011. Exceto na faixa etária dos 15-aos 24 anos, em que a taxa de desemprego sobe pela primeira vez, nas restantes faixas etárias, 2019 é ano com a menor taxa de desemprego (Gráfico 22).

A taxa de desemprego de longa duração, no total do desemprego, tem o seu ponto mais crítico em 2013, ano a partir do qual se evidenciam tendências de atenuação, similar tanto a nível nacional, como da AML, como em aproximação à média europeia. Em 2019, verifica-se o valor mais baixo do desemprego de longa duração, na última década. De referir que o fenómeno de agravamento da duração do desemprego também está patente na evolução da média europeia, mais ténue a partir de 2014. Na AML, em 2019, os valores de 3,6% são muito inferiores aos registados em 2013 no pico do desemprego. (Gráfico 23).

A taxa de desemprego da população ativa com ensino superior completo, tem vindo a reduzir-se desde 2013, com exceção do ano de 2016 em que há uma ligeira subida do desemprego na AML. Em 2019, a taxa de desempregados com o ensino superior completo é de apenas 4,7 % na AML, estando a média nacional acima e ligeiramente agravada neste ano. (Gráfico 24).

Em linha com a taxa de desemprego encontra-se a proporção de inscritos no Instituto de Emprego e Formação profissional (IEFP), face à população ativa. Esta proporção acentua-se a partir de 2011 e atinge o seu máximo em 2013, decrescendo a partir daí. O número de inscritos em 2018 é inferior ao registado no início do período em análise em cerca de 2,1 pontos percentuais. Ao nível das NUTS III, o Oeste é a região que apresenta o menor número de inscritos nos centros de emprego e formação profissional em 2018, ou seja 3% abaixo de 2011 (Gráfico 25).

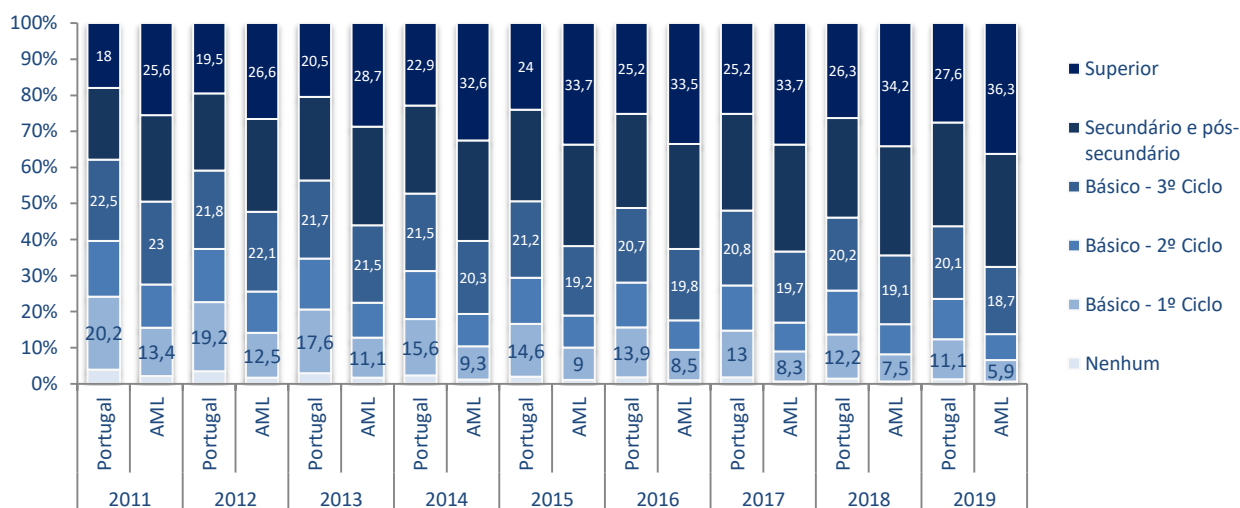


Gráfico 17 – Proporção da População Ativa por Nível de Escolaridade mais Elevado Completo

Fonte: Proporção da população ativa (Série 2011 - %) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo e Nível de escolaridade mais elevado completo; Anual - INE, Inquérito ao emprego; (Maio 2020);



Figura 2 - Taxa de Desemprego % População Ativa; Dados Banco de Portugal

Fonte: 17 [https://www.iefp.pt/documents/10181/9766505/Informação+Mensal+março+2020.pdf/910ce737-](https://www.iefp.pt/documents/10181/9766505/Informação+Mensal+março+2020.pdf/910ce737-b43d-41c8-8953-e3aba877ad38)

b43d-41c8-8953-e3aba877ad38; Artigo “Conjuntura Macroeconómica-Análise do Impacto COVID-19, Ordem dos Economistas; Maio 2020

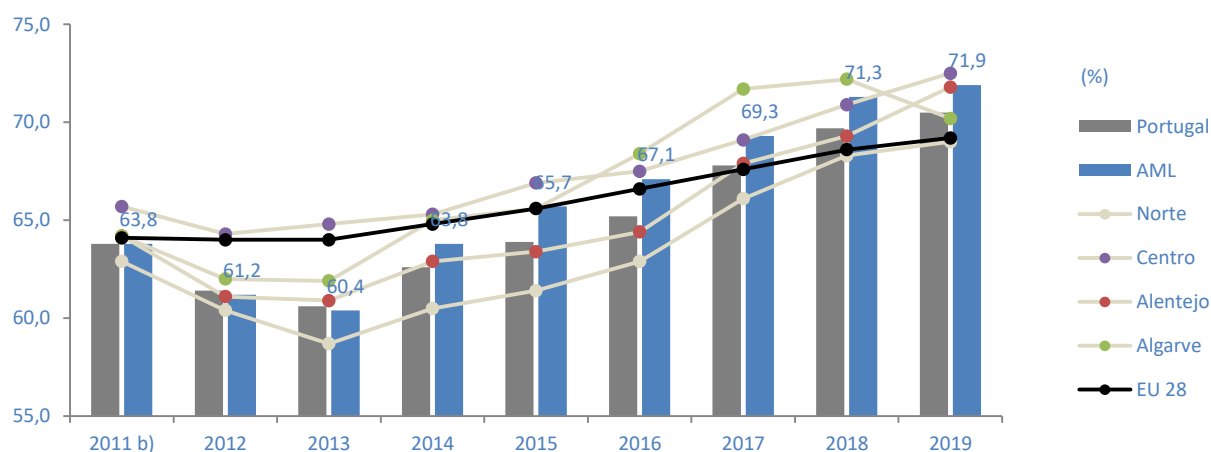


Gráfico 18 – Taxa de Emprego AML, PT, UE28 (15 aos 64)

Fonte: Eurostat – *Employment rates by sex, age and NUTS 2 regions (%) [lfst_r_lfe2emppt]* - Taxa de Emprego por sexo, idade e região - NUTS 2 regions (%) (15 ou mais anos); Nota (1) Valores calibrados tendo por referência as estimativas da população calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2011.; (atualização 07 Maio 2020);

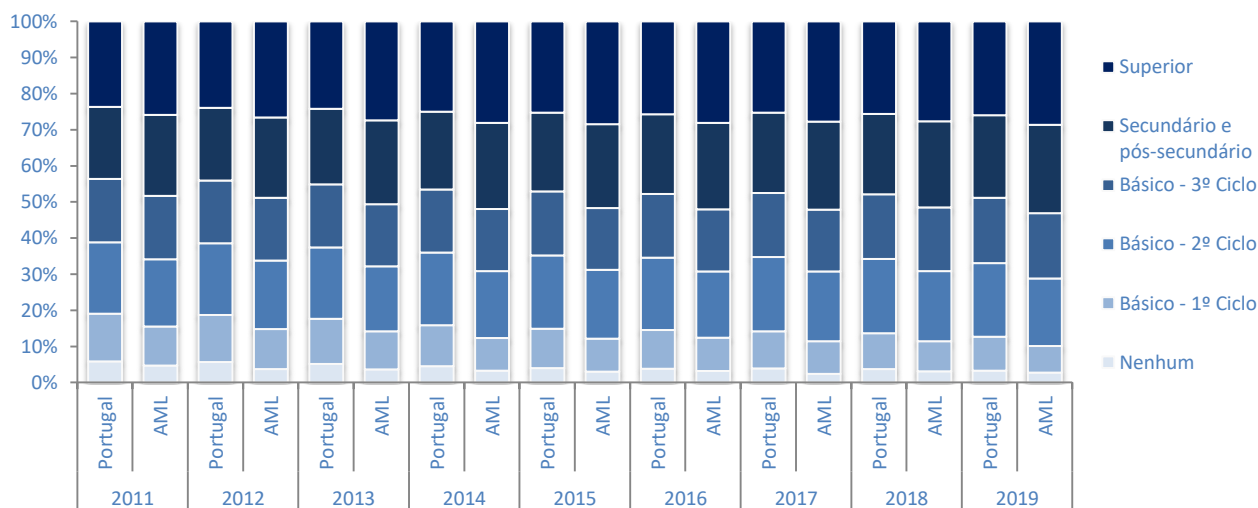


Gráfico 19 – Taxa de Emprego por Nível de Escolaridade mais Elevado Completo

Fonte: Taxa de emprego (Série 2011 - %) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo, Grupo etário e Nível de escolaridade mais elevado completo; Anual - INE, Inquérito ao emprego; (atualização 07 Maio 2020);

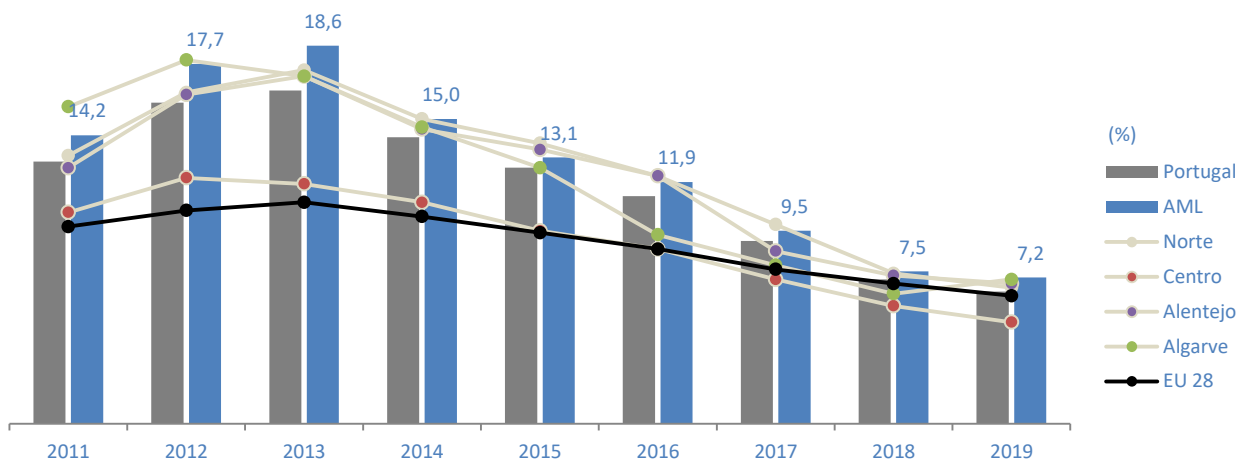


Gráfico 20 – Taxa de Desemprego (15 aos 74 anos)

Fonte: Eurostat - *Unemployment rates by sex, age and NUTS 2 regions (%)* [lfst_r_lfu3rt] Taxa de Desemprego por sexo, idade e Região - NUTS II (%) (15 a 74); Anual - INE, Inquérito ao Emprego (abril 2020)

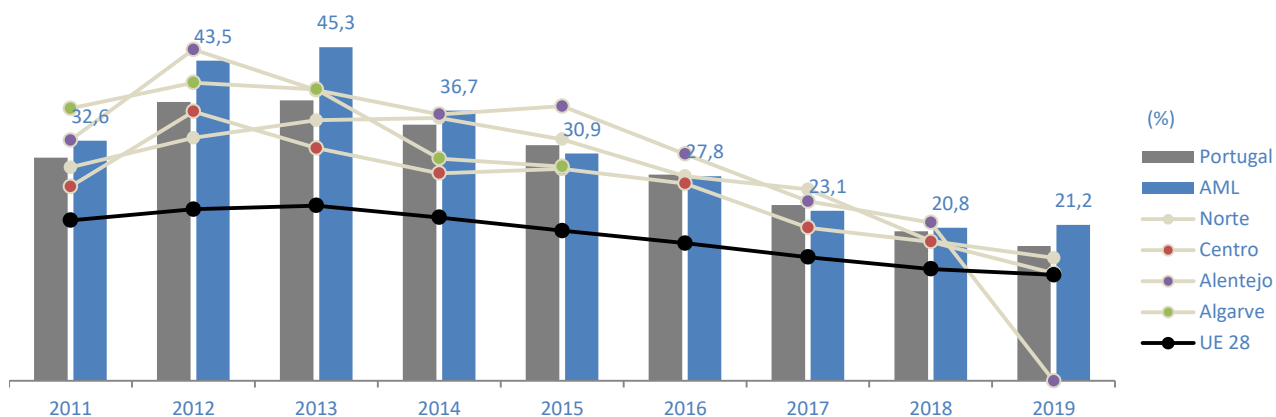


Gráfico 21 – Taxa de Desemprego Jovem (15 aos 24 anos)

Fonte: EUROSTAT – *Youth unemployment rate by sex and NUTS 2 regions* [yth_empl_110] Taxa de desemprego jovem dos 15 aos 24 anos - Nota: Dados não disponíveis (Algarve 2016_2018; Alentejo 2019); (abril 2020)

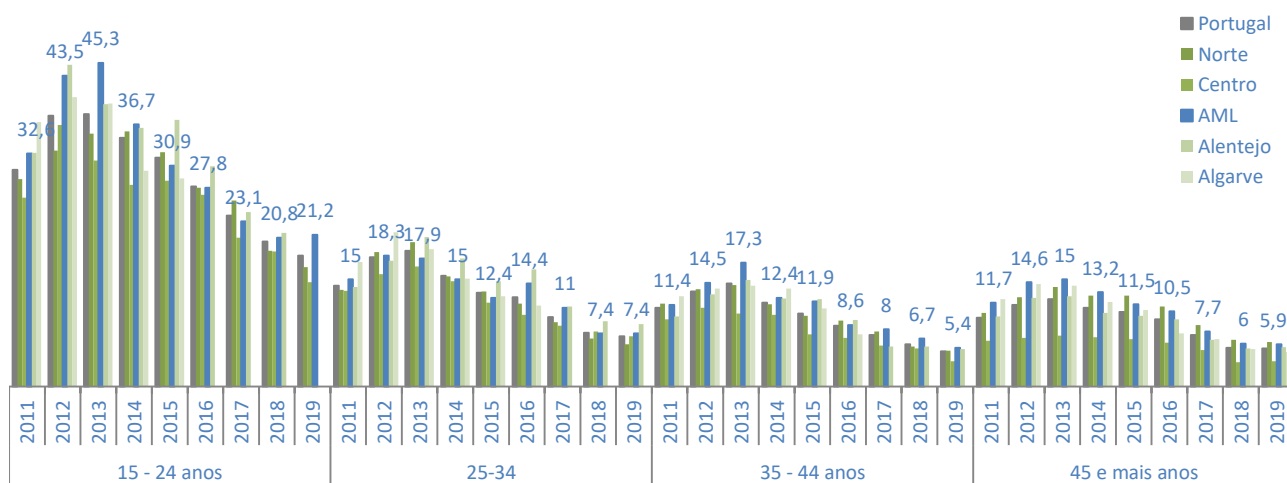


Gráfico 22 – Taxa de Desemprego por Grupo Etário

Fonte: Taxa de desemprego (Série 2011 - %) por Local de residência (NUTS - 2013) e Grupo etário; Anual - INE, Inquérito ao emprego; Nota: §: Desvio do padrão de qualidade/Coefficiente de variação elevado; Valores calibrados tendo por referência as estimativas da população calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2011; (Maio 2020);

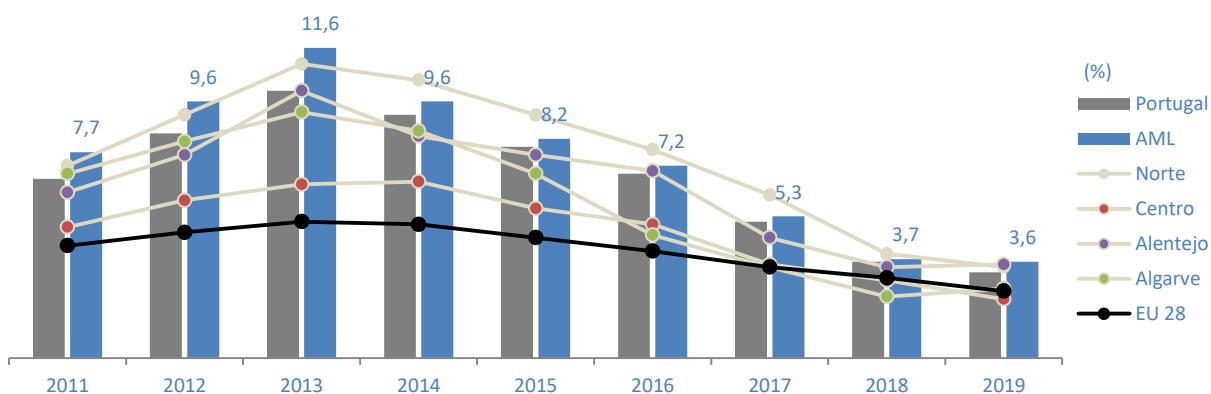


Gráfico 23 – Taxa de Desemprego de Longa Duração por Local de Residência e Sexo

Fonte: Eurostat Taxa de desemprego de longa duração na percentagem da população ativa (*Long-term unemployment (12 months and more) by NUTS 2 regions [fst_r_lfu2ltu]- Percentage of active population*) e INE Taxa de desemprego de longa duração (Série 2011 - %) por Local residência (NUTS - 2013) e Sexo; Anual; - INE, Inquérito ao emprego; (Maio 2020);

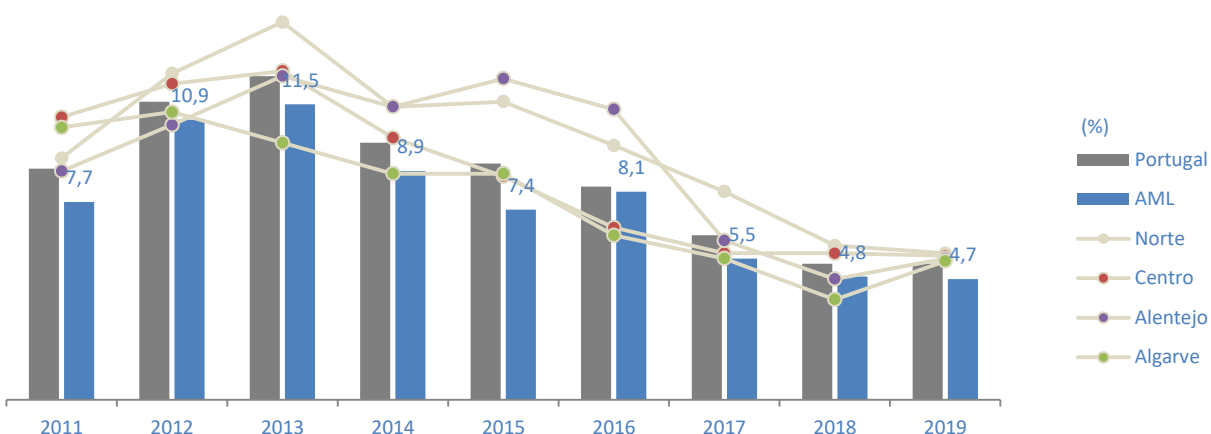


Gráfico 24 – Taxa de Desemprego da População Ativa com Ensino Superior Completo

Fonte: Taxa de desemprego (Série 2011 - %) da população ativa com ensino superior completo por Local de residência (NUTS - 2013) e Sexo; Anual - INE, Inquérito ao emprego; (Maio 2020);

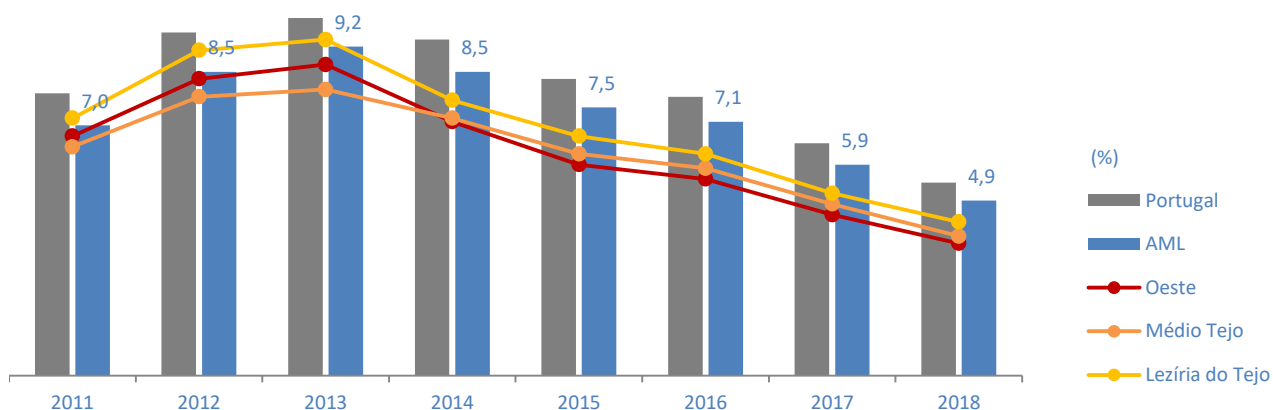


Gráfico 25 – Desempregados Inscritos no IEFP Face à População Ativa

Fonte: PORDATA; Dados: IEFP/MTSSS/ INE - Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional no total da população residente com 15 a 64 anos (%); (sem atualização);



O índice de competitividade pretende captar o potencial (em termos de recursos humanos e de infraestruturas físicas) de cada região em termos de competitividade, assim como o grau de eficiência na trajetória seguida (medido pelos perfis educacional, profissional, empresarial e produtivo) e, ainda, a eficácia na criação de riqueza e na capacidade demonstrada pelo tecido empresarial para competir no contexto internacional.

A Área Metropolitana de Lisboa é a NUTS que apresenta a maior produtividade do trabalho, no período analisado, sendo sempre superior à média nacional, com uma percentagem superior a 44% no último ano. No horizonte temporal em análise registaram-se crescimentos de produtividade tanto na Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT), como na média nacional, com exceção da Lezíria do Tejo que desde em 2018 (Gráfico 26).

Analisando a evolução da estrutura da economia regional e nacional, comparando o primeiro e o último ano do período de referência (2011 e 2017), constata-se que na RLVT, mantém-se o grau de terciarização da economia. No contexto da AML, registam-se padrões similares no sentido da terciarização, tendo esta última um peso muito menor no setor secundário (relativamente próximo de metade dos valores nacionais) e também uma presença menor do setor primário. No sector secundário destaca-se o Médio Tejo com cerca de 28% do VAB e no sector primário destaca-se a Lezíria do Tejo com a maior percentagem em oposição à AML com uma percentagem quase nula que não ultrapassa os 0,4%. (Gráfico 27)

A análise da evolução do peso das exportações da AML no total nacional evidencia um crescimento entre 2011 e 2013 e um decréscimo de entre 2014 e 2016, com uma retoma registada em 2017 e 2019, atingindo o valor mais elevado, contribuindo com cerca de 31% para as exportações nacionais. As restantes NUTS III da RLVT pautam-se por um baixo peso nas exportações nacionais (Gráfico 28 e 29).

Na AML a percentagem de empresas sobreviventes dois anos após a sua criação apresenta taxas inferiores à média nacional em resultado de uma maior dinâmica de empreendedorismo e inerente mortalidade associada. De relevar, que, na AML, esta taxa de sobrevivência cresceu significativamente a partir de 2011, atingindo o seu pico em 2017, na AML e nas restantes NUTS. Em 2018 a única região que sobe é o médio Tejo e todas as outras descem. Relativamente à evolução da proporção de nascimentos de empresas nos setores de alta e média-alta tecnologia, regista-se, ao longo do período de referência, ligeira variabilidade na AML ao contrário das restantes NUTSIII. Não obstante é possível registar que os valores mais elevados de nascimentos desta tipologia de empresas foram obtidos em 2018, tanto na AML como a nível Nacional. (Gráfico 30 e Gráfico 31).

A proporção do valor acrescentado bruto (VAB) das indústrias de alta e média-alta tecnologia no VAB total, na AML, apresenta um ligeiro decréscimo em 2016, tornando a recuperar em 2017 e a baixar em 2018, apresentando um valor relativamente constante desde 2011, apresentando desempenhos inferiores aos nacionais e às outras regiões da RLVT. É a Lezíria do Tejo, a região que apresenta o maior VAB face a todas as regiões e à média nacional. (Gráfico 32).

Em 2018 a AML continua a evidenciar, ao nível do VAB e do emprego, a sua especialização, no sector terciário, destacando-se as atividades de educação (acima dos 57,21%) e nas atividades administrativas e serviços de apoio (próximo dos 54%), logo seguida do comércio de grosso 52%. Quanto ao pessoal ao serviço, as atividades de comércio e as administrativas, apresentam elevada expressão nas duas variáveis em análise, acima dos 20%. (Gráfico 33).

Analisando em particular o peso da indústria de alta e média-alta tecnologia no universo da indústria transformadora, em termos de VAB e do pessoal ao serviço, a AML evidencia-se com uma posição privilegiada no contexto nacional uma vez que apresenta valores superiores nesta proporção, quer em termos de emprego, quer de VAB. Quanto ao VAB, a partir de 2014, este valor tem vindo a diminuir, aproximando-se da média nacional, com o valor mais baixo em 2016, registando uma subida já em 2017 e 2018 depois de 3 anos consecutivos de queda. Já a proporção de pessoal ao serviço tem uma subida constante ao longo de 8 anos consecutivos. A média nacional mantém-se estável ao longo do período em análise (Gráfico 34 a 36).

Analisando o peso dos serviços intensivos em conhecimento no universo dos serviços na AML, em termos de pessoal ao serviço e VAB, evidencia-se que a AML mantém, igualmente, uma posição privilegiada no contexto nacional apresentando valores superiores nesta proporção, quer em termos de emprego quer de VAB. Tanto na proporção de VAB como de pessoal ao serviço, as restantes NUTS estão bastante abaixo (Gráfico 37 e Gráfico 38).

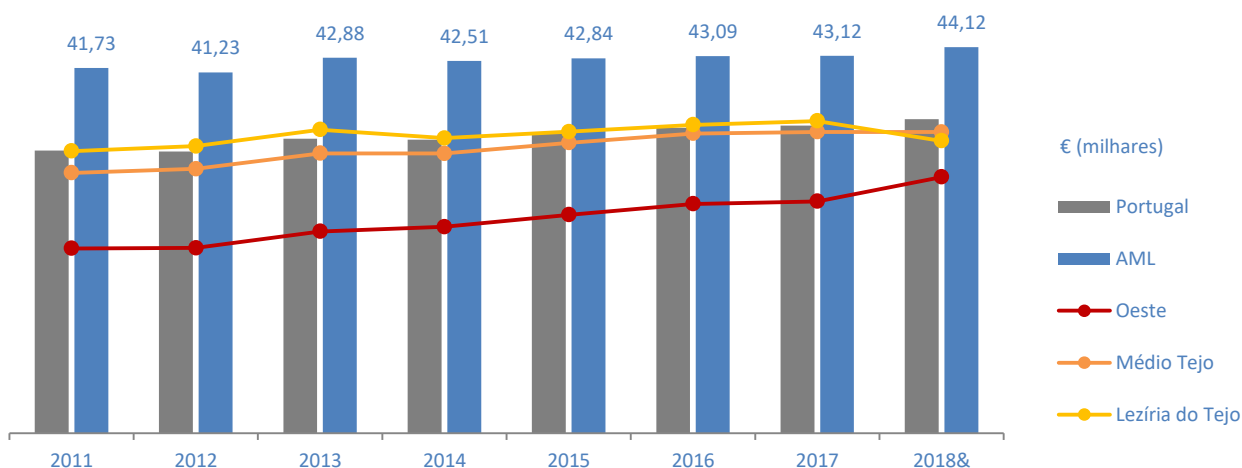


Gráfico 26 – Produtividade Aparente do Trabalho

Fonte: Produtividade aparente do trabalho (Base 2016 - €) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - INE, Contas económicas regionais

Nota: &: Dado provisório; (Maio 2020);

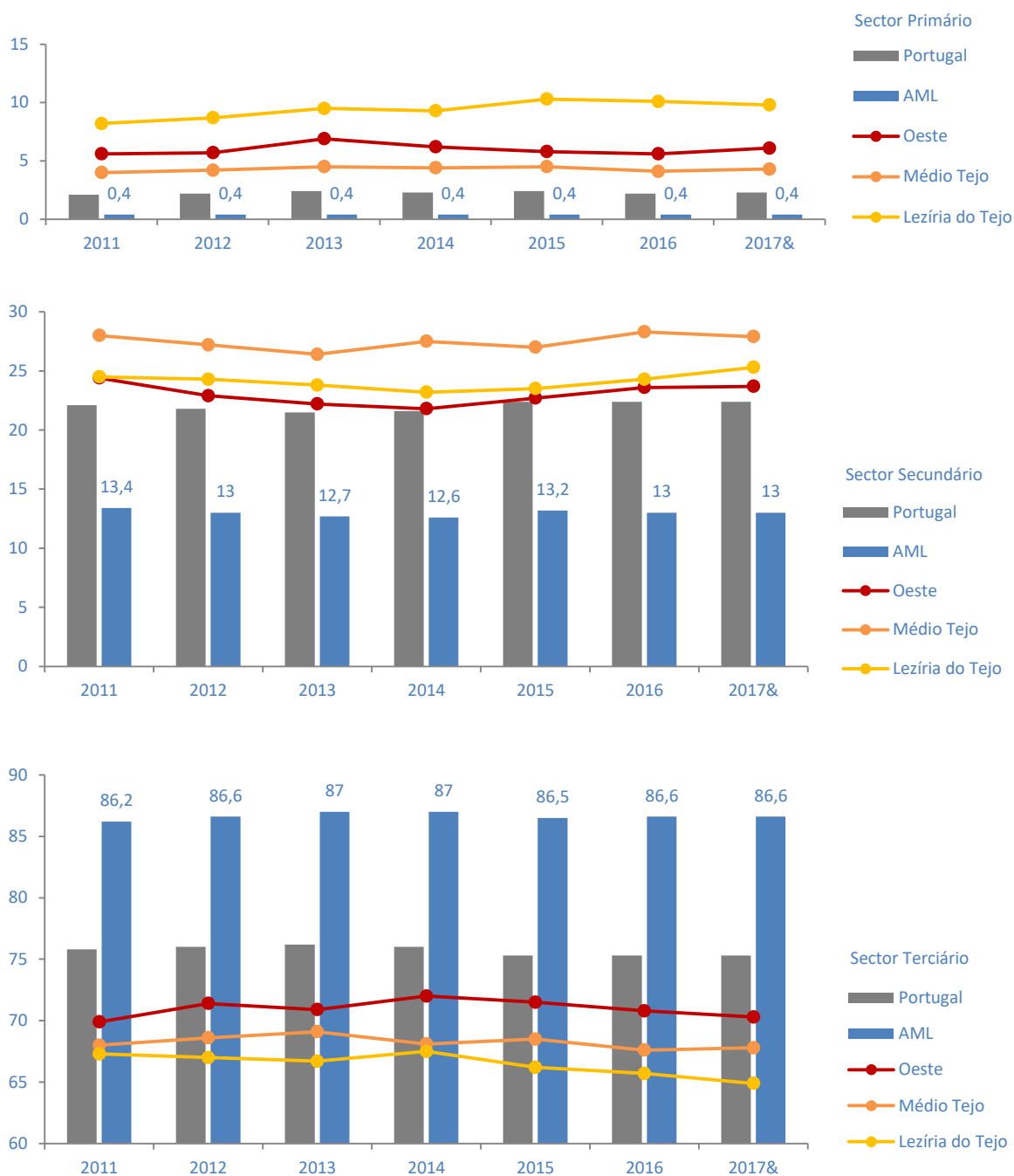


Gráfico 27 – Valor Acrescentado Bruto por Sector de Atividade

Fonte: Proporção do valor acrescentado bruto (Base 2011 - %) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Ramo de atividade (A3); Primário - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; secundário - Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição; construção; Terciário - Serviços, Anual; INE, Contas Económicas Regionais; Nota: &: Dado provisório; (sem atualização);

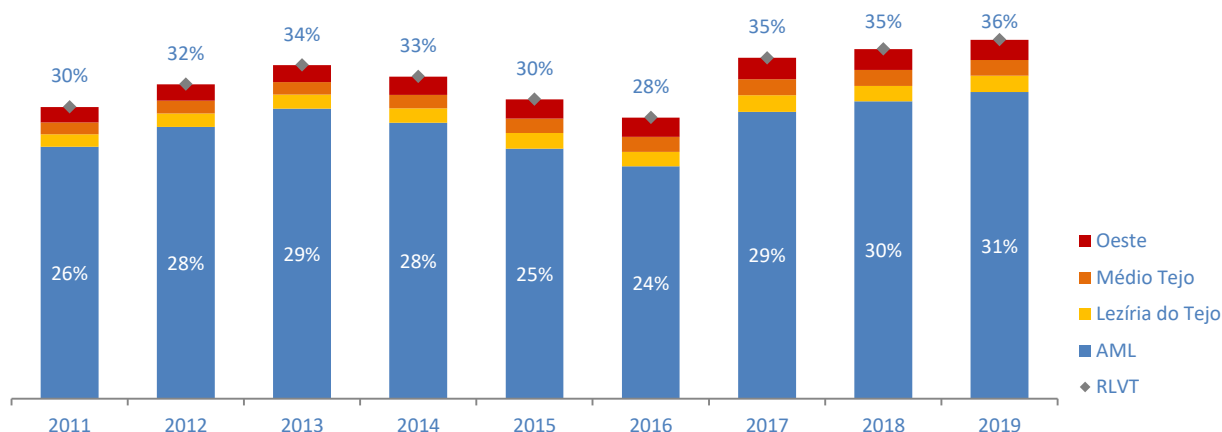


Gráfico 28 – Peso da Exportação de Bens no Total Nacional (Portugal =100)

Fonte: Exportações (€) de bens por Localização geográfica (NUTS - 2013), Tipo de comércio e Tipo de bens (Nomenclatura combinada - NC2); Anual – (Total Nacional - Portugal =100)(%) ; INE, Estatísticas do Comércio Internacional de bens/ dados tratados pelo OADRIL

Nota: (1) Dados definitivos de 2011 a 2018 e preliminares de 2019 e 2020; (3) Os dados relativos a 2015 foram alvo de uma atualização extraordinária a 08/09/2017, que resulta numa alteração dos valores das exportações (Intra-UE); (Maio 2020);

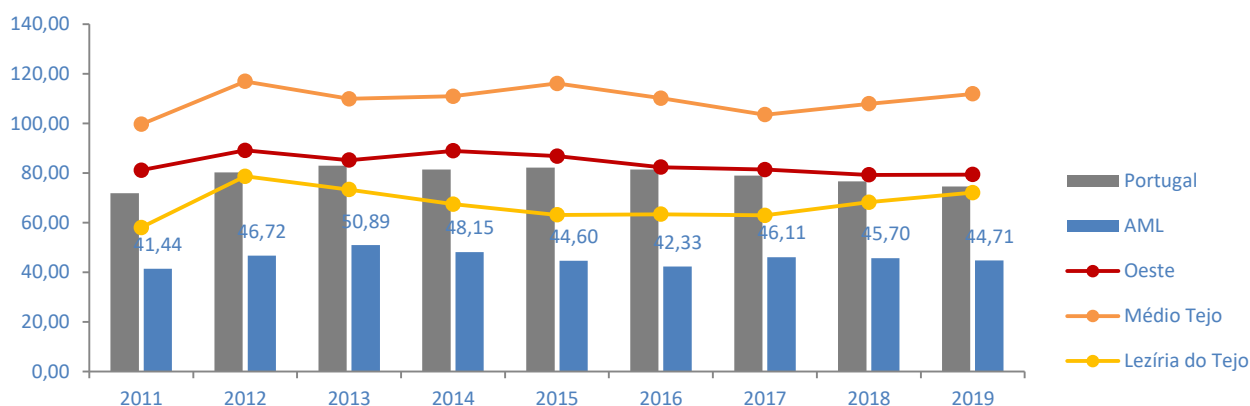


Gráfico 29 – Taxa de Cobertura das Importações pelas Exportações

Fonte: Taxa de cobertura das importações pelas exportações (%) por Localização geográfica (NUTS2013); Anual; INE, Estatísticas do Comércio Internacional de bens. Nota (1)(2) Dados definitivos de 2011 a 2018 e preliminares de 2019 e 2020. (2) Os dados relativos a 2015 foram alvo de uma atualização extraordinária a 08/09/2017, que resulta numa alteração dos valores das exportações (Intra-UE); (Maio 2020);

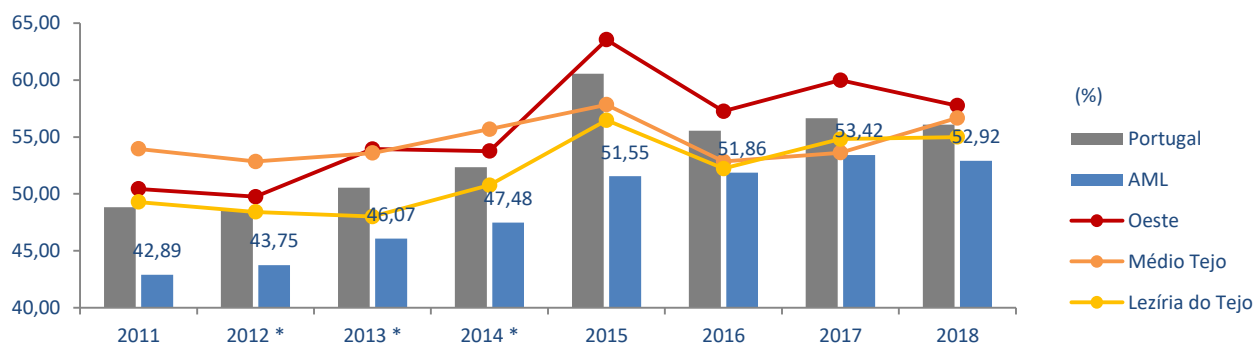


Gráfico 30 – Taxa de Sobrevivência das Empresas Nascidas 2 Anos Antes

Fonte: Taxa de sobrevivência (%) das Empresas nascidas 2 anos antes por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - INE, Demografia das empresas; Notas: *Dados retificados. (1) No âmbito da implementação do SEC 2010 nas Contas Nacionais e da necessidade de distinguir as Sociedades Gestoras de Participações Sociais (Holdings) das Sedes sociais (Head-offices) procedeu-se a uma atualização das estatísticas da demografia das empresas. Estas alterações tiveram reflexos imediatos na delimitação do setor empresarial, pelo que, de modo a aumentar a consistência com as Contas Nacionais, se procedeu a uma revisão da série das estatísticas da demografia das empresas para o período 2008-2015; (Maio 2020);

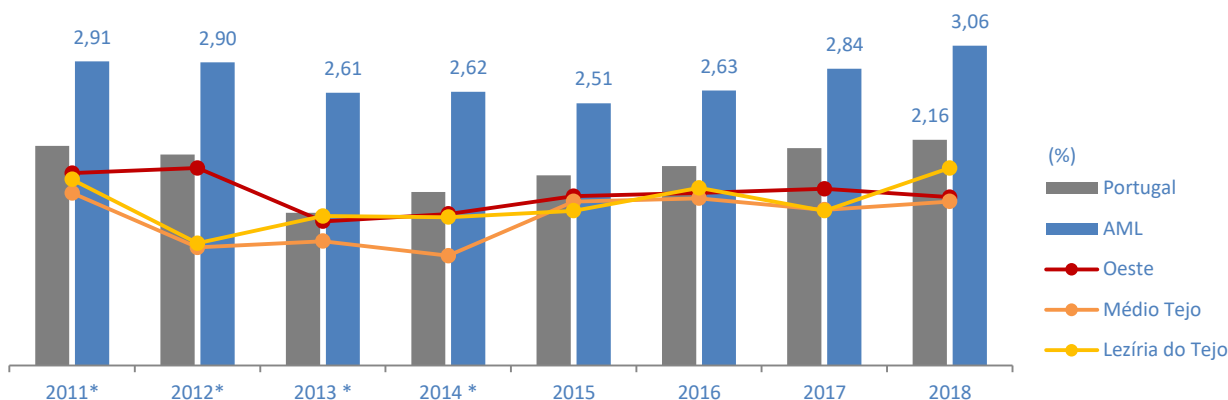


Gráfico 31 – Proporção de Nascimento de Empresas em Sectores de Alta e Média-Alta Tecnologia

Fonte: Proporção dos nascimentos de empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia (CAE Rev. 3 - %) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual; INE, Demografia das Empresas; Nota(s): (1) – a mesma do Gráfico 30 Nota(2)*: Dados retificados; (Maio 2020);

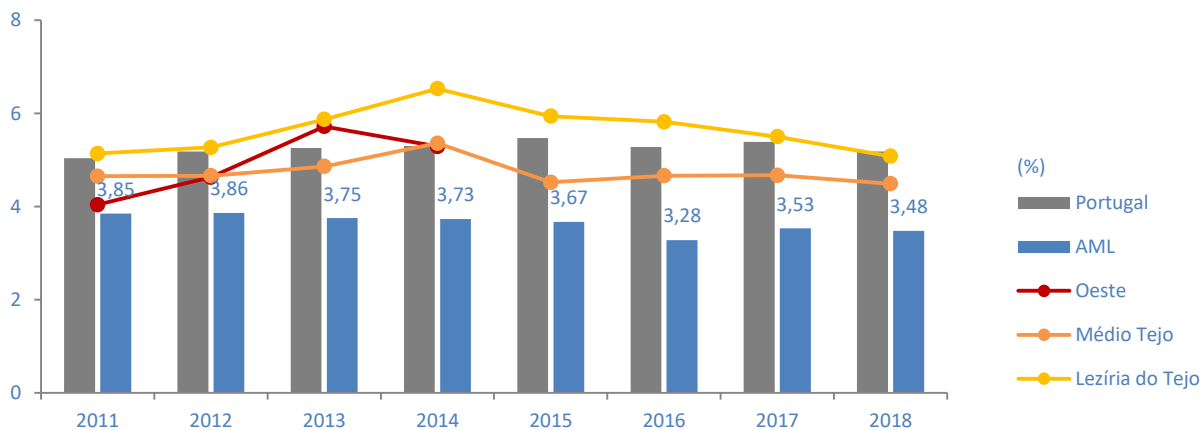


Gráfico 32 – Proporção do VAB das Indústrias de Alta e Média-Alta Tecnologia no VAB Total

Fonte: Proporção do valor acrescentado bruto das indústrias de alta e média-alta tecnologia no valor acrescentado bruto total (CAE Rev. 3 - %) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - INE, Sistema de contas; Nota: (1) – a mesma do Gráfico 28 *: ... Dado confidencial (Oeste 2015-2018); (Maio 2020);

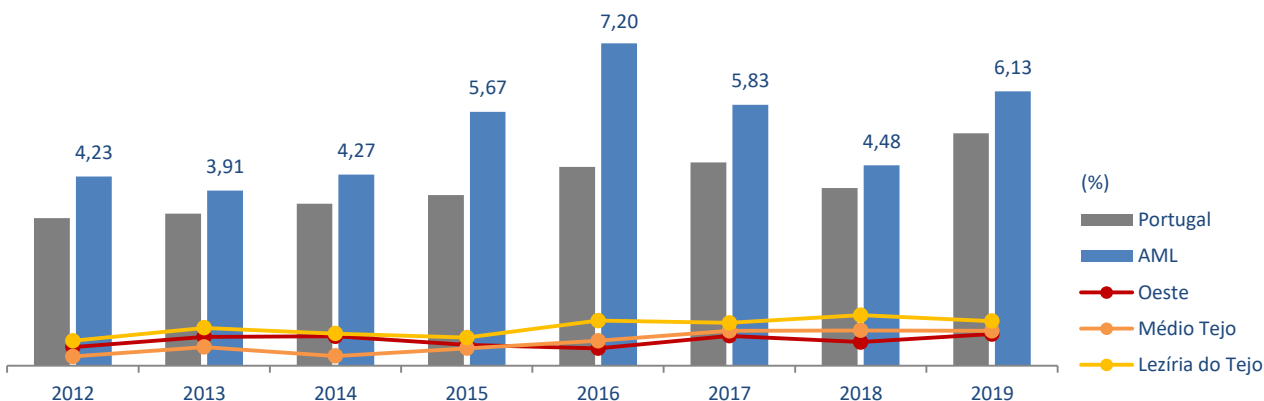


Gráfico 33 – Proporção de Exportações de Bens de Alta Tecnologia

Fonte: Proporção de exportações de bens de alta tecnologia (%) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual; INE, Estatísticas do comércio internacional de bens; Notas: (1) Mesma do gráfico 27; (2) (2) Dados definitivos de 2011 a 2018 e preliminares de 2019 e 2020. (3) Os dados relativos a 2015 foram alvo de uma atualização extraordinária a 08/09/2017, que resulta numa alteração dos valores das exportações (Intra-EU); (Maio 2020);

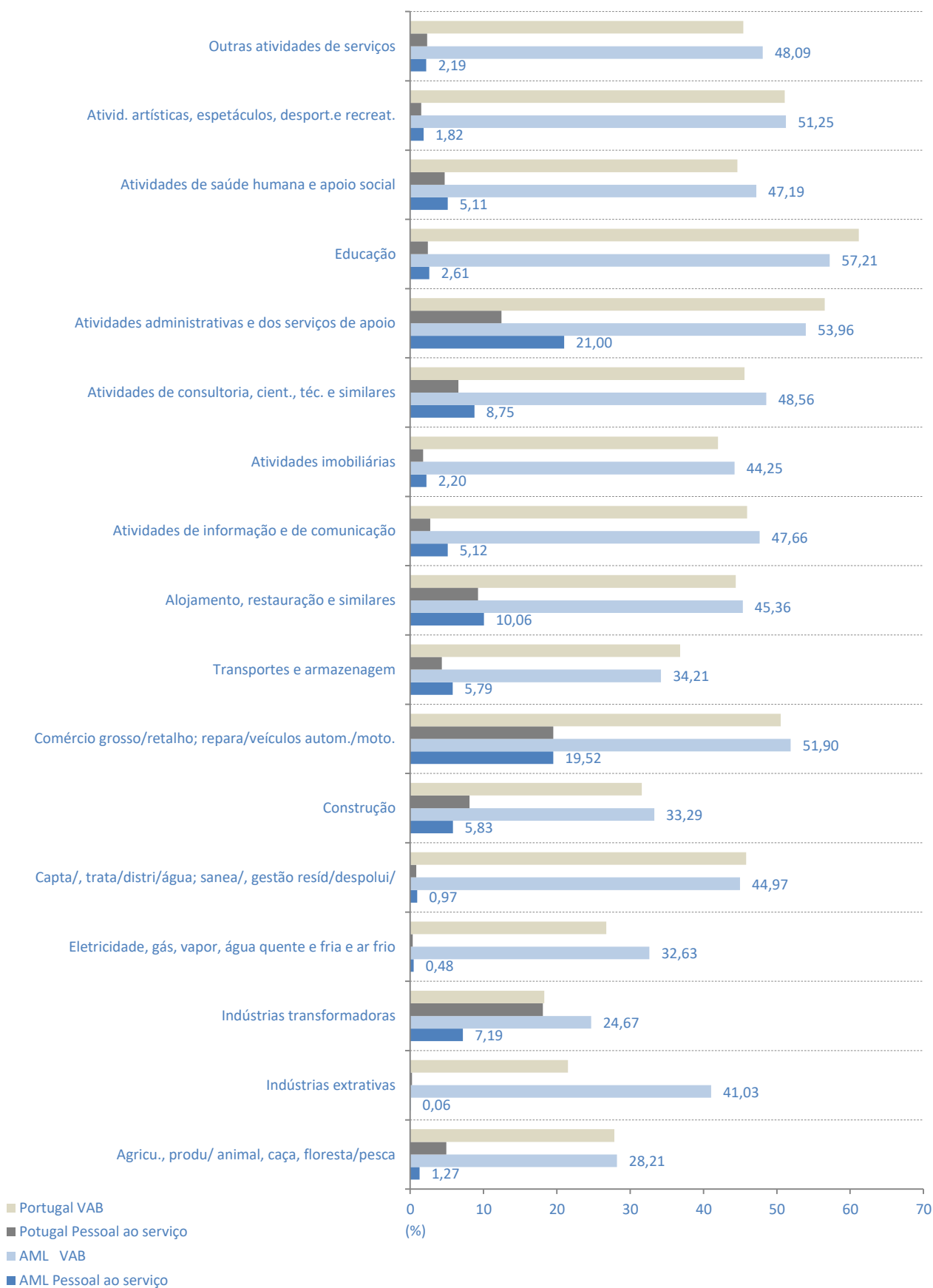


Gráfico 34 – Peso de cada Atividade na AML e Portugal em termos de VAB e de Pessoal ao Serviço - 2018

Fonte: INE, Sistema de Contas integradas das Empresas Pessoal ao serviço (N.º) das Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3); Anual e Taxa de valor acrescentado bruto (%) das empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Divisão - CAE Rev.3); Anual / dados tratados pelo OADRL. Nota (1) – A mesma do Gráfico 27; (Maio 2020);

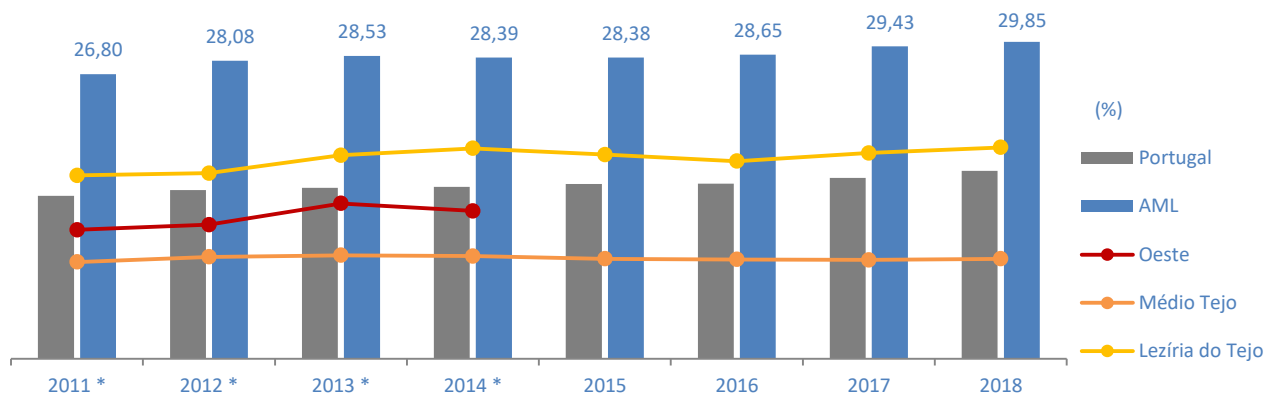


Gráfico 35 – Proporção de Pessoal ao Serviço nas Indústrias de Alta e Média-alta Tecnologia / Ind. Transformadoras

Fonte: Proporção de pessoal ao serviço nas indústrias de alta e média-alta tecnologia no total do pessoal ao serviço nas indústrias transformadoras (CAE Rev. 3 - %) por Localização geográfica (NUTS – 2013), Anual; INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas; Nota: *Dado retificado; Oeste 2015 a 2018 dado confidencial; (Maio 2020);

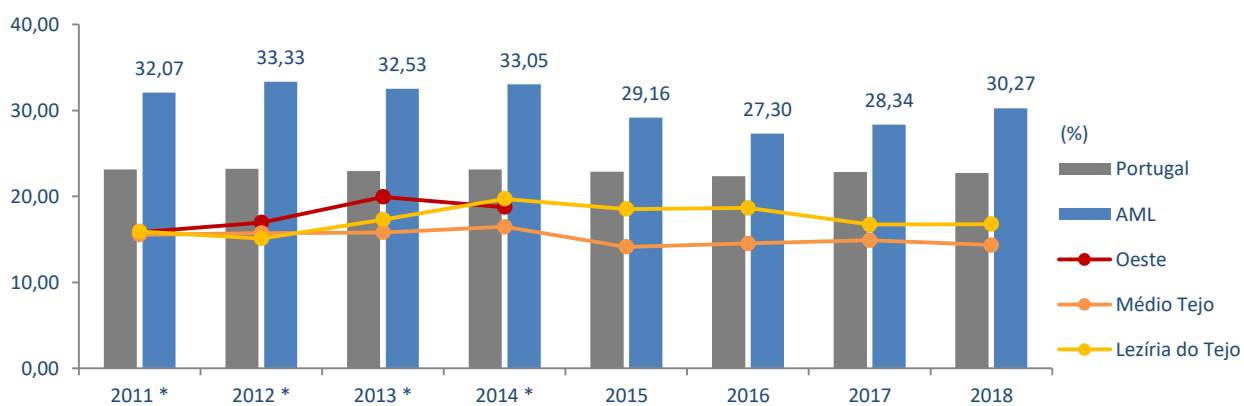


Gráfico 36 – Proporção do VAB das Indústrias de Alta e Média-Alta Tecnologia no VAB das Ind. Transformadoras

Fonte: Proporção do valor acrescentado bruto das indústrias de alta e média-alta tecnologia no valor acrescentado bruto das indústrias transformadoras (CAE Rev. 3 - %) por Localização geográfica (NUTS – 2013), Anual; INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (CAE 3) Nota: *Dado retificado; Oeste 2015 a 2018 dado confidencial; (Maio 2020);

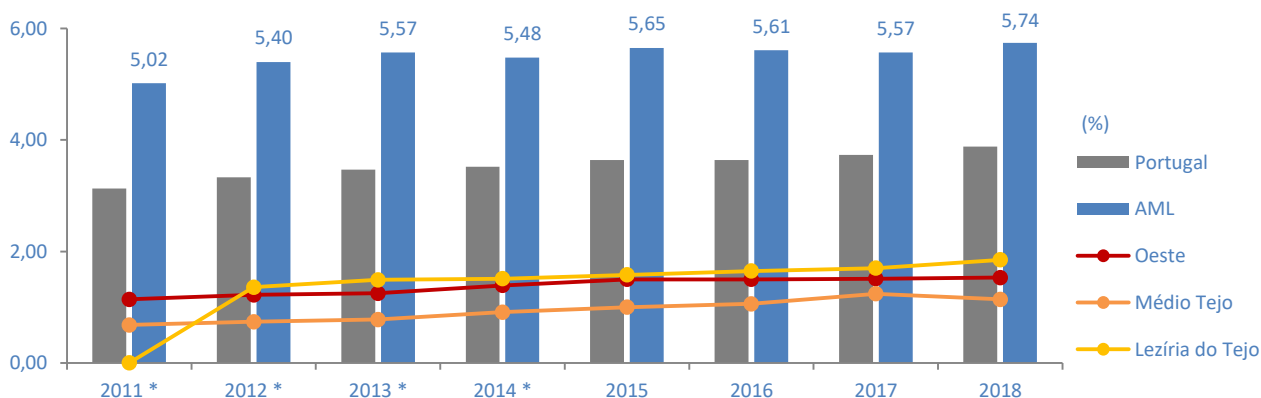


Gráfico 37 – Proporção de Pessoal ao Serviço em Serviços Intensivos em Conhecimento de Alta Tecnologia/Serv.

Fonte: Proporção de pessoal ao serviço em serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia no total do pessoal ao serviço em serviços (CAE Rev. 3 - %) por Localização geográfica (NUTS – 2013), Anual; INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE); Nota (1) -A mesma do gráfico 27; Nota: *Dado retificado; ...: Dado confidencial; (Maio 2020);

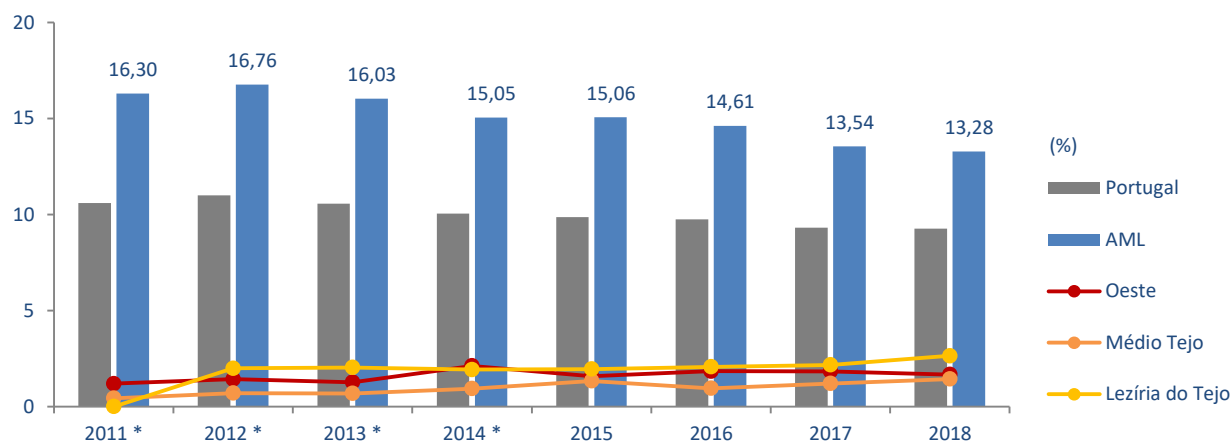


Gráfico 38 – Proporção do VAB dos Serviços Intensivos em Conhecimento de Alta Tecnologia no VAB dos Serviços

Fonte: Proporção do VAB dos serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia no valor acrescentado bruto dos serviços (CAE Rev. 3 - %) por Localização geográfica (NUTS – 2013), Anual; INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas; Nota (1) -A mesma do gráfico 27; *: Dado retificado: Dado confidencial; (Maio 2020);



A inovação é fundamental para manter a competitividade, pois constitui um motor de crescimento para a economia europeia. As empresas sujeitas à concorrência dependem da sua eficiência e capacidade para inovar para oferecer as melhores soluções de preço e qualidade aos consumidores (Autoridade da Concorrência, 2018).

Com uma recuperação em 2016, mas descendo novamente em 2017, a AML apresentou um decréscimo das despesas em I&D em % do PIB entre 2013 e 2015 posicionando-se abaixo da média europeia em todo o período em análise. Ainda assim encontra-se acima da média nacional e das restantes NUTS III da RLVT. O Médio Tejo e a Lezíria do Tejo apresentam o mais baixo investimento em I&D (Gráfico 39).

Analisando a evolução da repartição das despesas em I&D, entre 2013 e 2017, por setores de execução, e comparando a AML, Portugal e a UE verifica-se que, é significativamente inferior à média europeia, no que concerne ao investimento em I&D realizado pelas empresas. Em contrapartida, os valores nacionais e os da AML, ganham alguma expressão no investimento realizado pelo Ensino Superior, sendo que a UE apresenta valores inferiores. No plano interno, a AML está sempre acima da média nacional quanto à repartição por setores de investimento, embora o setor Estado tenha um peso relativo mais significativo na AML, associado ao facto de esta ser uma região capital. Na comparação entre 2013 e 2017, quer na AML, quer em Portugal, evidencia-se uma trajetória de redução relativa do investimento por parte do Estado e de crescimento relativo por parte do Ensino Superior (gráfico 40).

A análise da proporção de investigadores da população ativa demonstra uma tendência crescente, ainda que ligeira a partir de 2014 e 2017, podendo considerar-se anos de recuperação de investigadores, após um período de 4 anos de descida consecutiva do número de investigadores (em % da população ativa). Na comparação face à média nacional e às restantes NUTS III, a AML assume um a expressão significativamente superior (Gráfico 41).

Entre 2012 e 2015 regista-se um acréscimo do nº de patentes de invenções, quer na AML com uma ligeira subida, quer a nível nacional, em que há uma subida significativa de patentes. A partir de 2015, começa a decair o número de patentes, aproximando-se dos valores de 2011 no país e abaixo dos valores de 2011 na AML, tendo uma recuperação, em ambos os casos, em 2019. (Gráfico 42).

A AML é a região mais inovadora de Portugal, tendo registado um IRI de 94,6% da média da UE28, na edição de 2019 (Figura nº 5.2) – Índice Regional de Inovação (UE28=100) das regiões portuguesas classificadas como “Inovadoras Forte” Fonte: *Hollanders, Es-Sadki & Merkelbach (2019) 283*.

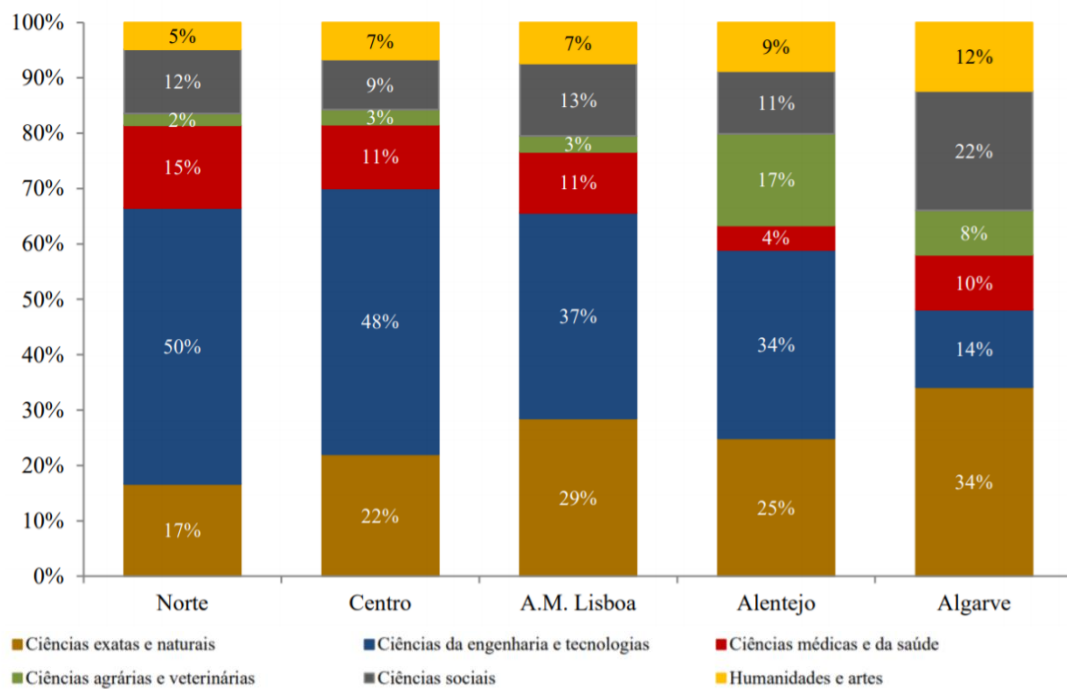


Figura 3 – Distribuição da despesa em I&D por NUTS II, 2016 por NUTS II e domínio científico e tecnológico
 Fontes: DGEEC, IPCTN16; INE, Contas Económicas Regionais, retirado de DGEEC, DSECTSI e DECT, 2018b

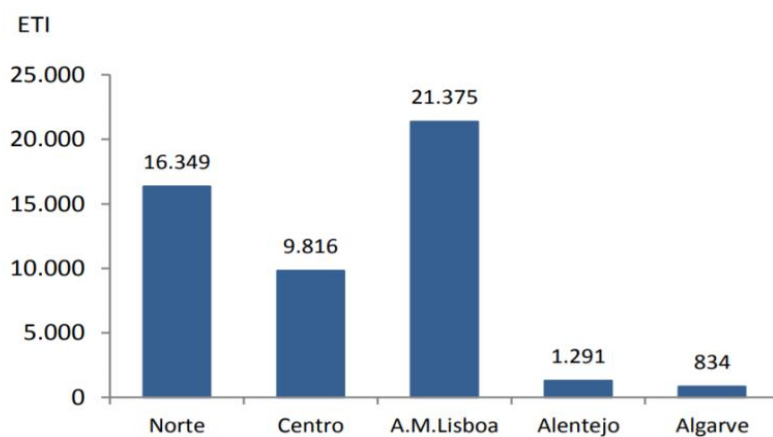


Figura 4 – Recursos humanos em I&D por localização geográfica - NUTS II (ETI)
 Fontes: DGEEC, DSECTSI e DECT, 2018b

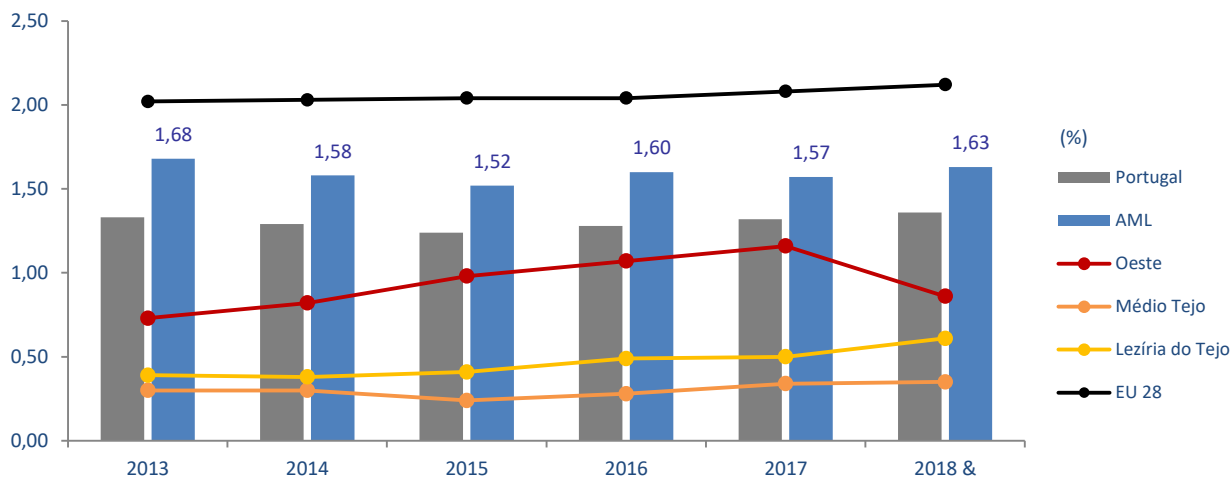


Gráfico 39 – Despesas em I&D em % do PIB

Fonte: Eurostat: *Total R&D expenditure % of GDP (UE28 E Portugal) (Despesa total em P&D% do PIB (UE28 E Portugal))*; Proporção da despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) no PIB (Base 2016 - %) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Sector de execução; Anual - DGEEC, Potencial científico e tecnológico nacional (sector institucional e sector empresas); (junho 2020);

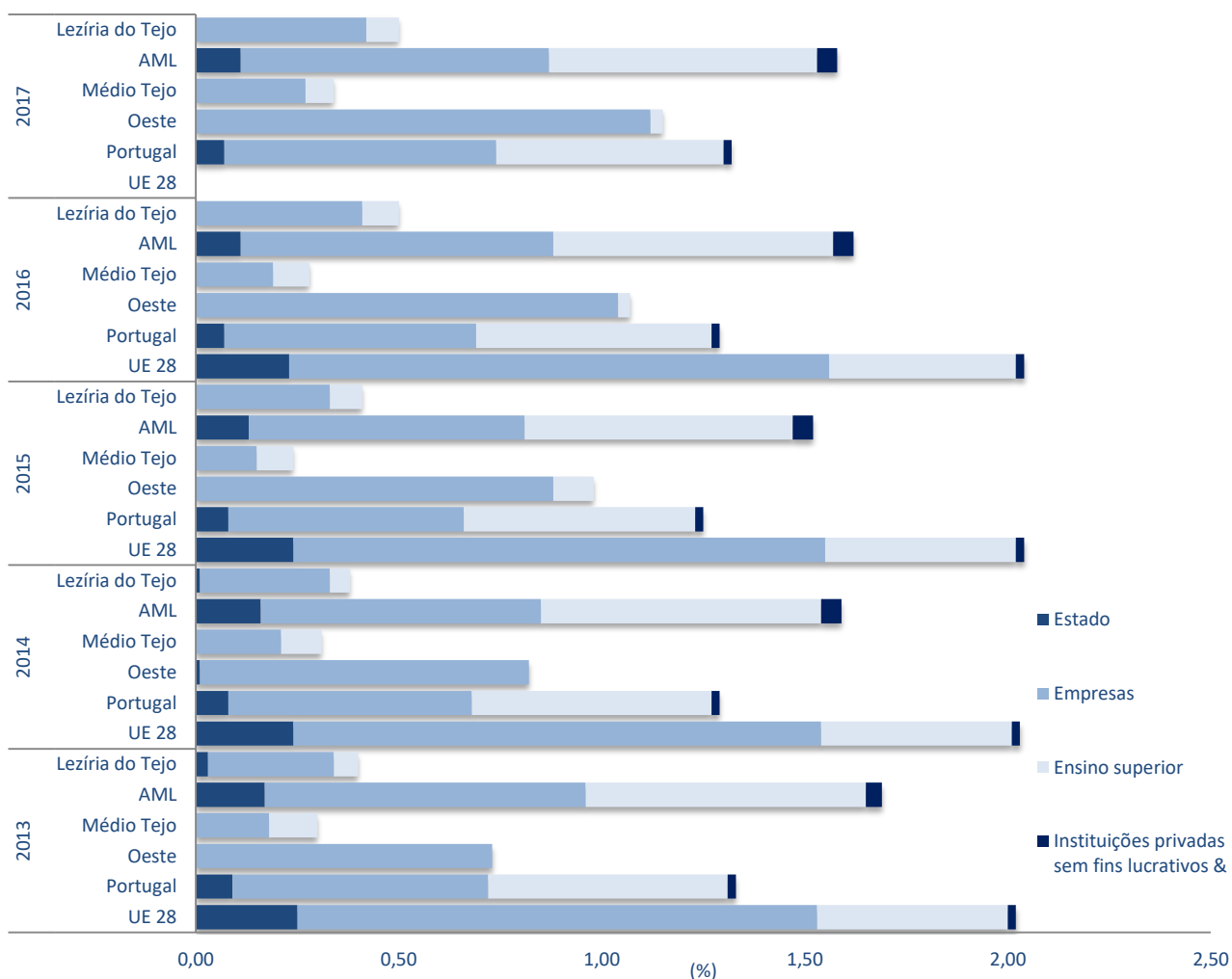


Gráfico 40 – Proporção da Despesa Total em I&D por Sector de Execução

Fonte: Eurostat: *Total intramural R&D expenditure (GERD) by sectors of performance and NUTS 2 regions [rd_e_gerdreg]* (Despesa intramural total em P&D (DRGE), por setores de atuação e regiões NUTS 2 [rd_e_gerdreg]); Proporção da despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) no PIB (%) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Sector de execução; Anual; Notas: Sinais convencionais: &: Dado provisório; o: Dado inferior a metade do módulo da unidade utilizada (Oeste 2013-2016 e Lezíria do Tejo 2015-2017); dnd: Dados não disponíveis; (Maio 2020);

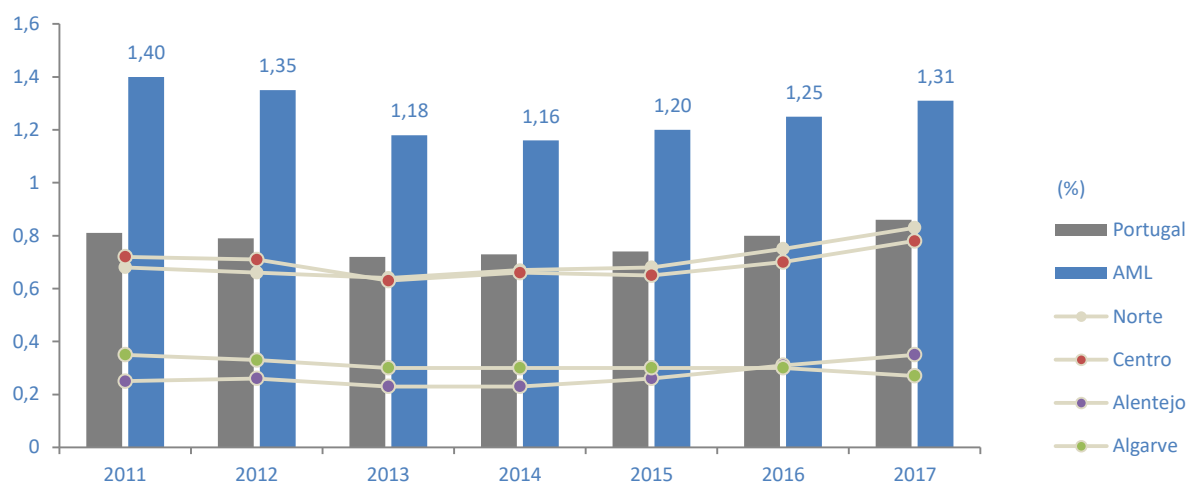


Gráfico 41 – Proporção de Investigadores na População Ativa

Fonte: Proporção de investigadoras/es equivalente a tempo integral (ETI) (%) na população ativa por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - MCTES/GPEARI, Potencial científico e tecnológico nacional (sector institucional e sector empresas); (Maio 2020);

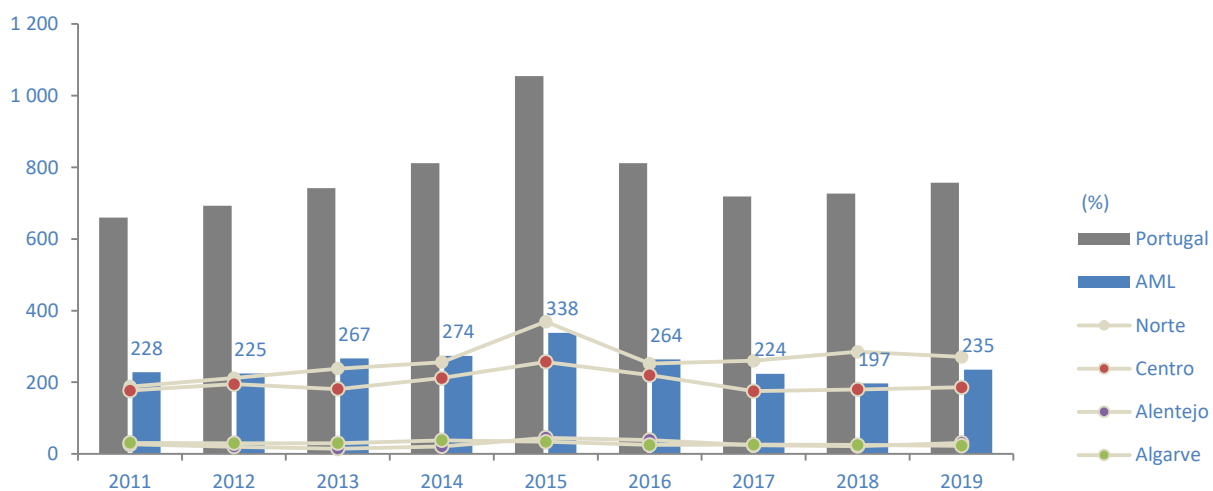


Gráfico 42 – Patentes EPO (por Milhão de Habitantes)

Fonte: Patentes de invenções registadas (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo de requerente; Anual - Instituto Nacional da Propriedade Industrial; (Maio 2020);



2 MONITORIZAÇÃO

37

UGh

02 MONITORIZAÇÃO

Considerando que estamos no final do período programático 2014-2020, e no âmbito do PORL Lisboa 2020, será promovida a Avaliação Intercalar, prevista para o 1º semestre de 2020, e que pretende aferir o impacto dos FEEI no quadro da região de Lisboa e apreciar o contributo das intervenções para os objetivos do PO e do Portugal 2020. Deverá também avaliar o grau de cumprimento das metas previstas, visando a introdução de eventuais ajustamentos para melhorar a eficácia e a eficiência, incluindo recomendações que contribuam para fundamentar futuras decisões de gestão, programáticas e de política.

Esta avaliação tem como *objetivos globais*: Aferir a eficácia, eficiência e impacto do Programa atual e futuros, por Eixo Prioritário; Determinar de que forma os FEEI contribuíram (ou contribuirão) para os objetivos de cada Eixo Prioritário; Identificar o contributo (verificado e expectável) do programa para a realização da estratégia da União Europeia (EU) e para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

Tem também como *objetivos específicos*: Identificar os progressos alcançados na realização dos objetivos do programa passíveis de identificar até 2018; Identificar se se encontram reunidas as condições para o cumprimento dos objetivos, em 2022. Da mudança ocorrida até 2018, relativamente aos objetivos do programa, identificar a componente que pode ser atribuída ao programa; Identificar o contributo dos objetivos do programa alcançados até 2018 para a estratégia da União Europeia (UE); Identificar em que medida o programa contribuirá para a realização da estratégia da União Europeia (UE); Avaliar a eficiência das intervenções do programa face às realizações e aos resultados obtidos. Verificar a existência de alterações de contexto que justifiquem alterações no programa; Identificar as causas para eventuais desvios ao cumprimento dos objetivos do programa e possíveis constrangimentos ao alcance destes; Propor soluções para melhorar a eficácia, eficiência e impacto do Programa; Identificar e justificar as áreas que necessitam mais de uma avaliação posterior e ainda Identificar necessidades de informação para melhorar os processos avaliativos.



A avaliação no domínio da Competitividade e Internacionalização tem como objetivo central identificar o impacto dos apoios proporcionados através dos Sistemas de Incentivos do QREN no desempenho das empresas portuguesas, quantificando em que medida a evolução desse desempenho se deve, efetivamente, ao apoio concedido e não a outros fatores endógenos ou exógenos às empresas.

- Identificar os impactos das intervenções, considerados como os efeitos isolados sobre o desempenho das empresas atribuíveis ao apoio recebido por parte das empresas através de cada um dos Sistemas de Incentivos e respetivas tipologias de apoio, bem como aferir a eventual diferenciação desses impactos em função dos territórios abrangidos ou de diferentes subgrupos-alvo desses instrumentos (consideradas as características das empresas, como a dimensão, idade ou o sector de atividade).
- Identificar as relações de custo-eficácia de cada um dos Sistemas de Incentivos (e respetivas tipologias) analisados, tendo em consideração o impacto estimado sobre as variáveis de resultado mais relevantes em cada instrumento e o encargo público dos apoios concedidos.

Aspetos a considerar: i) os impactos ao nível de cada um dos Sistemas de Incentivos tendo por referência os objetivos específicos que cada um desses instrumentos e respetivas tipologias prosseguiam; ii) a comparação dos efeitos dos três Sistemas de Incentivos em análise, designadamente sob os objetivos comuns aos diferentes Sistemas. Devem ainda ser considerados os efeitos de interdependência entre cada um dos Sistemas de Incentivos na produção desses resultados. Emitir recomendações concretas, fundamentadas e viáveis, que podem ir desde propostas de ajustamentos aos instrumentos de apoio a aspetos de natureza programática dos PO ou a recomendações de orientação da política pública que enquadra os PO e respetivos instrumentos de apoio.

Esta avaliação pretende isolar o “efeito de incentivo” nas empresas apoiadas, a partir dos resultados e impactos dos projetos. Considerando o contexto económico adverso que acompanhou o QREN, importa determinar se os apoios contribuíram para um melhor desempenho das empresas, em que áreas esses efeitos se fizeram sentir com maior intensidade (Maior orientação para mercados internacionais? Aumento da I&D? Atração de IDE?) e se se estão a verificar novas tendências de especialização no tecido produtivo e em que medida as mesmas se encontram alinhadas com os objetivos de política económica, assumidos pelos Programas Operacionais. Visa simultaneamente aprofundar metodologias mais eficazes no isolamento dos efeitos e resultados dos projetos aprovados nas empresas.

(Fonte: Plano de Avaliação do Programa Operacional Regional de Lisboa – atualização Junho de 2019)

A nível europeu, no que diz respeito ao Índice de Competitividade Regional, a AML está ligeiramente acima da média europeia, face às restantes regiões Nacionais. Considerando 100 pontos para a média da UE, a AML, apresenta, 101,16 pontos; ou seja, ligeiramente acima dos 100 que representam a média europeia (UE). Tal não acontece em todos os padrões sendo que a AML é, de acordo com o RCI, melhor que a média das regiões europeias na saúde, infraestruturas, educação básica, eficiência do mercado laboral, dimensão do mercado, sofisticação empresarial e inovação; mas está abaixo da média europeia em fatores como instituições, estabilidade macroeconómica (aqui o valor é igual para todas as regiões do país), educação superior e prontidão tecnológica (Análise 2019).

Na Região de Lisboa, com elevada densidade populacional e com maior expressividade do setor terciário no emprego (serviços e administração pública), as forças relativas em comparação com Portugal são os serviços industriais de média e alta tecnologia e serviços intensivos em conhecimento e as copublicações público-privadas, mas também a população com educação superior e as exportações da indústria de média e alta tecnologia, e em relação à UE as inovações de produto/processo, a inovação interna das PME e as copublicações internacionais. Os pedidos de patentes EPO são também em Lisboa o indicador com pior desempenho relativo. Partindo das análises realizadas *Regional Innovation Scoreboard (Hollanders & Es-Sadki, 2017)*, foi ainda possível verificar que no panorama nacional, a região de Lisboa era a que em 2017 mais se aproximava das médias, no entanto, vindo a distanciar-se da média europeia desde 2009.

(Fonte: ANI, análise comparativa internacional do posicionamento do sistema nacional de inovação, Outubro De 2019)

Para enquadrar a dinâmica regional no contexto da convergência da AML com as restantes regiões da UE, importa observar os últimos resultados do Índice Europeu de Competitividade Regional (ICR). Este índice tem medido os principais fatores de competitividade nos últimos dez anos para todas as regiões de nível NUTS II. O índice mede com mais de 70 indicadores comparáveis a capacidade de uma região de oferecer um ambiente atraente e sustentável para empresas e residentes viverem e trabalharem. Os resultados de 2019 confirmam um padrão policêntrico com forte desempenho na maioria das capitais e regiões com grandes cidades, que beneficiam de economias de aglomeração, melhor conectividade e altos níveis de capital humano. Outras regiões do mesmo país, em alguns casos, pontuam muito pior. Dez anos após a crise, a divisão sudeste da UE ainda é clara e visível. O melhor desempenho é o da região de Estocolmo, seguido pelo de Londres, com sua ampla área metropolitana [...].

Fonte: CE / Eurostat (https://ec.europa.eu/regional_policy/en/information/maps/regional_competitiveness/)

A abordagem comparativa do posicionamento da AML entre capitais europeias e entre regiões nacionais contribui para esclarecer as dinâmicas de convergência, nomeadamente quando observada a distribuição do ICR 2019 por países EU-28, por regiões NUTS II. Na figura anterior (Figura 7), observamos que as capitais (exceto Alemanha, Holanda e Itália) têm um índice de competitividade regional mais elevado. Nos países onde a região capital tem o índice mais elevado, existem menos assimetrias sub-regionais (exceto em França), o que sugere um efeito de alavancagem das regiões capitais relativamente às restantes, na medida em que são efetivamente mais competitivas. A análise do ICR (Figura 12) mostra que AML está posicionada ligeiramente acima da média europeia (zero), com um valor de 0,09 [PT17], acima das restantes NUTS II que tiveram um valor abaixo (Norte -0,58; Centro -0,53; Alentejo -0,79; e Algarve -0,78). Em Espanha, comparativamente, a região capital de *Comunidad de Madrid* apresenta um índice de 0,30, em oposição à *Extremadura* que apresenta o valor mais baixo de -1,09. Apenas o *País Basco* apresenta um valor próximo da AML de 0,14.

A formulação convencional dos esforços de coesão territorial em Portugal tem sido associada a um processo de redistribuição entre a sua região mais desenvolvida e o resto do país, com implicações à escala da leitura da convergência europeia que não têm tido reflexos positivos, nomeadamente, se se considerar que, nos países que têm sustentado processos de convergência positiva em relação à Europa, o percurso evolutivo das respetivas regiões capitais é o de aumento tendencial do *gap* do PIB *per capita* regional face ao do País. A região de Lisboa situa-se, ao contrário, no grupo de regiões europeias mais desenvolvidas à escala nacional que apresentavam uma menor distância ou afastamento em relação à média nacional no PIB *per capita* (os oito casos onde é inferior a 50%). A AML situa-se, também, num grupo ainda mais restrito de quatro regiões europeias mais desenvolvidas com funções de capital (Bruxelas, Viena, Berlim e Lisboa) que viram reduzir, desde de 2000, de forma relevante a diferença do seu (maior) nível de vida em relação à média do país.

Nesta perspetiva, o processo de convergência da AML à escala europeia deve ser apontado como um dos fatores principais para os resultados do processo de convergência da economia Portuguesa ao longo dos dois últimos decénios, que indicam uma perda de quase três pontos percentuais no PIB por habitante face ao padrão médio vigente na UE. Este desempenho torna-se tendencialmente mais insatisfatório se analisado no contexto geral do processo de convergência à escala europeia em que decorreu, marcado por uma forte convergência dos novos Estados-membros que aderiram à UE na sequência do alargamento concretizado a partir de 2004.

Embora Portugal seja, a par da Finlândia, o país europeu onde há menos diferenças regionais em termos de riqueza produzida por cidadão, ao mesmo tempo que se reforçou a coesão regional. Esta trajetória de convergência da economia portuguesa, valorizando o primado da coesão regional interna sobre a competitividade internacional e a convergência europeia, é fortemente determinada pela perda de dinamismo da região de Lisboa à escala europeia e pelo efeito que a AML possui enquanto motor do desenvolvimento económico nacional. A AML deverá assim assumir, no contexto nacional, uma função líder na promoção de um desenvolvimento territorial que seja, não apenas, mais coeso à escala interna, mas, sobretudo, que promova e garanta um processo sustentado de convergência nacional à escala europeia.

(Fonte E2030)

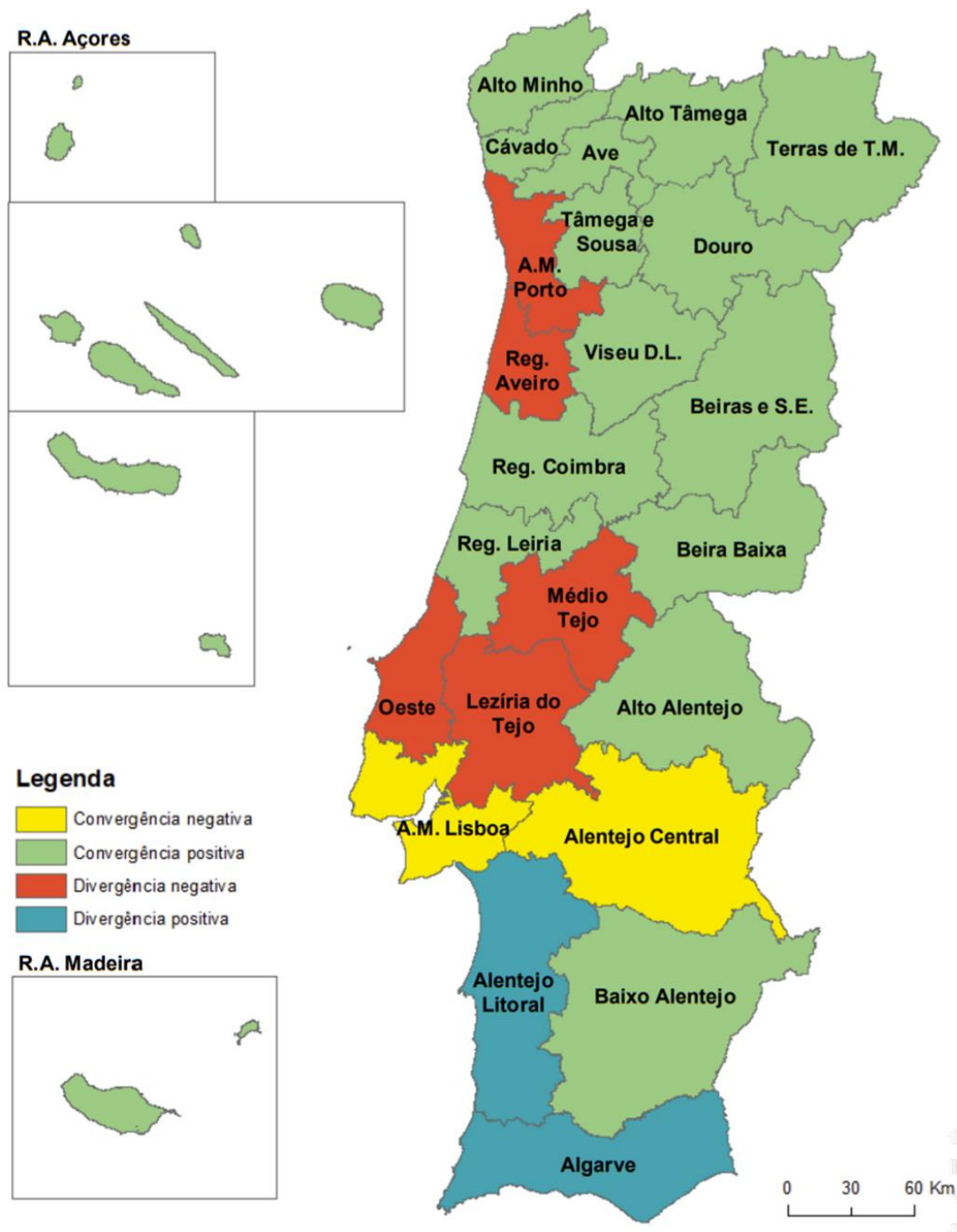


Figura 5 – Evolução do PIB *per capita* nas regiões portuguesas NUTIII, 2007-2017, em mapa (PIB per Capita em 2000 (PT=100) e evolução 2000-2017)

Autoria: EY-Parthenon Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística

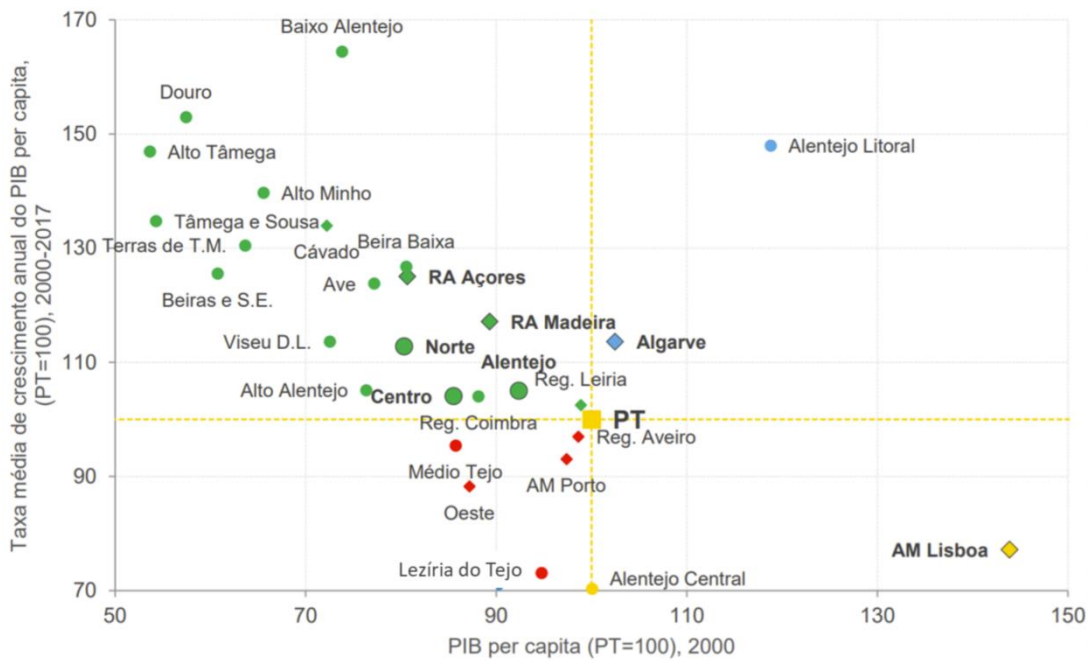


Figura 6 – Evolução do PIB *per capita* nas regiões portuguesas NUTIII, 2007-2017, em gráfico (PIB per Capita em 2000 (PT=100) e evolução 2000-2017)

Autoria: EY-Parthenon Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística

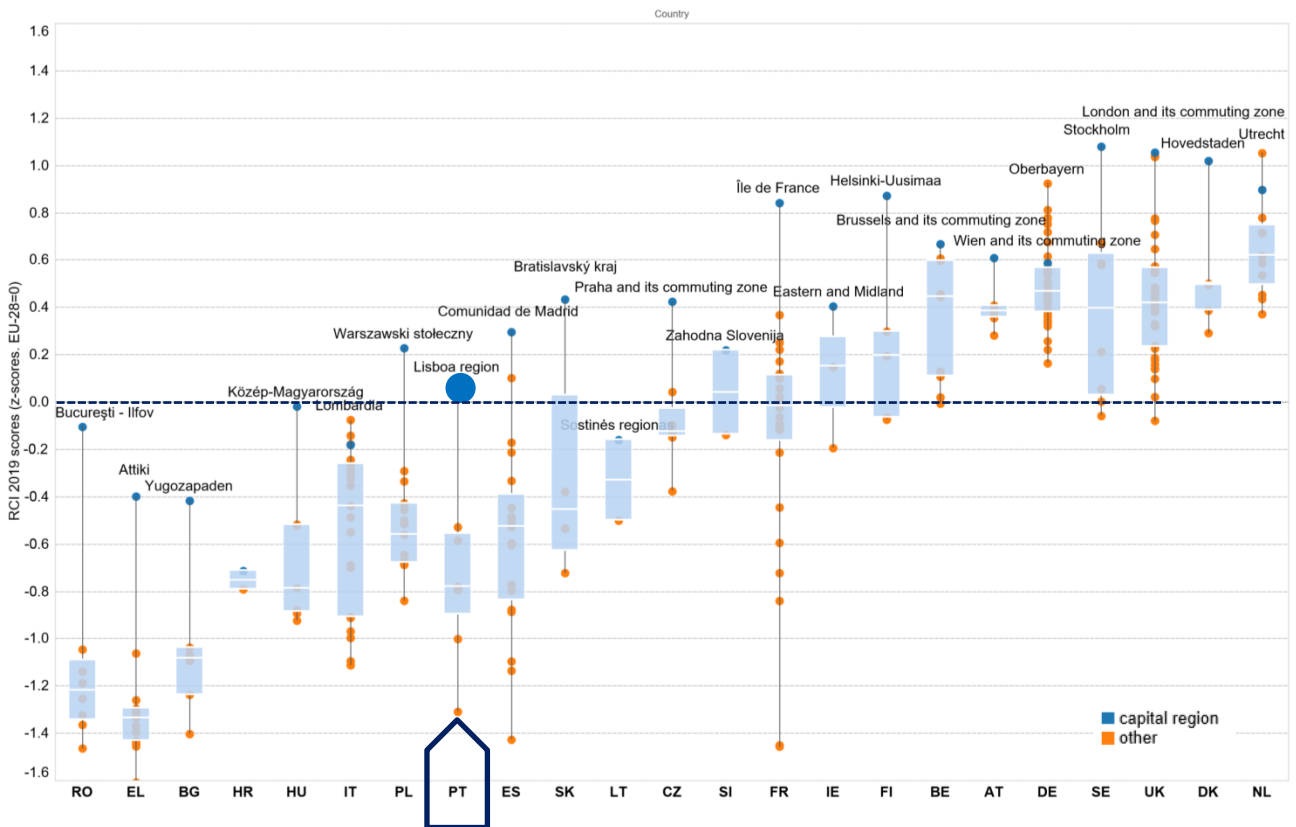


Figura 7 – Distribuição do ICR 2019 por Países EU-28, por região NUTS II

Fonte: THE EU REGIONAL COMPETITIVENESS INDEX 2019; Nota: Caixas sombreadas incluem 50% das regiões dentro de cada país. Não constam países com apenas uma região NUTS II

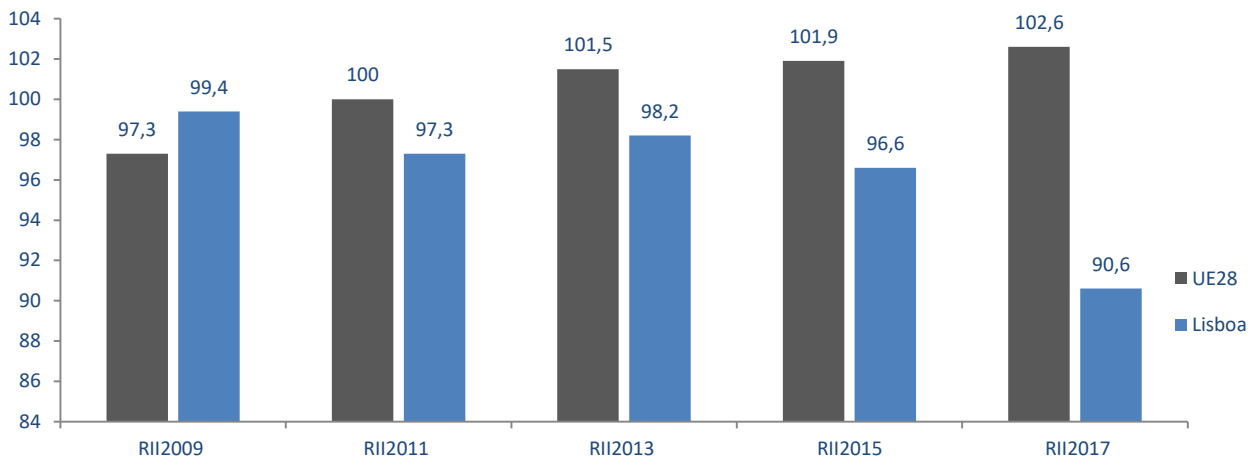


Figura 8 - Desempenho global da AML face à média da UE28 em 2009 - 2017

Fonte: *Regional Innovation Scoreboard 2017 – Database* (Disponível em <http://ec.europa.eu/DocsRoom/documents/31644>)

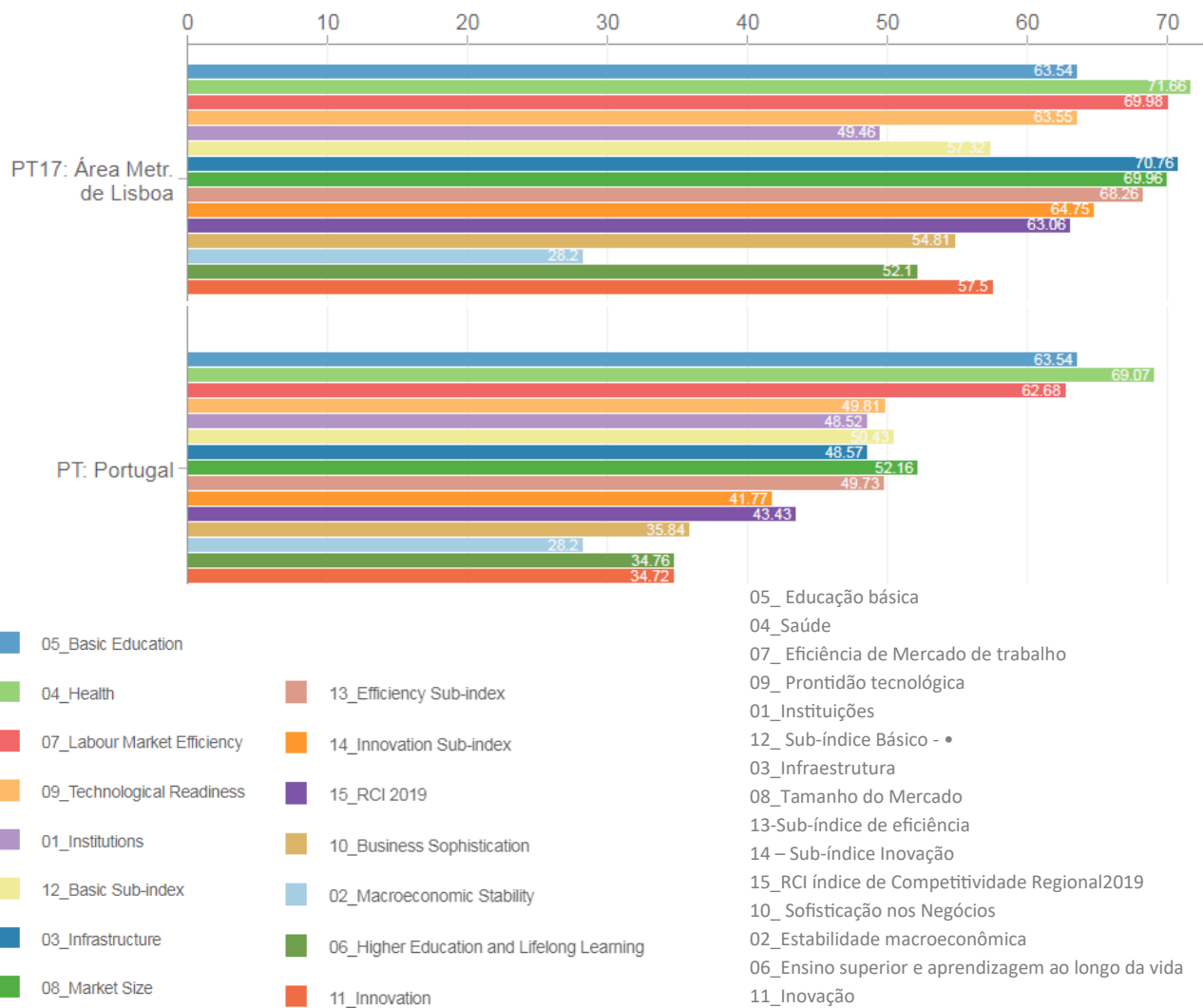


Figura 9 – Índice Europeu de Competitividade Regional 2019 por país e componente

Fonte: *The European Regional Competitiveness Index 2019 RCI 2019 0-100 scores*

https://ec.europa.eu/regional_policy/en/information/maps/regional_competitiveness/#2

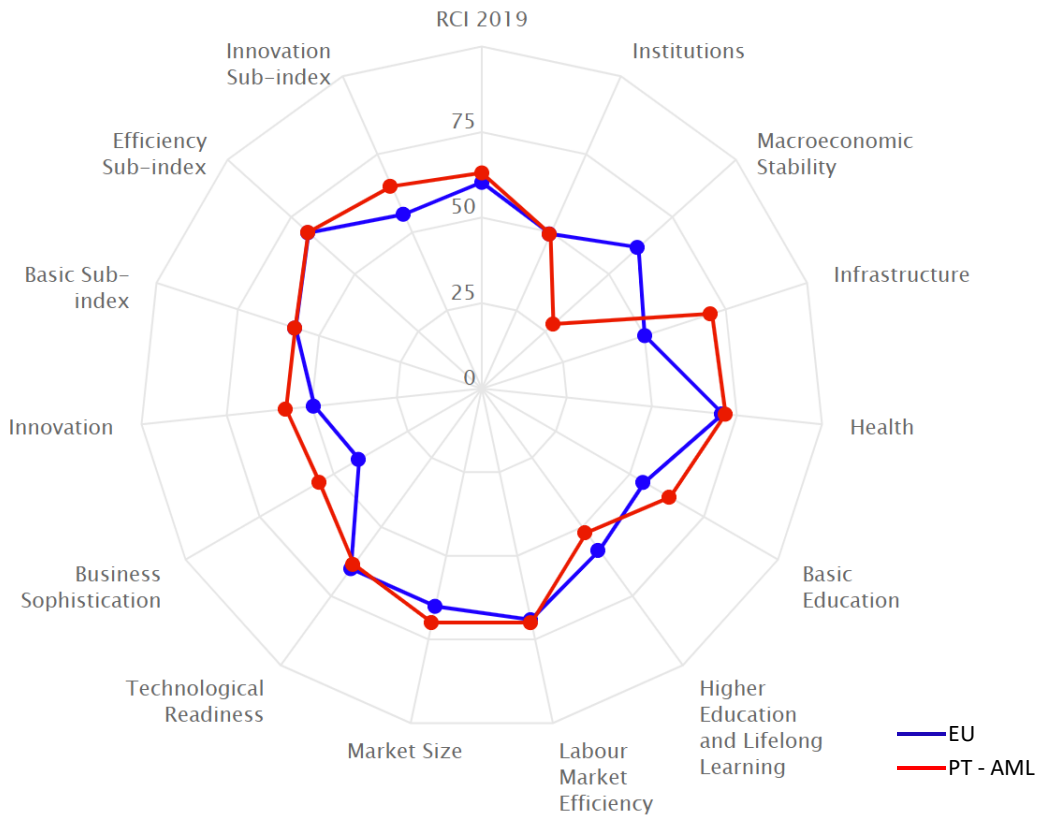


Figura 10 – European Regional Competitiveness Region Benchmarker
 Fonte: European Regional Competitiveness Index

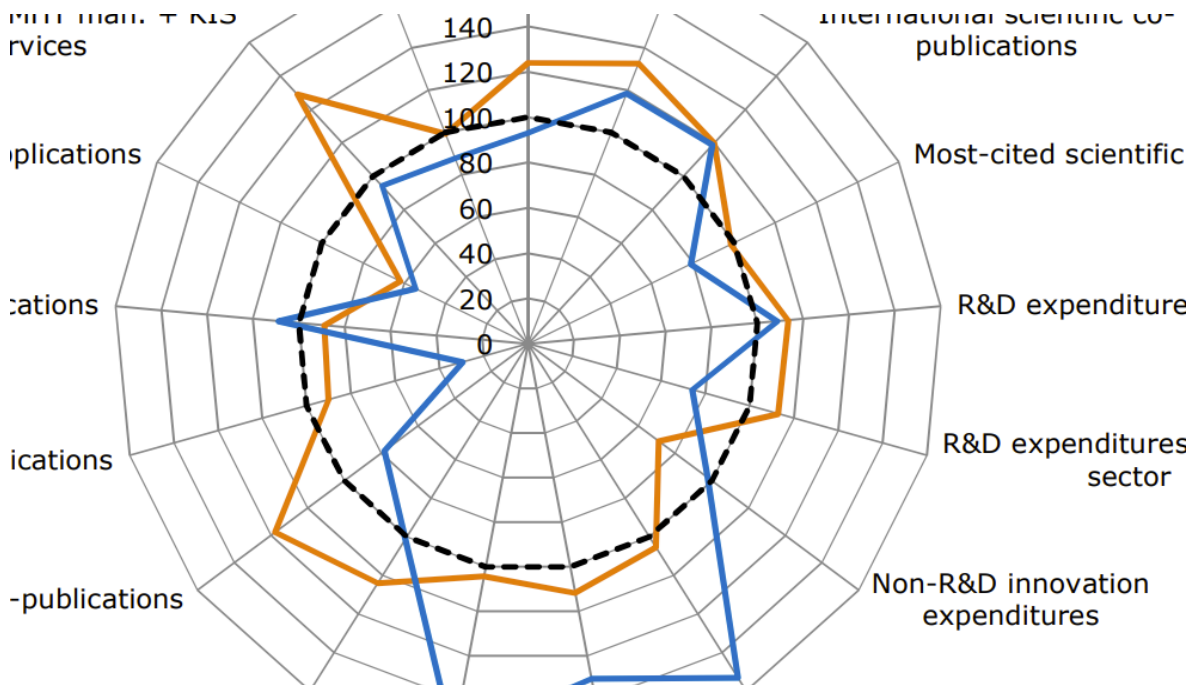


Figura 11 - Regional Innovation Scoreboard 2019 (relativamente às médias nacional e europeia)
 Fonte: Regional Innovation Scoreboard 2019 (Hollanders & Es-Sadki)
 file:///C:/Users/nuno.bento/Downloads/Regional%20profiles%20Portugal%20-%20revised.pdf

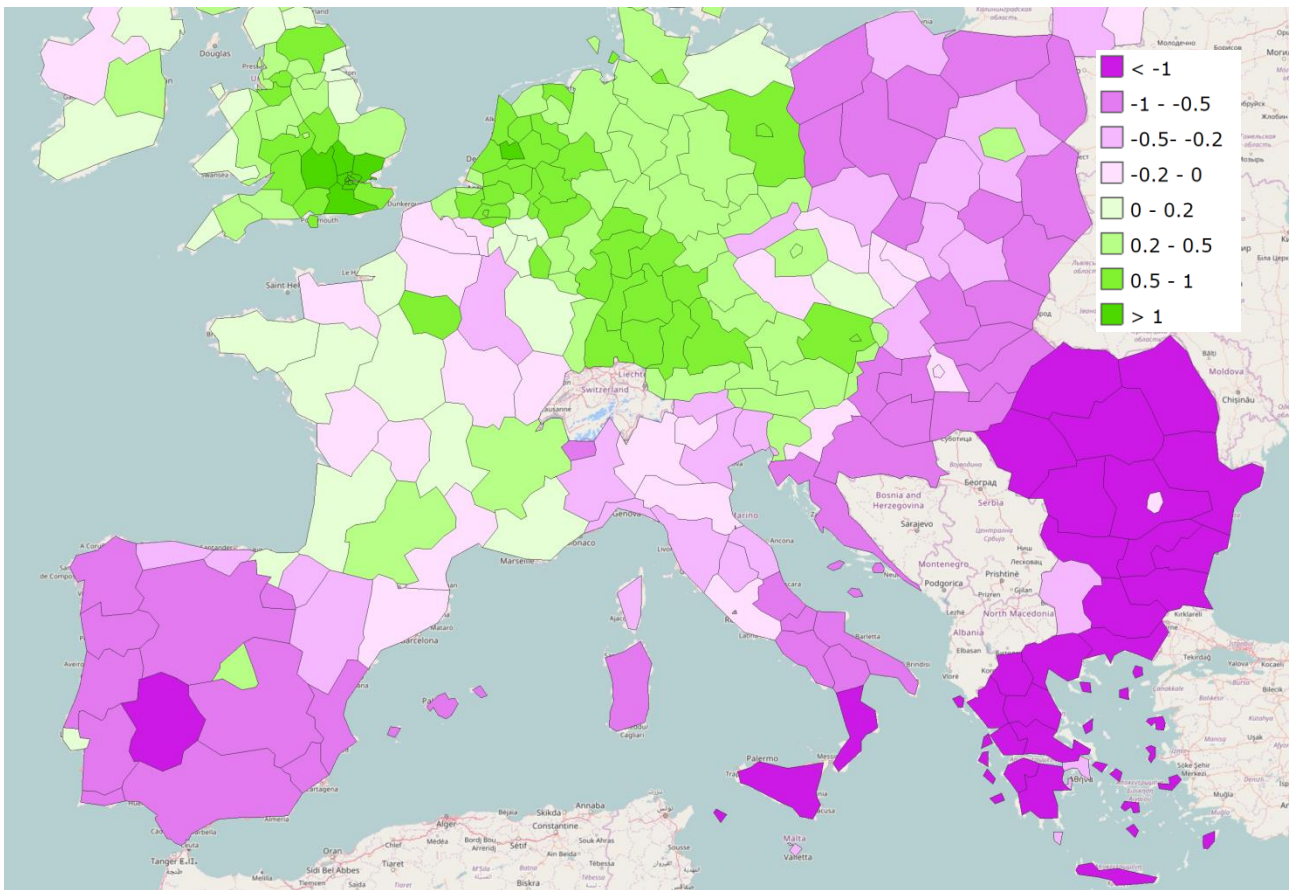


Figura 12 – Índice de Competitividade Regional 2019, NUTS II na EU-28

Fonte: CE / Eurostat (https://ec.europa.eu/regional_policy/en/information/maps/regional_competitiveness/)

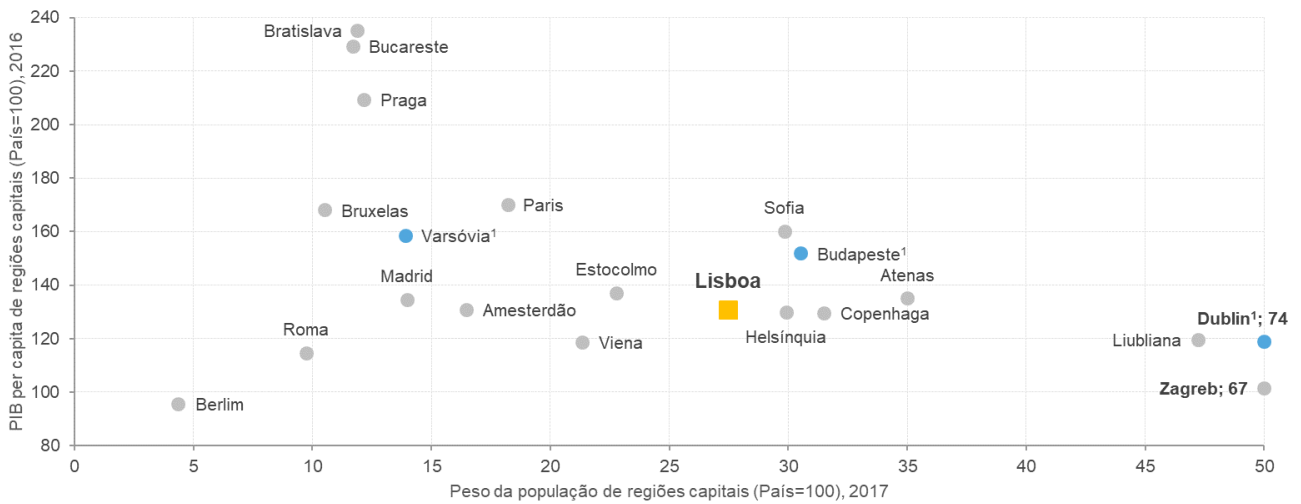


Gráfico 43 – Peso da população de regiões capitais vs PIB *per capita* em % do respetivo país da UE

Nota: (País =100), 2017; A região capital de Varsóvia PL12 – Mazowiecki foi descontinuada e dividida em PL91 – Warszawski Stoleczny e em PL92 – Mazowiecki Regionalny; a região capital de Dublin IE02 – Southern and Eastern foi descontinuada e dividida em IE05 – Southern e IE06 – Eastern and Midland; a região capital de Budapeste HU10 - Közép-Magyarország foi descontinuada e dividida em HU11 – Budapest e HU12 – Pest com a reclassificação de regiões NUTS II 2016. De forma a garantir a consistência da análise, utilizou-se para Varsóvia, Dublin e Budapeste, valores referentes à classificação antiga NUTS II 2013, em que o último ano disponível da série é referente a 2016. Fonte: INE/ Eurostat;

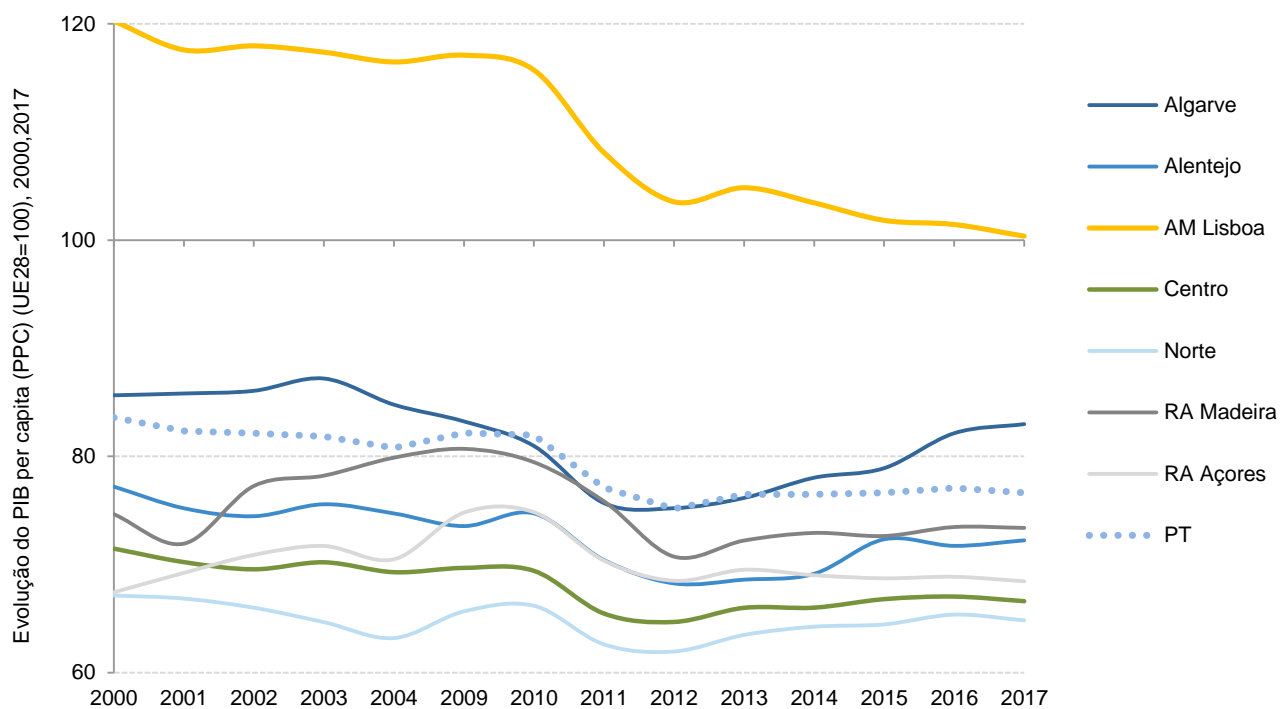


Gráfico 44 – Evolução do PIB *per capita* (PPC) das regiões portuguesas, 2000-2017

Nota: PIB *per capita* (PPC) em % da União Europeia (UE28) Índice de Competitividade Regional 2019, NUTS II na EU-28

Fonte: Eurostat, Contas Nacionais

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Em setembro de 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, abrangendo 17 Objetivos e 169 metas. Estes objetivos englobam as preocupações sociais, económicas e ambientais em todo o mundo e ainda um conjunto de indicadores globais para medir o grau de realização das metas dos ODS, dispoñdo assim de dados estatísticos para a monitorização dos ODS, que servem igualmente para o acompanhamento estatístico da Agenda 2030. O processo de monitorização e reporte internacional no contexto dos ODS é realizado por organizações internacionais, responsáveis pelos avanços metodológicos e comparabilidade internacional de indicadores dentro da sua área de intervenção, contribuindo para o Relatório Anual das Nações Unidas sobre o progresso dos ODS a nível global. O Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável tem um papel central no acompanhamento e revisão dos ODS a nível global, e será realizado pelo menos duas vezes até 2030.

Os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), aprovados pelos líderes mundiais reunidos na Assembleia-Geral da ONU na data referida, são o resultado do trabalho conjunto de Governos e Cidadãos de todo o mundo para criar um modelo global de governança com a finalidade de acabar com a pobreza, proteger o ambiente e promover a prosperidade e o bem-estar de todos até 2030, que se traduza na melhoria das condições de vida de milhões de pessoas.



Figura 13 – 17 objetivos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

No caso de Portugal, o Instituto Nacional de Estatística (INE) é o responsável por emitir estatísticas para os ODS, tendo um capítulo sobre a monitorização da implementação nacional da Agenda 2030. Trabalha com ministérios setoriais para mapear indicadores e possíveis fontes, bem como para difundir a informação relevante, disponibilizada no Portal do INE, com atualização regular dos indicadores ODS (lista das NU) disponíveis para Portugal, e tem uma publicação anual de acompanhamento estatístico da Agenda 2030 a nível nacional, cuja primeira edição é de junho de 2018, tendo igualmente o contributo de várias entidades a nível Nacional e ao nível internacional.

A nível de cobertura por objetivo, destacam-se positivamente os ODS 3 (Saúde de Qualidade), 7 (Energias Renováveis e Acessíveis) e 9 (Indústria, Inovação e Infraestruturas), com mais de 80% de indicadores disponíveis. No lugar oposto do espectro situa-se o ODS 13 (Ação Climática), com apenas 12,5% de indicadores disponíveis para a monitorização do respetivo progresso.

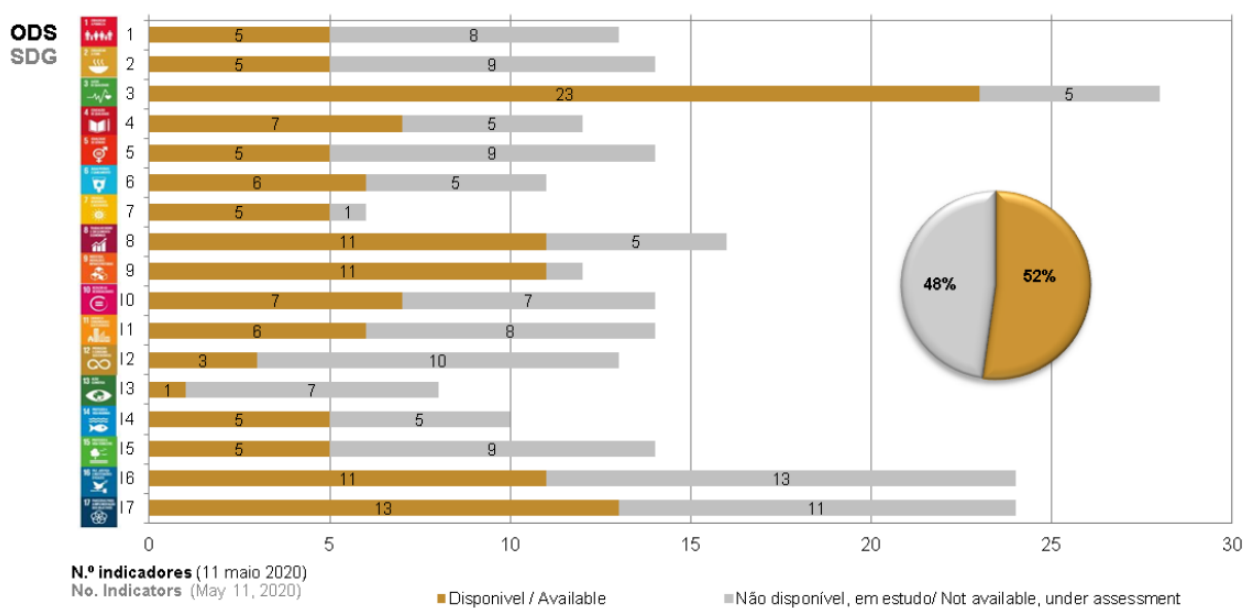


Figura 14 – Disponibilidade de indicadores ODS para Portugal

Fonte: Instituto Nacional de Estatística - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030. Indicadores para Portugal: 2010-2019. Lisboa: INE, 2020. Disponível na [www: <url:https://www.ine.pt/xurl/pub/434725779>](https://www.ine.pt/xurl/pub/434725779). ISSN 2184-2264. ISBN 978-989-25-0532-9

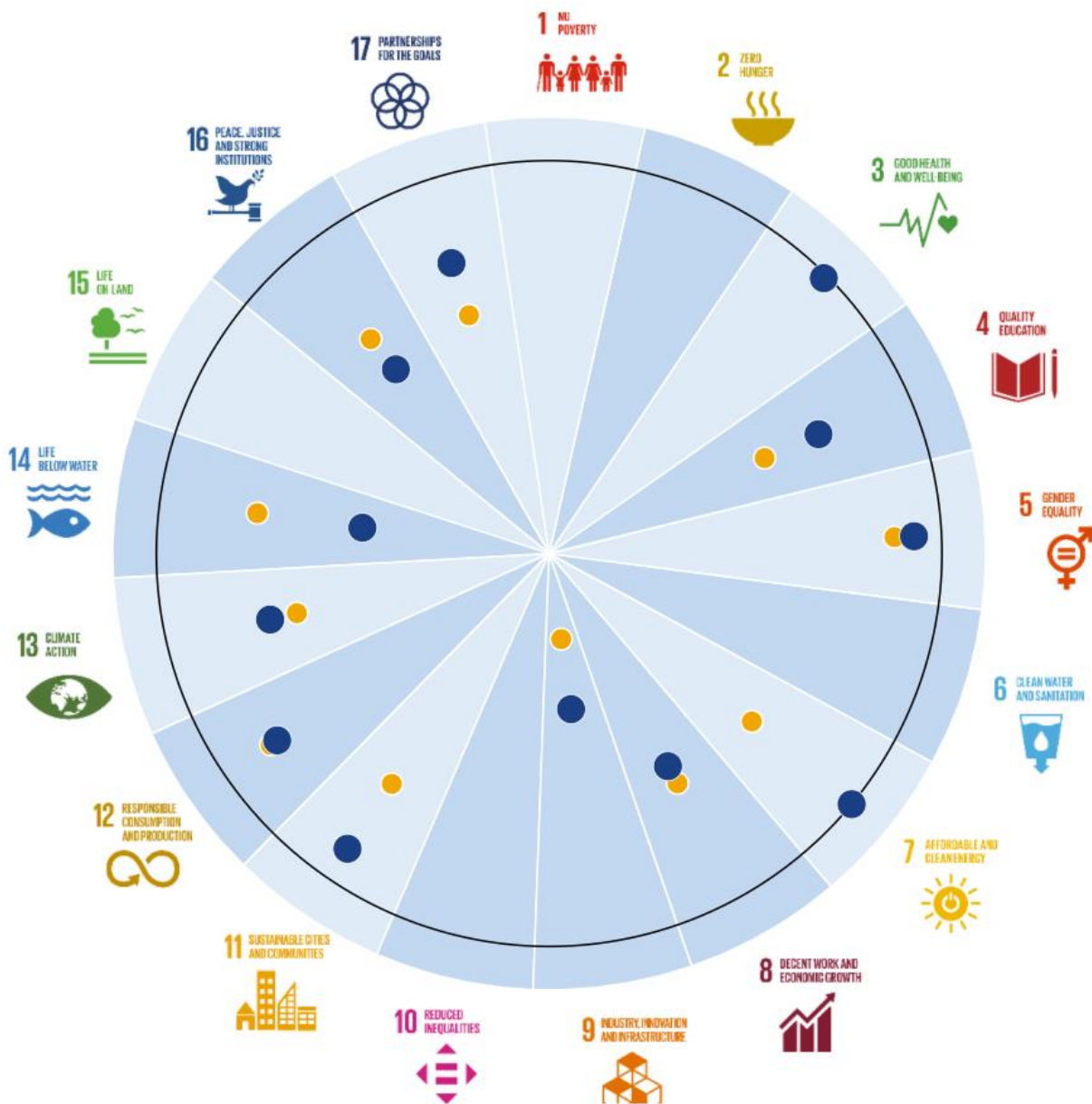


Figura 15- Overview of Lisbon Metropolitan, Portugal/ Visão geral da Área Metropolitana de Lisboa, Portugal

Legenda: (● Região selecionada/ ● Média do País / — valor final para 2030)

Fonte: <https://www.oecd-local-sdgs.org/> - OECD Territorial GridS, 2019

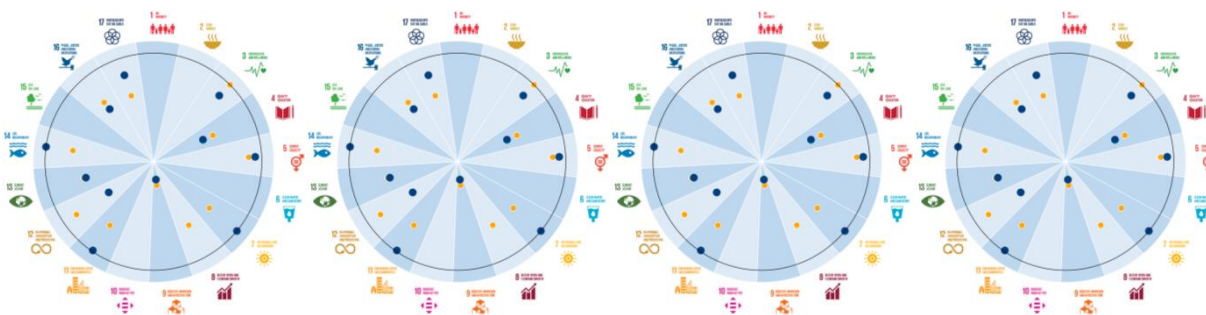


Figura 16- Overview of Lisbon Metropolitan, Portugal/ Visão geral da Norte, Centro, Alentejo e Algarve, Portugal

Legenda: (● Região selecionada/ ● Média do País / — valor final para 2030)

Fonte: <https://www.oecd-local-sdgs.org/> - OECD Territorial Grids, 2019

Pandemia Covid – Impacto, Tendências e Projeções



A elaboração deste documento ocorre entre o final da primeira e o início da segunda vaga da crise sanitária provocada pelo Coronavírus Covid-19, em que ainda é impossível avaliar a verdadeira dimensão do seu impacto final na sociedade e na economia. Esse impacto dará uma alteração profunda na economia, e na sociedade, com causas e consequências nunca antes observadas.

A situação de pandemia e as repercussões da crise socioeconómica nos países afetados manifestaram-se, de imediato, devido ao confinamento, total ou parcial, geral ou localizado, num movimento intermitente de suspensão de atividades da maioria das empresas. Em particular, destaca-se o impacto nas cadeias globais de abastecimento e as restrições à circulação de pessoas e bens, afetando, numa primeira linha, as empresas com perfil exportador, assim como aquelas que dependem da importação de bens ou serviços para a sua laboração, e as atividades ligadas ao comércio, serviços e turismo.

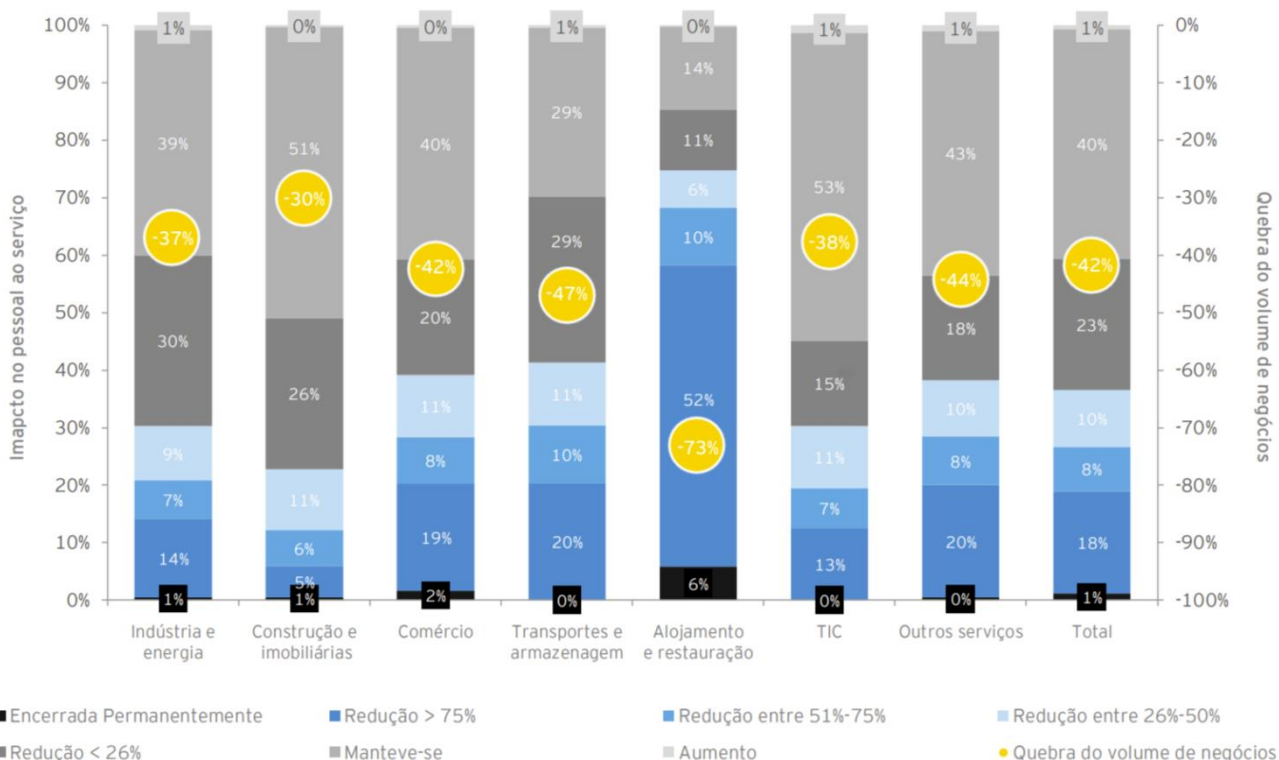


Gráfico 45 – Redução da atividade dos setores e do pessoal ao serviço durante o confinamento

Fonte: EY-Parthenon com base em Inquérito Rápido e Excepcional às Empresas - COVID-19 (abril de 2020), INE e Banco de Portugal

https://assets.ey.com/content/dam/ey-sites/ey-com/pt_pt/topics/covid-19/ey-caderno-de-notas-a-crise-economica-da-covid-19-03-edicao.pdf

Na avaliação do impacto da pandemia do Covid-19 realizada pela EY Portugal, é referido o impacto diferente nos vários setores de atividade económica. O turismo está a sofrer “um impacto negativo tremendo, em particular no período de isolamento social em curso”, e as atividades assentes na exportação (têxtil e automóvel) “também estão a ser fortemente penalizadas pela interrupção dos abastecimentos, pelo encerramento de fábricas e pela contração da procura”. Segundo a mesma avaliação EY, “os cuidados de saúde, a logística e o retalho alimentar, alguma indústria química e farmacêutica e parte dos serviços de telecomunicações, de IT e de entretenimento remotos correm o risco de colapsar por dificuldades de adaptação rápida às solicitações da procura”.

Não obstante a rápida adoção de uma resposta estratégica global, tanto a nível nacional como europeu, a economia da UE registará em 2020 uma recessão que assumirá proporções históricas.

País	PIB	Consumo privado	Consumo público	Investimento	Exportações	Importações
Portugal	-6,8	-5,8	2,4	-8,6	-14,1	-10,3
Espanha	-9,4	-10,7	5,8	-20,7	-19,8	-21,1
Itália	-9,5	-10,9	2,6	-14,2	-13	-13,6
Zona Euro	-7,7	-9,0	3,2	-13,3	-12,9	-12,9

Quadro 3 – Previsões do Relatório da Primavera, da Comissão Europeia 2020

Fonte: Os valores correspondem às respetivas variações homólogas em 2020, face a 2019.

A previsão da Comissão Europeia para Portugal é mais otimista do que a média da Zona Euro. A descida do PIB na Zona Euro estimada de 7,7% para 2020, segue-se de uma recuperação estimada de 6,3% para 2021. Na economia portuguesa estima-se uma contração de 6,8% para 2020, seguindo-se de uma recuperação estimada de 5,8% para 2021. Nas outras componentes do PIB também se registam quedas significativas em Portugal: o consumo privado reduzirá 5,8%, as exportações vão cair 14,1% e as importações 10,3%. O único indicador cujas projeções revelam crescimento é o consumo público, mais 2,4%, dado o aumento dos gastos do Estado com as ajudas relacionadas com a crise pandémica. Em média, o investimento na Zona Euro deverá cair 13,3% em 2020, mas menos em Portugal (-8,6%) do que em Espanha (-20,7%), e Itália (-14,2%). Deve sublinhar-se, no entanto, a enorme incerteza em torno dos impactos macroeconómicos da pandemia e também dos efeitos das medidas adotadas até ao momento.

Ao nível do mercado de trabalho, a Comissão Europeia prevê uma subida de 9,7% na taxa de desemprego em Portugal em 2020. Para 2021, a CE estima uma diminuição da taxa de desemprego dos 9,7% para os 7,4%. As previsões do Relatório da Primavera, que são mais otimistas do que as do Fundo Monetário Internacional (FMI), apontam, para Portugal uma taxa de desemprego de 13,9% em 2020. O setor do turismo deverá afetar também os níveis de desemprego, apesar de “provavelmente muitos dos despedimentos serem temporários”.

Os principais indicadores, em Março 2020, revelam a situação de crise socioeconómica que Portugal atualmente atravessa, designadamente ao nível do impacto nas empresas, sendo que a percentagem de empresas temporariamente encerradas atinge cerca de 16%, 57,4% das empresas tiveram redução no pessoal ao serviço, 79% das empresas reduziram o seu volume de negócios, mais de 100.000 entidades empregadoras estão em *Lay-off*.

Importa diferenciar o impacto nos vários setores. A pandemia da COVID 19 introduzir uma crise alargada na sociedade, e na economia, contudo é hoje reconhecido que uma pequena parte das empresas (em vários inquéritos realizados em 2020, cerca de 10% das empresas reconhece um aumento do volume de negócios).



Figura 17 – Sectores com redução e aumento do volume de negócios

Fonte: Dcode EFC Analysis <https://images.app.goo.gl/isbHeca3dXvmehS78>

Segundo a análise da Dcode, os setores de atividade potencialmente vencedores, a curto prazo, com a situação da pandemia do COVID-19 serão o fornecimento de serviços médicos, a transformação e comercialização de produtos alimentares, os cuidados de saúde pessoal, as TIC, o comércio eletrónico e a agricultura. Por outro lado, os setores mais prejudicados serão o turismo e lazer, a aviação e o transporte marítimo, o sector automóvel, a construção e o imobiliário, a indústria (não essencial), os serviços financeiros, a educação e o petróleo e gás.

É neste contexto que importa considerar as tendências a médio e longo prazo, de recuperação económica. A pandemia de COVID-19 constitui um desafio sem precedentes para todo o mundo, muito em particular para a economia e para a organização das nossas sociedades.

O Relatório da Conjuntura Macroeconómica Portuguesa, publicado pela Ordem dos Economistas (maio2020), que reflete uma análise do impacto gerado pela COVID-19 (capítulo 6. O futuro da economia e as medidas de recuperação, pág. 17-20), aponta as prioridades: i) conferir liquidez à economia – evitar falências desnecessárias e proteger o emprego; ii) política monetária e financiamento de défices – uma resposta europeia; iii) respostas diretas aos setores mais afetados (exemplo do turismo); iv) implementação de reformas estruturais – minimizar o impacto futuro a choques externos com recurso ao aumento da competitividade.

O Plano de Estabilidade 2020 apresenta um quadro resumo dos vários prognósticos e projeções económicas, que importa considerar, embora no atual quadro de incerteza antevemos variações significativas, associadas a fatores “novos” ao comportamento económico, como por exemplo, ao sucesso dos planos de vacinação em fase de programação pelos vários governos mundial.

		2020				2021			
		PIB real (Tx. de variação)	Taxa de desemprego (%)	Inflação (IPC ou IHPC, %)	Balança corrente (% PIB)	PIB real (Tx. de variação)	Taxa de desemprego (%)	Inflação (IPC ou IHPC, %)	Balança corrente (% PIB)
Portugal									
UCP	Otimista	-4,0	8,5	-	-	-	-	-	-
	Central	-10,0	10,4	-	-	-	-	-	-
	Pessimista	-20,0	13,5	-	-	-	-	-	-
Unicredit		-15,0	-	0,2	-0,5	9,6	-	0,7	-0,5
Berenberg		1,7	6,4	1,1	-	1,8	6,1	1,4	-
Área do euro									
UCP	Otimista	-2,0	-	-	-	-	-	-	-
	Central	-5,0	-	-	-	-	-	-	-
	Pessimista	-10,0	-	-	-	-	-	-	-
Fitch		-4,2	9,6	0,4	-	2,9	9,8	1,1	-
Moody's Analytics		-7,0	-	-	-	-	-	-	-
Unicredit		-13,0	-	0,3	1,8	10	-	1,2	2,7
HSBC		-6,4	-	-	-	6,1	-	-	-
PWC		0,7	-	-	-	1,1	-	-	-
Wells Fargo		-1,0	-	-	-	0,6	-	-	-
RBC Economics		0,5	-	-	-	-	-	-	-
Allianz Research	Otimista	-1,8	8,5	0,3	-	2,1	8,0	1,6	-
	Central	-4,4	9,5	0,1	-	2,1	8,0	1,6	-
	Pessimista	-7,2	11,0	-0,6	-	-1,8	11,5	0,2	-
ADB		-1,0	-	-	-	1,6	-	-	-
Berenberg		1,0	7,4	1,3	-	1,5	7,0	1,5	-
Capital Economics		-9,0	-	-0,3	-	10	-	-0,5	-
DekaBank		-5,3	-	0,7	3,0	4,9	-	1,2	2,9

Quadro 4 – Projeções macroeconómicas para Portugal e para a área do euro

Fonte: Programa de Estabilidade 2020 Gov PT; UCP - Núcleo de Estudos da Universidade Católica (NECEP), 23 de março 2020; Fitch, 2 de abril, 2020; Moody's Analytics, abril 2020; Unicredit - The mother of all recessions has arrived, 2 de abril 2020; HSBC, 9 de abril 2020; PWC, março 2020; Wells Fargo, março 2020; RBC Economics, 12 de março 2020; Allianz Research, 31 de março 2020; ADB - Asian Development Bank, março 2020; Berenberg - Global outlook 2020, 6 de janeiro 2020; Capital Economics, 17 de abril 2020; DekaBank, 1 de abril 2020;

Indicadores de Realização e de Resultado

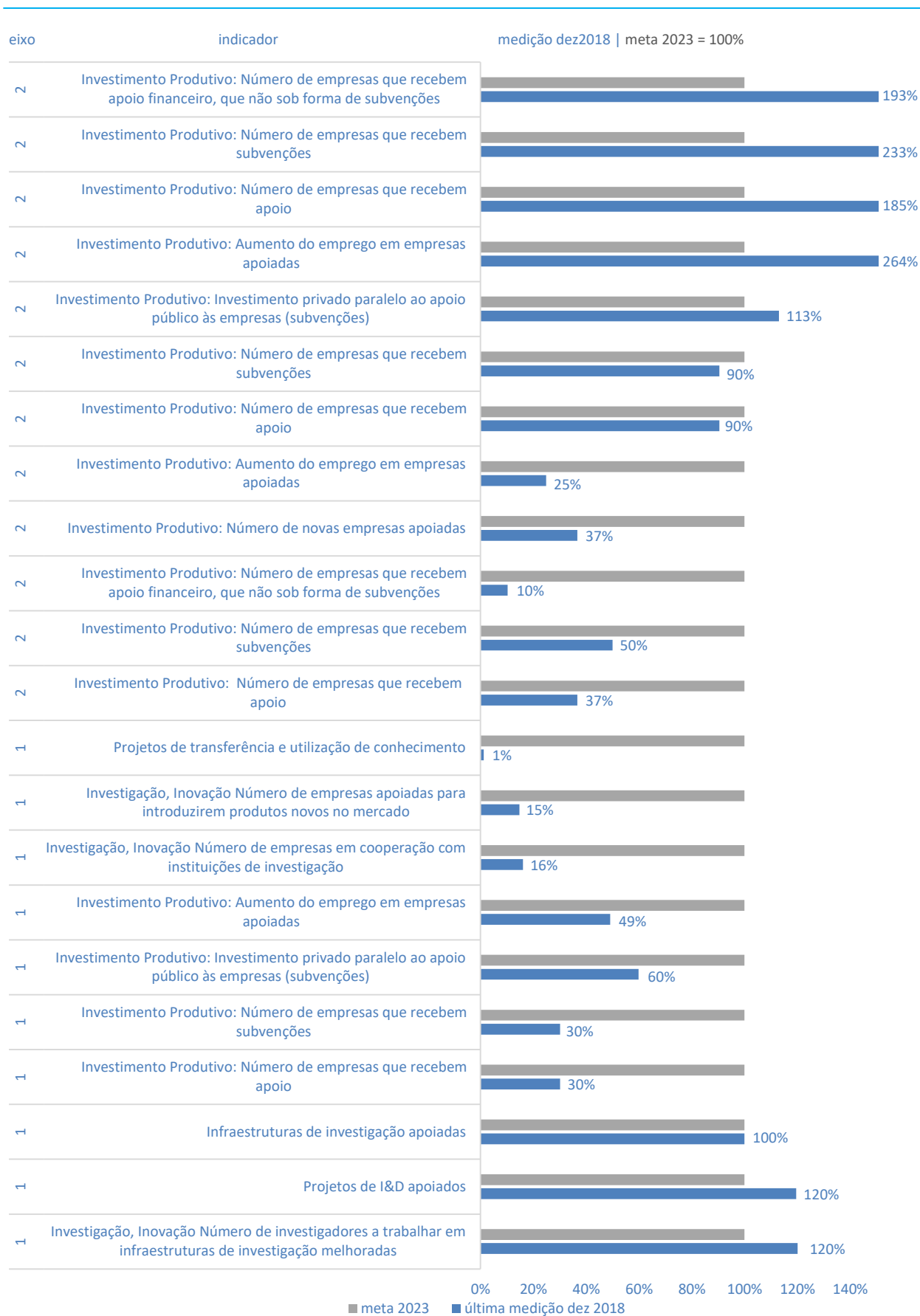


O Portugal 2020 estabelece, como princípio estruturante da governação e gestão dos fundos comunitários, a orientação para os resultados, a ser aferida com base em indicadores de resultado e de realização, e determina como condicionalidade *ex ante* a existência de um sistema de indicadores de resultado necessário para selecionar as ações, monitorizar os progressos e avaliar os impactos das mesmas.

Nos dois gráficos seguintes é possível observar o posicionamento de resultado e de realização na avaliação intercalar (Dezembro de 2018), permitindo acompanhar a execução do POR Lisboa 2020 na prossecução das metas de 2023 e permitem observar a incidência da superação e da não superação:

- O Gráfico 46 – Indicadores de Realização (44) Comuns e Específicos dos Programas (FEDER) permite observar o impacto da execução ao nível dos indicadores de realização, que partem do zero, e caminham para uma meta 2023 estabelecida, no contexto da intervenção direta do PORL. Observa-se que alguns indicadores já apresentam meta 2023 superada.
- O Gráfico 47 – Indicadores de Resultados (FEDER), permite observar o impacto da execução ao nível dos indicadores de resultado, considerados representativos do impacto da intervenção do PORL, não obstante a sua evolução estar integralmente associada à evolução das dinâmicas da própria economia e do desenvolvimento regional. Assim, apesar da execução do PORL incidir num determinado sentido, compreende-se que alguns indicadores possam ter uma evolução inversa ao estabelecido como meta 2023.

Estes gráficos constituem um instrumento de monitorização *on-going*, permitindo ajustar e reforçar medidas de concretização do POR Lisboa 2020. Permitem ainda aferir, antecipadamente, a ausência de informação em alguns indicadores, o que pode comprometer a avaliação final segundo o modelo estabelecido.



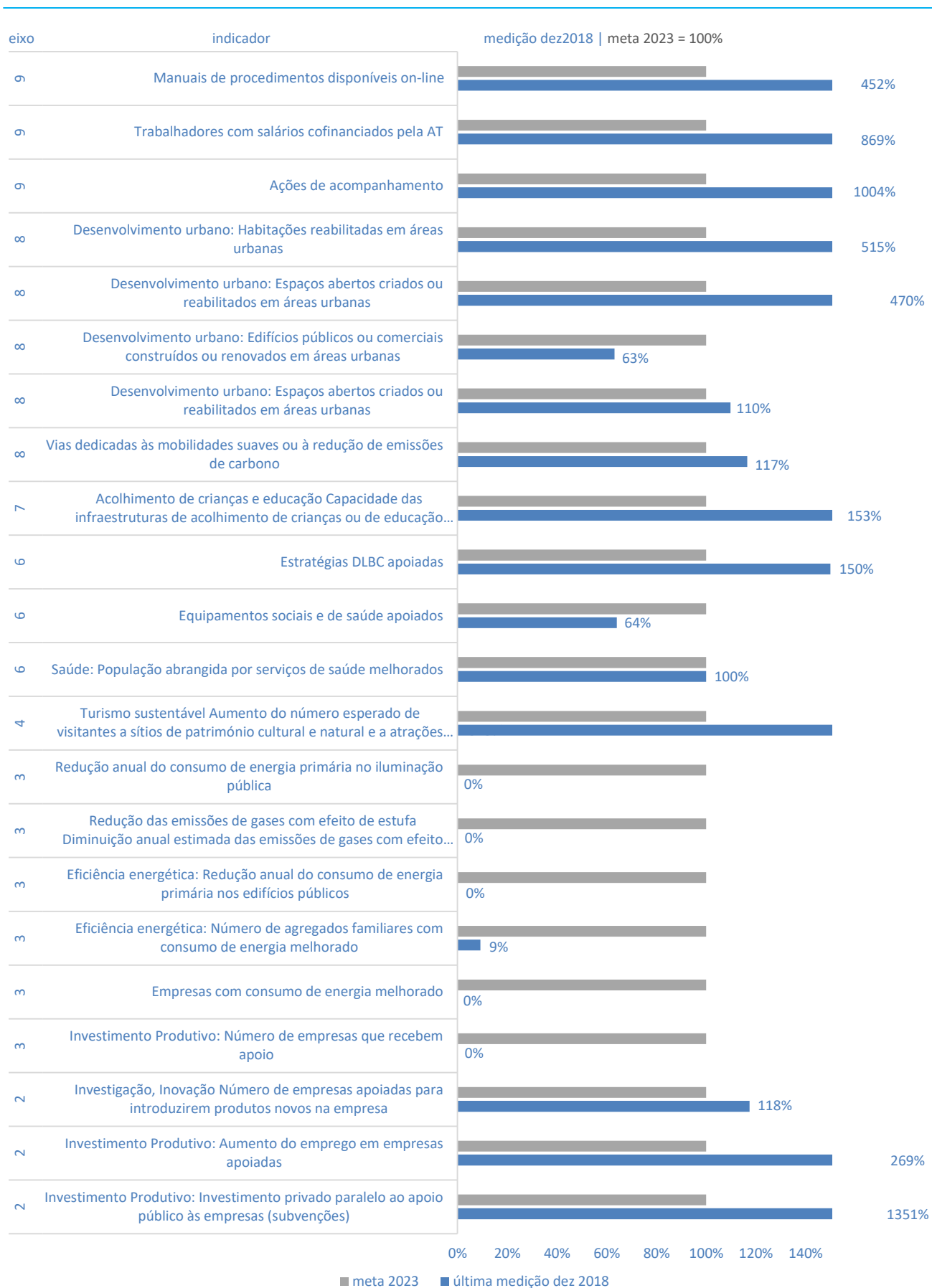


Gráfico 46 – Indicadores de Realização (44) Comuns e Específicos dos Programas (FEDER)

Nota: (por eixo prioritário e prioridade de investimento, repartidos por categoria de região para o FEDER (1)(2); (1) Aplica-se igualmente aos eixos prioritários da Assistência Técnica. (2) A repartição por género só deve ser utilizada nos campos relevantes se tiver sido incluída no quadro 5 ou 13 do PO. Caso contrário, utilize T = total

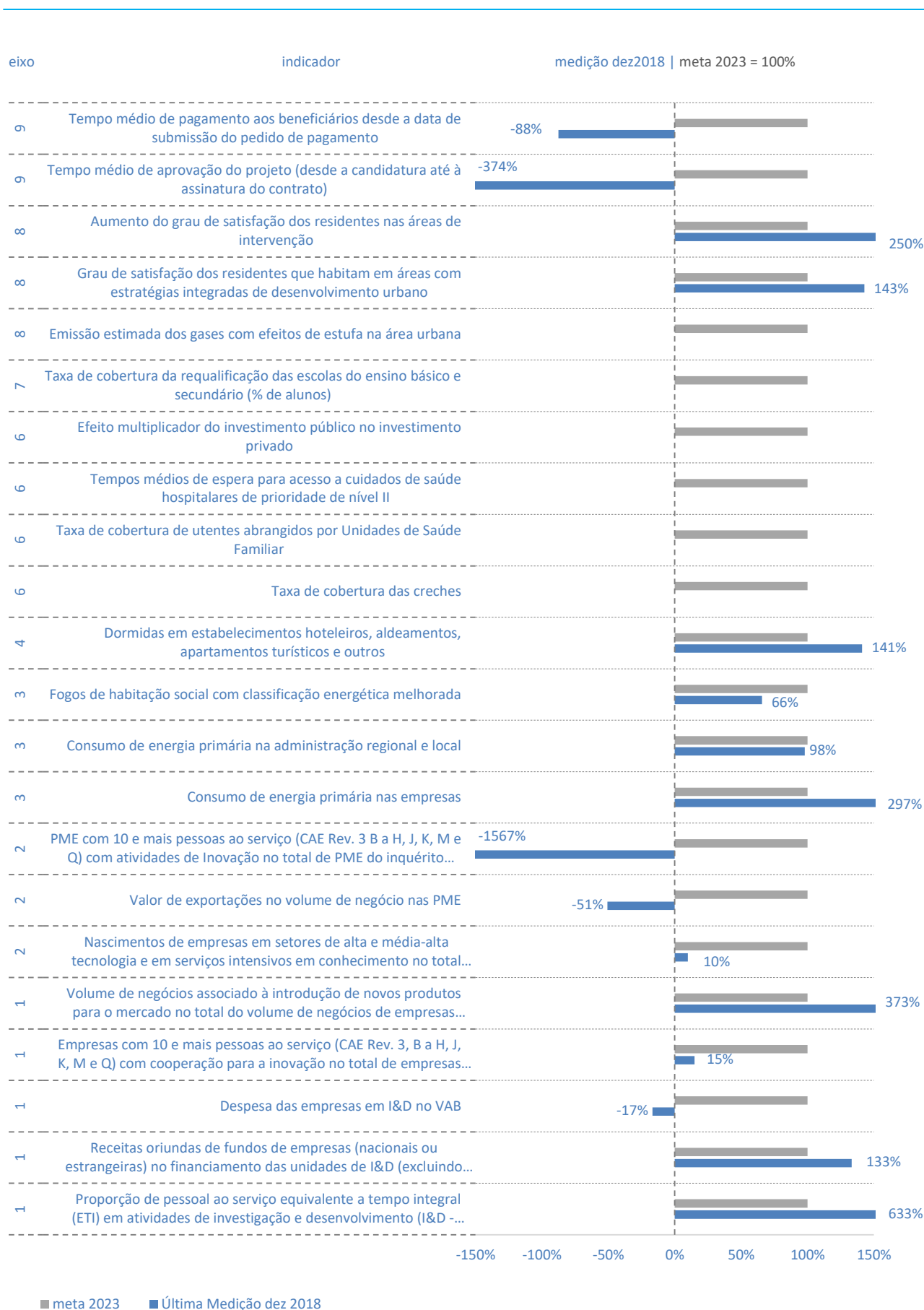


Gráfico 47 – Indicadores de Resultados (FEDER)

Nota: (por eixo prioritário e objetivo específico) (1)(2) Nota: (1) Aplica-se igualmente aos eixos prioritários da Assistência Técnica. (2) Na programação não foi prevista a repartição das metas dos indicadores por género pelo que só deve ser preenchida a coluna T = total

Lista de gráficos, figuras e quadros

Gráfico 1 – AML: principais indicadores / peso no país (%).....	4
Gráfico 2 – Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR) – Global	10
Gráfico 3 – Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR) – Competitividade.....	10
Gráfico 4 – Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR) – Coesão.....	10
Gráfico 5 – Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR) – Qualidade Ambiental.....	11
Gráfico 6 – Taxa de Crescimento Natural 2011-2018.....	11
Gráfico 7 – Taxa de Crescimento Migratório 2011-2018.....	11
Gráfico 8 – Taxa de Crescimento Efetivo 2011-2018.....	12
Gráfico 9 – Taxa de Crescimento Natural, Migratório e Efetivo na AML e Efetivo PT 2011-2019.....	12
Gráfico 10 – Peso da população de regiões capitais vs PIB <i>per capita</i> em % do respetivo país da UE.....	14
Gráfico 11 – Produto Interno Bruto <i>per capita</i>	14
Gráfico 12 – Evolução do PIB <i>per capita</i> em PPC: AML, PT, UE28 e PIB/Habitante a Preços Correntes.....	15
Gráfico 13 – Contributos para o Crescimento Potencial do PPC em Portugal.....	15
Gráfico 14 – Evolução do Consumo, Exportações e Crescimento Real PIB, por Trimestre (EU).....	15
Gráfico 15 – Rendimento médio mensal líquido	16
Gráfico 16 – Poder de Compra <i>per capita</i>	16
Gráfico 17 – Proporção da População Ativa por Nível de Escolaridade mais Elevado Completo.....	18
Gráfico 18 – Taxa de Emprego AML, PT, UE28 (15 aos 64).....	19
Gráfico 19 – Taxa de Emprego por Nível de Escolaridade mais Elevado Completo	19
Gráfico 20 – Taxa de Desemprego (15 aos 74 anos).....	20
Gráfico 21 – Taxa de Desemprego Jovem (15 aos 24 anos)	20
Gráfico 22 – Taxa de Desemprego por Grupo Etário	20
Gráfico 23 – Taxa de Desemprego de Longa Duração por Local de Residência e Sexo	21
Gráfico 24 – Taxa de Desemprego da População Ativa com Ensino Superior Completo	21
Gráfico 25 – Desempregados Inscritos no IEFP Face à População Ativa.....	21
Gráfico 26 – Produtividade Aparente do Trabalho	23
Gráfico 27 – Valor Acrescentado Bruto por Sector de Atividade.....	24
Gráfico 28 – Peso da Exportação de Bens no Total Nacional (Portugal =100).....	25
Gráfico 29 – Taxa de Cobertura das Importações pelas Exportações.....	25
Gráfico 30 – Taxa de Sobrevivência das Empresas Nascidas 2 Anos Antes	25
Gráfico 31 – Proporção de Nascimento de Empresas em Sectores de Alta e Média-Alta Tecnologia.....	26
Gráfico 32 – Proporção do VAB das Indústrias de Alta e Média-Alta Tecnologia no VAB Total	26
Gráfico 33 – Proporção de Exportações de Bens de Alta Tecnologia	26
Gráfico 34 – Peso de cada Atividade na AML e Portugal em termos de VAB e de Pessoal ao Serviço - 2018.....	27
Gráfico 35 – Proporção de Pessoal ao Serviço nas Indústrias de Alta e Média-alta Tecnologia / Ind. Transformadoras	28
Gráfico 36 – Proporção do VAB das Indústrias de Alta e Média-Alta Tecnologia no VAB das Ind. Transformadoras	28
Gráfico 37 – Proporção de Pessoal ao Serviço em Serviços Intensivos em Conhecimento de Alta Tecnologia/Serv.....	28

Gráfico 38 – Proporção do VAB dos Serviços Intensivos em Conhecimento de Alta Tecnologia no VAB dos Serviços....	29
Gráfico 39 – Despesas em I&D em % do PIB.....	32
Gráfico 40 – Proporção da Despesa Total em I&D por Sector de Execução	32
Gráfico 41 – Proporção de Investigadores na População Ativa	33
Gráfico 42 – Patentes EPO (por Milhão de Habitantes).....	33
Gráfico 43 – Peso da população de regiões capitais vs PIB <i>per capita</i> em % do respetivo país da UE.....	42
Gráfico 44 – Evolução do PIB <i>per capita</i> (PPC) das regiões portuguesas, 2000-2017	43
Gráfico 45 – Redução da atividade dos setores e do pessoal ao serviço durante o confinamento	47
Gráfico 46 – Indicadores de Realização (44) Comuns e Específicos dos Programas (FEDER)	53
Gráfico 47 – Indicadores de Resultados (FEDER).....	54
Figura 1 – Região de Lisboa e Vale do Tejo - NUTSIII e concelhos	5
Figura 2 - Taxa de Desemprego % População Ativa; Dados Banco de Portugal	19
Figura 3 – Distribuição da despesa em I&D por NUTS II, 2016 por NUTS II e domínio científico e tecnológico	31
Figura 4 – Recursos humanos em I&D por localização geográfica - NUTS II (ETI)	31
Figura 5 – Evolução do PIB <i>per capita</i> nas regiões portuguesas NUTIII, 2007-2017, em mapa.....	38
Figura 6 – Evolução do PIB <i>per capita</i> nas regiões portuguesas NUTIII, 2007-2017, em gráfico.....	39
Figura 7 – Distribuição do ICR 2019 por Países EU-28, por região NUTS II	39
Figura 8 - Desempenho global da AML face à média da UE28 em 2009 - 2017	40
Figura 9 – <i>Índice Europeu de Competitividade Regional 2019 por país e componente</i>	40
Figura 10 – <i>European Regional Competitiveness Region Benchmarker</i>	41
Figura 11 - <i>Regional Innovation Scoreboard 2019</i> (relativamente às médias nacional e europeia).....	41
Figura 12 – Índice de Competitividade Regional 2019, NUTS II na EU-28	42
Figura 13 – 17 objetivos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	44
Figura 14 – Disponibilidade de indicadores ODS para Portugal	45
Figura 15- <i>Overview of Lisbon Metropolitan, Portugal/ Visão geral da Área Metropolitana de Lisboa, Portugal</i>	46
Figura 16- <i>Overview of Lisbon Metropolitan, Portugal/ Visão geral da Norte, Centro, Alentejo e Algarve, Portugal</i>	46
Figura 17 – Sectores com redução e aumento do volume de negócios	49
Quadro 1 – Número de Indicadores de Contexto do PT2020.....	7
Quadro 2 – POR Lisboa 2020: Eixos Prioritários, Domínios Temáticos e Objetivos Temáticos	8
Quadro 3 – Previsões do Relatório da Primavera, da Comissão Europeia 2020.....	48
Quadro 4 – Projeções macroeconómicas para Portugal e para a área do euro	50

Siglas e acrónimos

AML	Área Metropolitana de Lisboa
CE	Comissão Europeia
CIM	Comunidades Intermunicipais
CLDS	Contrato Local de Desenvolvimento Social
EU	União Europeia
EUROSTAT	<i>European Statistics</i>
FC	Fundo de Coesão
FEADER	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEEI	Fundos Europeus Estruturais de Investimento
FSE	Fundo Social Europeu
I&D	Investigação e Desenvolvimento
ICR	Índice Europeu de Competitividade Regional
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
IEJ	Iniciativa Emprego Jovem
INE	Instituto Nacional de Estatística
ISDR	Índice Sintético de Desenvolvimento Regional
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
PGA	Plano Global de Avaliação
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequenas e Médias Empresas
POR Lisboa 2020	Programa Operacional Regional de Lisboa 2020
PORDATA	Base de Dados de Portugal Contemporâneo
PPC	Paridade do Poder de Compra
PT2020	Portugal 2020
QREN	Quadro de Referência Estratégica Nacional
REA	Relatório de Execução Anual
RLVT	Região de Lisboa e Vale do Tejo
SEC 2010	Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais
SEN	Sistema Estatístico Nacional
SIC QREN	Sistema de Indicadores de Contexto QREN

Nomenclatura INE

⊥ Quebra de série

// Dados Preliminares

* Dado retificado

(-) Não aplicável

& Dado provisório

s/d (Sem dados ou dados não confiáveis)

o Dado confidencial.



RELATÓRIO

JUNHO 2020



Lisb@20²⁰



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional de Lisboa e Vale do Tejo
Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais
Rua Alexandre Herculano, nº 37 1250-009 Lisboa
<http://www.ccdr-lvt.pt>
Publicação Digital